

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
18 de Novembro de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1040
Director:
Carlos Brito

Orçamento do Estado para 1994

Um orçamento sem credibilidade economicamente restritivo e socialmente injusto

Entrevista de
Octávio Teixeira
ao «Avante!»

Pág. 9

**Pelos
salários,
pelo
emprego,
pelos
direitos**

**Hoje
é dia
nacional
de luta**

Páginas Centrais



**Carlos
Carvalhas
no Norte
e em Loures
Álvaro Cunhal
em Mafra
e na Brandoa**

Págs. 3, 4, 5 e 6



**XIX Aniversário
da JCP**

Pág. 7



**Nos alicerces
da luta**

Pág. 18

— artigo de *Jerónimo de Sousa*

**Concertações
e manifestações**

— artigo de *Paulo Trindade* Pág. 22

Editorial



Carlos Carvalhas, com os trabalhadores da Grundig em Braga

RESUMO

10 Quarta-feira

O dirigente da OLP, Yasser Arafat, inicia uma visita oficial a Portugal, sendo recebido com honras de Chefe de Estado ■ Realiza-se, no Porto, um encontro da União dos Sindicatos do Porto preparatório do seu IV Congresso, o qual será aberto a sindicatos não filiados na CGTP ■ A Confederação de Quadros Técnicos e Científicos denuncia o crescente poder discriminatório dos patrões e da administração do Estado ■ Após vários dias de negociações, a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e o Ministério da Saúde estabelecem as linhas gerais de um acordo a ser assinado, que estabelece orientações gerais sobre o preço e a qualidade dos medicamentos ■ A Comissão Europeia decide manter até ao dia 19 a proibição de Portugal exportar carne de porco e produtos derivados.

11 Quinta-feira

Segundo uma manchete do jornal «Público», dirigentes dos grupos parlamentares do PS e do PSD estariam a encarar a possibilidade de um acordo para amnistiar as empresas que recorreram à compra de facturas falsas ■ O presidente do grupo parlamentar do PSD envia aos grupos parlamentares da oposição uma carta em que os convida a avaliar em conjunto, em visitas ao país, a aplicação passada e futura dos fundos comunitários. Comentando a iniciativa, o líder parlamentar da bancada comunista, Octávio Teixeira, recusa a participação dos deputados do PCP «em qualquer grupo de passeatas ao sabor das conveniências do PSD» ■ Segundo dados revelados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, o número de desempregados aumentou, só em Outubro passado, em 10 500 pessoas ■ Em Nota divulgada após uma assembleia plenária realizada em Fátima, a Conferência Episcopal Portuguesa distancia-se criticamente do «Documento sobre Moral Sexual» recentemente divulgado pelo Movimento Católico de Estudantes.

12 Sexta-feira

Em declarações proferidas em conferência de imprensa, na sequência de uma reunião dos candidatos PSD às câmaras municipais da Área Metropolitana do Porto, Vieira de Carvalho, presidente da Câmara da Maia, afirma a intenção de candidatar o Porto à realização dos Jogos Olímpicos do ano 2004 ■ A Associação Portuguesa de Escritores comemora vinte anos no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, onde é entregue pelo Presidente da República a José Saramago o Prémio «Vida Literária» ■ No terceiro dia de negociações entre sindicatos e administração da TAP, chega-se a nova situação de impasse ■ O governo suco pretende antecipar o referendo sobre a adesão do país à União Europeia, no que é considerado pela imprensa como uma violação do acordo «secreto» negociado com a Comissão Europeia ■ A câmara baixa do Parlamento alemão aprova uma nova legislação sobre o financiamento dos partidos, limitando o montante dos dinheiros públicos que lhes é destinado.

13 Sábado

Carlos Carvalhas participa em iniciativas de preparação das elei-

ções autárquicas do distrito do Porto ■ Jorge Sampaio anuncia a sua participação em três debates com outros candidatos à Câmara Municipal de Lisboa na RTP, TSF e TVI ■ O colégio eleitoral do Paquistão elege o candidato escolhido por Benazir Bhutto para presidente do país ■ O secretário-geral da ONU apresenta ao Conselho de Segurança três opções para o futuro da operação na Somália, para além de 31 de Março de 1994, data em que está prevista a retirada as tropas norte-americanas ■ No certame «Moda Lisboa», começa a apresentação das colecções dos estilistas portugueses para o Verão de 1994.

14 Domingo

Os cinco candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa aceitam participar em debates individuais promovidos pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa ■ Um Boeing 737 da TAP é forçado a imobilizar-se no aeroporto de Roma, devido a um incêndio num dos reactores, detectado quando se preparava para partir para Lisboa ■ O Comité Central do Partido Comunista da China termina uma reunião plenária em que aprova um documento que estabelece o início da segunda fase da reforma económica no país ■ O atleta português Joaquim Pinheiro termina em quarto lugar a sua participação na Maratona de Nova Iorque.

15 Segunda-feira

O PCP desafia os outros Grupos Parlamentares a aprovar, no prazo de 90 dias, a lei de criação das regiões administrativas, e diz que o esquema de trabalho proposto há dias pelo PSD para debater o PDR «é essencialmente propagandístico e marcadamente promíscuo» ■ A Comissão Parlamentar de acompanhamento de Timor-Leste aprova por unanimidade um projecto de resolução em que o Governo é instado a desenvolver os esforços necessários para que a Comunidade Europeia se pronuncie definitivamente em apoio do povo de Timor ■ Inicia-se em Lusaka nova ronda de conversações entre o Governo angolano e a UNITA para tentar chegar a um compromisso quanto aos termos de um cessar-fogo ■ Entra em vigor, em Moscovo, um regime especial de residência para os deslocados das repúblicas da ex-URSS, que inclui uma taxa diária de várias centenas de rublos ■ Morre em circunstâncias não esclarecidas Luciano Liggio, chefe da Máfia nos anos 70, que impôs a hegemonia no clã Corleone.

16 Terça-feira

Taxistas manifestam-se em Lisboa e Porto exigindo mais segurança ■ A Direcção Central de Investigação de Crimes e Infracções Económico-Financeiras analisa o caso do «favor» pedido por fax a Duarte Lima, líder parlamentar do PSD, admitindo-se a abertura de um inquérito judicial ■ Começa a ser debatido na AR o Orçamento de Estado para 1994 ■ Caças-bombardeiros israelitas atacam posições do Hezbollah no Leste do Líbano ■ O Comité Contra a Tortura, da ONU, analisa em Genebra o relatório sobre a violência no sistema policial português ■ É anunciado em Lusaca que o governo angolano e a Unita estão de acordo em assinar um cessar-fogo, faltando agora acordar a data ■ O Tribunal especial de Argel condena à morte 37 integristas muçulmanos, acusados de acções terroristas.

EDITORIAL

A «partilha»

A direita francesa pegou na palavra dos socialistas sobre a «partilha do trabalho» e fez aprovar há dias a redução da semana de trabalho para 32 horas, acompanhada, claro, da respectiva redução do salário.

Mais precisamente, o Senado francês adoptou uma emenda, a um projecto de plano sobre o emprego, visando reduzir a título experimental, durante três anos, a duração do tempo do trabalho anual em pelo menos 15 por cento. Esta redução pode corresponder entre outras fórmulas, como refere o «Le Monde» (Edição Internacional), a uma duração semanal de 32 horas, acompanhada de uma redução do salário, a ser negociada num acordo de empresa.

Para o editorialista do «L'Humanité», Charles Silvestre, isto significa que «antes de tudo, o patrão pode fazer o que quiser. Pode diminuir os salários, pode anular a duração do trabalho para fazer trabalhar no duro ou ordenar folgas, segundo os períodos, sem pagar horas extraordinárias».

Aliás, ao longo do debate no Senado francês, tornou-se perfeitamente claro que o que está na mira da direita não é o combate ao desemprego, nem, evidentemente, a redução da semana de trabalho, mas encorajar o abaixamento dos salários e a modulação dos horários de trabalho aos exclusivos interesses das empresas.

Para que não houvesse dúvidas, foi o próprio ministro do Trabalho francês quem se encarregou de esclarecer que «a redução do tempo de trabalho não criará automaticamente mais empregos».

A contraproposta apresentada pelos comunistas franceses, visando a redução da semana de trabalho para 35 horas, sem redução do salário, contribuiu para desmascarar este novo ataque do capital contra o mundo do trabalho, e abre uma perspectiva ofensiva à luta dos trabalhadores, com o sólido fundamento de que há quase sessenta anos que a duração semanal do trabalho praticamente não se alterou, enquanto a produtividade decuplicou.

É assim que o capitalismo faz uso da revolução científica e técnica!

Os socialistas franceses mais uma vez dançaram na corda bamba. Pioneiros da ideia da «partilha do trabalho», especialmente querida do seu líder actual Michel Rocard, começaram por apoiar a emenda da direita, mesmo com a redução do salário, desde que superior a 12 mil francos, e acabaram por votar a favor da proposta comunista.

O slogan da «partilha do trabalho» revela-se, assim, um bom pretexto nas mãos da direita, não para criar novos postos de trabalho, mas para forçar a partilha do salário e a eliminação de direitos fundamentais de trabalhadores, especialmente, em relação ao horário de trabalho.

Entre nós, muito significativamente, assinale-se, foi o jornal da SONAE - o «Público» - quem se entusiasmou com a ideia da «partilha do trabalho» adoptada pelo Senado francês, dedicando-lhe um dossier, e foi o seu director - Vicente Jorge Silva - quem saltou em sua defesa e propaganda, tudo na edição da passada quinta-feira.

Com a habitual prosápia, Silva não se limitou a defender, também atacou «o arcaísmo do discurso político (no plano partidário, sindical e patronal) face aos novos e delicadíssimos problemas que a crise actual está a colocar às sociedades euro-

O slogan da «partilha do trabalho» revela-se, assim, um bom pretexto nas mãos da direita, não para criar novos postos de trabalho, mas para forçar a partilha do salário e a eliminação de direitos fundamentais dos trabalhadores, especialmente, em relação ao horário de trabalho.

peias». Também não hesitou em adiantar que «a questão do desemprego e a alternativa da divisão de tempo de trabalho e do salário se coloca já numa perspectiva imediata e inadiável».

Como fala superficialmente destas coisas quem se coloca no campo privilegiado do capital ou se julga eternamente protegido por ele e ao abrigo das contingências do mercado do trabalho!

Que diria Vicente Jorge Silva se Belmiro de Azevedo lhe desse instruções para dividir o seu posto de trabalho de director do «Público» com, por exemplo, a sua colega Teresa de Sousa (que também parece enfeitada com a ideia «nova» da «partilha do trabalho») e, claro, dividindo entre os dois o respectivo vencimento (que não deve ser nada pequeno) para salvar a empresa? Ninguém está livre de uma coisa destas, nas presentes sociedades europeias.

O «Público» não está, no entanto, sozinho no papel de advogado da «partilha», está também nessa posição um ex-sindicalista, que continua a distinguir-se por aparecer sempre

do lado errado quando estão em causa a legislação laboral e os interesses dos trabalhadores.

Para ele «a solução é só uma: divisão do trabalho». Preconiza «uma redução de 40 para 30 horas/semana máximo». Defende a «gradualização da aplicação» e não recusa sequer a «contratualização e a redução proporcional de salários», (quando ainda por cima os salários em Portugal são, em média, um terço dos espanhóis, um quarto dos franceses e um quinto dos alemães e belgas).

Como se vê a sua posição corresponde exactamente ao que a direita no poder em França acaba de fazer aprovar no Senado, (em conformidade, aliás, com que a direita prepara noutros países comunitários).

Só esta visão galicista que o «Público» também adopta é que podia descobrir uma «inesperada concertação» nas recusas da «partilha de trabalho» que se verifica entre nós.

Da parte dos sindicatos, depois, do que fica dito a sua posição de recusa da «partilha» só os pode prestigiar e dignificar aos olhos dos trabalhadores.

No que se refere ao grande patronato, esse, com o seu atávico parasitismo, está ainda convencido que pode obter uma significativa redução dos salários reais, que já estão muitos furos abaixo da média europeia, com a manutenção ou até o aumento da semana de trabalho, que está muitos furos acima da média europeia. Não era outro o objectivo do chamado acordo de concertação social que fracassou. Mas o grande patronato conta com o Governo de Cavaco Silva para alcançar esse objectivo de outras formas.

Aqui é que reside um dos mais graves arcaísmos, que minam o país e que o «Público» não é capaz de combater. De qualquer maneira, o combate a este arcaísmo não poderia legitimar a defesa de outras opções do capital não menos onerosas e desastrosas para os trabalhadores e todo o povo português como é a chamada «partilha do trabalho».

Neste quadro, urge também denunciar o novo pacote que o Governo acaba de anunciar para atacar o desemprego e que, exceptuando algumas poucas medidas positivas, é mais um pretexto para transferir para as empresas privadas avultados fundos públicos, da segurança social e comunitários, enquanto persiste a ameaça da redução do subsídio aos desempregados e tudo indica que o desemprego continuará a aumentar.

É mais uma partilha, esta à moda de Cavaco.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PODER LOCAL

Carlos Carvalhas nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto

Também no Minho e no Porto a confiança chama-se CDU

Foi aplaudido e cumprimentado nas ruas, aguardado em comícios por centenas de pessoas, alvo duma atenção popular que, invariavelmente, se exprimia entre a curiosidade e a simpatia. Falamos da deslocação de Carlos Carvalhas aos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto no passado fim-de-semana que levou, como de costume, o Secretário-Geral do PCP ao encontro dos grandes problemas que afligem as populações. Os despedimentos e o desemprego provocados pela política governamental, a par de graves deficiências na qualidade de vida local resultantes de administrações autárquicas incompetentes, foram realidades permanentemente identificadas pelo dirigente comunista e a pedra de toque para uma clara mensagem política: a oportunidade que as próximas eleições constituem para se infligir uma pesada derrota ao PSD, e a necessidade do reforço da CDU, como garantia de um trabalho autárquico honesto e competente.

Uma reunião com a Associação Comercial de Braga (ACB), às 11 horas de sexta-feira, foi o ponto de partida para uma jornada que dedicou quase todo o dia à cidade. Recebido à porta-fechada no belo edifício da ACB (com breve presença dos jornalistas para recolha de imagens), o Secretário-Geral do PCP acabaria por chegar ligeiramente atrasado ao ponto seguinte da digressão, a entrada das instalações da Grundig para um breve encontro com os trabalhadores que, a essa hora (12.30), saíam para almoçar.

Apesar de rápido, este encontro permitiu trazer ao de cima alguns problemas concretos desta empresa de 4600 trabalhadores.

A Grundig/Blaupunkt de Braga produz auto-rádios e

sistemas de alta-fidelidade e, na perspectiva da administração, tem uma produção "sazonal" (dependente dos momentos altos do mercado, como o Natal...), originalidade que permite à administração duas atitudes obviamente contraditórias: por um lado, o desencadeamento de processos de despedimento que já levaram 800 trabalhadores à rescisão de contrato (neste momento há mais 24 na "calha") e, por outro, a contratação de novos trabalhadores - mas a prazos tão incríveis como três, quatro e seis meses - para garantir a **laboração contínua** da fábrica que, de resto, nunca parou nem reduziu a actividade e continua com o mesmo número de efectivos, só que com vínculo mais e mais provisório...

A cobertura Governo a estas actuações patronais seria denunciada por Carlos Carvalhas, que a associaria à necessidade de infligir uma grande derrota ao PSD nas próximas eleições, como ponto de partida para uma alteração da política nacional.

O "balão de ensaio"

As arbitrariedades patronais foram pormenorizadamente analisadas logo a seguir ao almoço, durante o encontro de Carlos Carvalhas com a União dos Sindicatos de Braga (USB), onde se deslocou sempre acompanhado pelo candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Braga, o engenheiro Casais Baptista (comunista que já foi vereador



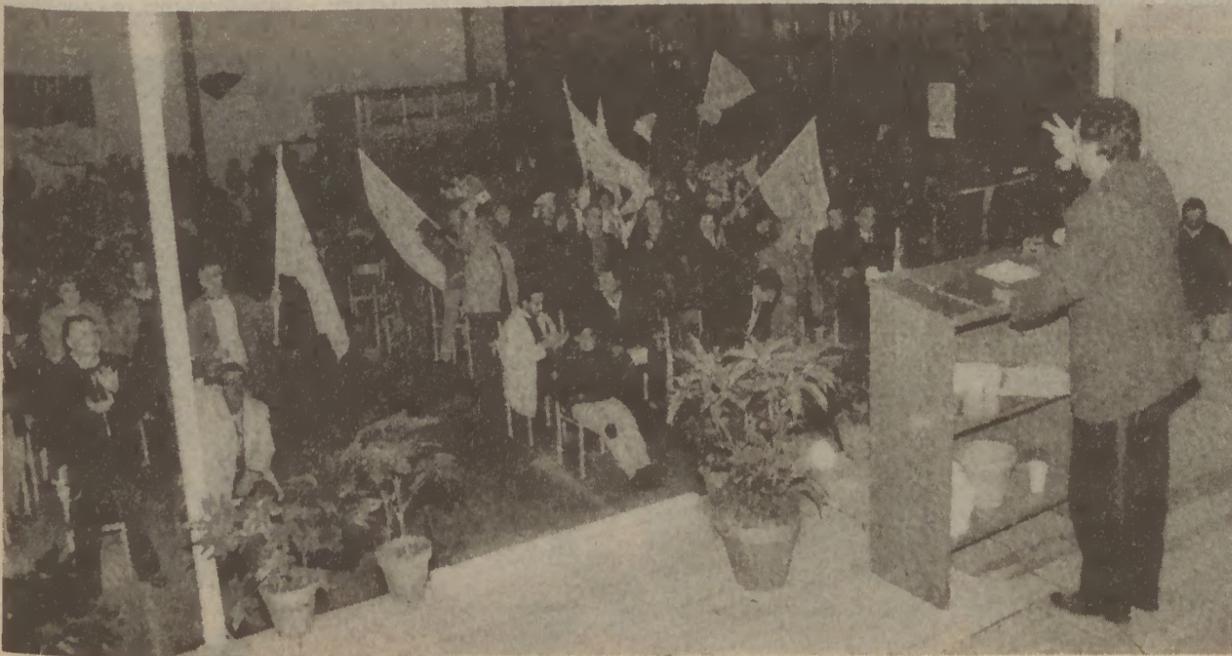
no município e que a CDU pretende reeleger), e dos dirigentes, do PCP, António Lopes, membro da Comissão Política e responsável da DORB do PCP, e José Antunes, do Comité Central.

Uma delegação da USB transmitiu ao Secretário-Geral do PCP as preocupações pela situação sócioeconómica vivida no Distrito de Braga, onde é particularmente difícil defender a actividade sindical e os interesses dos trabalhadores. Apontando este Distrito com uma espécie de "balão de ensaio" do patronato, a USB denunciou que este experi-

menta ali diversas "técnicas" de exploração e repressão que, depois, servem de "matriz" para o resto do país: despedimentos substituídos por trabalho precário, falências fraudulentas, trabalho infantil e repressão sindical são alguns exemplos mais óbvios. Mais: o patronato do Distrito já chegou à violência física e à ameaça expressa sobre os trabalhadores, como a USB pode demonstrar através de gravações-vídeo que tem realizado.

"Em termos gerais - assinalou o dirigente sindical Adão Ribeiro Mendes -, assiste-se no Distrito de Braga à destruição do aparelho produtivo com sucessivos encerramentos (muitas vezes fraudulentos) de empresas, enquanto prolifera o trabalho infantil e o Governo se desresponsabiliza, afirmando que *compete à sociedade resolver essas questões*".

Em resposta, Carlos Carvalhas considerou que a situação



PODER LOCAL

Carlos Carvalhas nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto



de crise tende a agravar-se e ilustrou o desprezo do Governo pelos seus próprios compromissos com um exemplo: nas dotações decididas pelo Executivo de Cavaco Silva no Orçamento de Estado para o próximo ano, o Centro Cultural de Belém recebeu três milhões e 800 000 contos para "acabamentos", enquanto ao Alqueva - que o Governo afirmou ir relançar com uma carada de milhões - foi atribuído a insignificante verba de um milhão e tal de contos.

Dar a voz a quem não a tem

Às 16 horas o Secretário-Geral do PCP falou para a Comunicação Social Regional numa conferência de Imprensa realizada no auditório da Casa dos Crivos, passeando depois pelas ruas da baixa bracarense, o que assinalamos ao lado.

Seguiram-se dois comícios, um com jantar-convívio em Braga, outro uma hora depois, em Viana do Castelo, no pavilhão da Portucel.

Em Braga, num salão repleto de gente à volta de um jantar volante, falaram, em primeiro lugar, os cabeças de lista da CDU à Assembleia e à Câmara Municipais, respectivamente **António Macedo** e **Casais Baptista**, tendo este último saudado o aumento de candidaturas da CDU no Concelho e a presença de muita gente nova e jovem, que pela primeira vez se candidata.

Carlos Carvalhas realçou o facto de a CDU ser, de longe, a força política que mais mulheres e jovens apresenta nas suas listas, indo eleger o maior número de mulheres para pre-

sidências de Câmara. E acrescentou, quanto ao ânimo da Coligação Democrática Unitária em todo o País: "Posso dizer-vos, sem triunfalismos, que estamos em condições de alcançar os nossos objectivos e de os superar, ou seja: de não apenas mantermos as nossas posições, como de as reforçar, quer na conquista de maiorias,

ganhar o futuro") diz tudo: "refugiam-se no futuro porque não querem falar do que fazem no presente - desemprego, falências, miséria na agricultura, etc. - e é da sua exclusiva responsabilidade".

Em Viana do Castelo, uma multidão entusiasmada aguardava o Secretário-Geral do PCP, fazendo subir ao palco



quer no reforço de posições em minoria!"

Denunciando os "dois pesos e duas medidas" com que o PS anda a fazer campanha contra a CDU (nas suas próprias autarquias, responsabiliza, correctamente, o Governo pelos problemas nas áreas da habitação, do ensino e das comunicações, e nas autarquias CDU acusa os comunistas e seus aliados por esses mesmos problemas), Carlos Carvalhas desafiou: "o PS que escolha uma sua autarquia-modelo e experimente compará-la com as nossas!".

Quanto ao PSD, o seu slogan em Braga ("Vamos

os cabeças de lista da CDU às Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito (todos ostentando um cravo vermelho na lapela): Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Falaram, sucessivamente, o cabeça de lista à Junta de Freguesia de Meadela, que fez um balanço do bom trabalho realizado nas Freguesias CDU do Distrito, e os cabeças de lista à Assembleia e Câmara Municipais de Viana do Castelo, respectivamente, o **dr. Manuel Afonso** e **Alberto**

Midões. A megalomania e incompetência do actual executivo PSD foi duramente criticada, bem como a recusa do PS em assumir uma coligação com a CDU que garantiria o afastamento do PSD da Câmara de Viana do Castelo.

Realçando que "a CDU dá voz a quem não a tem", Carlos Carvalhas sublinhou que "vamos pedir o voto às populações de olhos nos olhos e a coluna vertebral direita" por três razões: porque, com a CDU, o Poder Local exerce-se com a participação e o empenho das populações; porque estas eleições dão-se num quadro de crise nacional e "não é



de somenos eleger gente que saiba bater o pé ao Poder Central"; e porque "estamos também a abrir caminho para uma alternativa democrática e uma mudança de política".

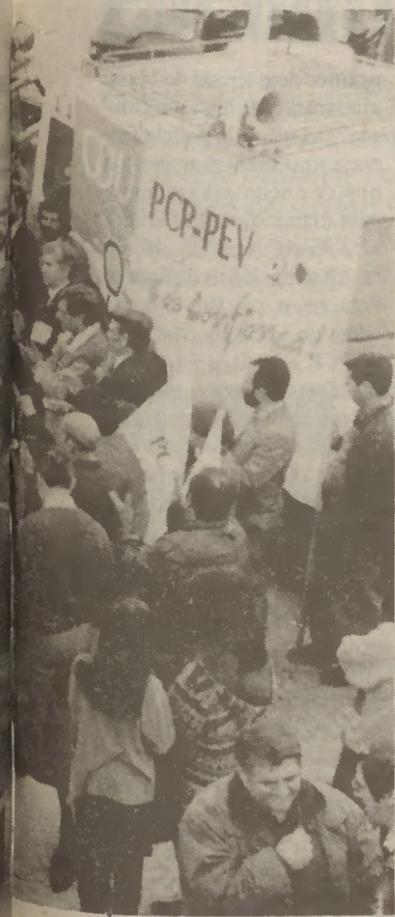
De Barcelos a Valongo

A parte da manhã de sábado ainda foi dedicada ao Minho, concretamente a **Barcelos** e **Vila Nova de Famalicão**. Às 9.30 já Carlos Carvalhas passeava pelo mercado de Barcelos, por entre a curiosidade e a simpatia das numerosas pessoas que por lá circulavam.

Beijos, cumprimentos e votos de felicidades pontuaram a passagem do Secretário-Geral do PCP, que usaria ainda da palavra no Largo da Porta Nova, um *ex libris* da cidade, seguindo daí em caravana para as Freguesias de **Calendário** e de **Riba d'Ave**, esta última de maioria CDU. Em todos os lados o aguardavam numerosas pessoas, principalmente em Riba d'Ave, onde um almoço-convívio reuniu cerca de 200 convivas entusiasmados.

O Distrito do Porto ficou para a parte da tarde, numa maratona que contemplou, sucessivamente, os Concelhos





"Felicidades, que bem merecem!"

da Maia, Matosinhos, Gondomar (onde se juntou) e Valongo.

Na Maia houve apresentação de candidatos no *Forum*, em Matosinhos uma festa-convívio com castanhas e vinho verde aguardava o visitante, com grande exuberância, na escola secundária Augusto Gomes, em Gondomar, o jantar reuniu nova multidão e em Valongo o comício, realizado no pavilhão da Capela, em Campo, reconfirmou que a confiança com que a CDU está a encarar as próximas eleições autárquicas também atravessa o Norte do País.

Carlos Carvalhas mergulhou duas vezes na multidão, nesta sua digressão ao Norte do País: em Braga andou pelas ruas da baixa durante mais de uma hora, em Barcelos visitou o mercado local. Em ambos os casos foi invariavelmente bem recebido, despertando curiosidades e entusiasmos permanentes.

Em Braga o passeio foi em grande: acompanhado por um animado grupo de bombos, os cabeças de lista à Câmara e dirigentes do PCP, o Secretário-Geral do PCP alvorçou, literalmente, a baixa da cidade bracarense num fim de tarde agradável. Entrando em cafés e abor-

dando as pessoas na rua, Carlos Carvalhas desmentiu com desenvoltura quem o adjectiva de "tímido". Aliás foi abundantemente adjectivado, mas com apreciações do género "charmoso", "elegante", ou "bonito", escutadas à margem entre as mulheres que, às vezes incrédulas, voltavam atrás para confirmar se era "o Carlos Carvalhas".

Mas também houve quem o interpelasse directamente: jovens e mulheres afirmando-lhe que "gostei muito da sua entrevista", pessoas mais idosas a confessar-lhe que "gostei muito da defesa que fez ontem dos reformados" ou a pedir-

-lhe "não se esqueça dos reformados!", uns a gritar bem alto "estes é que nos defendem!", outros com "força, camarada", mas outros ainda a dirigir-se-lhe para afirmar, simplesmente: "sou de outra força política, mas vou votar em vós nas autárquicas".

Um pormenor curioso: não vimos ninguém deitar fora um único dos panfletos eleitorais oferecidos por Carlos Carvalhas e acompanhantes. Num caso ou noutro - e muito raramente - as pessoas recusavam com simplicidade; quem aceitava, punha-se logo a ler ou guardava, situação, aliás, que se

repetiria no mercado de Barcelos, onde a exuberância de algumas vendedoras desencadeou uns esboços de "comício por conta própria" à passagem do Secretário-Geral do PCP e de apoio à CDU. Duas frases, ambas ditas por mulheres, resumem a atitude de simpatia que acolheu Carlos Carvalhas: uma, em Braga, afirmou simplesmente "felicidades, que bem merecem", outra, no mercado de Barcelos, afirmava alto e bom som: "Já lá estiveram todos, menos a CDU. Pois agora voto neles, que os outros só fizeram porcaria!"

HC



Com reformados na Voz do Operário

No passado domingo, regressado ainda há poucas horas da sua deslocação aos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto, o Secretário-Geral do PCP participou num animado magusto-convívio de reformados, que decorreu nas instalações da Voz do Operário, em Lisboa. Acompanhava-o Rui Godinho e outros candidatos da CDU ao Concelho da capital.

A iniciativa foi muito concorrida e, sobretudo, decorreu com grande entusiasmo e confiança nos bons resultados da CDU, quer na Coligação Com Lisboa quer a nível nacional.

HC

CDU reúne 400 pessoas num jantar-convívio em Mafra

A festa da confiança num bom resultado

Com a participação de Álvaro Cunhal e de quatro centenas de activistas e apoiantes da coligação, o jantar-convívio que a CDU promoveu na passada sexta-feira em Mafra para apresentação dos candidatos às eleições autárquicas constituíram uma afirmação clara da confiança com que os comunistas e seus aliados encaram no concelho o dia 12 de Dezembro e a batalha que vão travar até lá.

Já «há uns tempos atrás», num encontro concelhio, a coligação chegara à conclusão de que as próximas eleições decorrem num quadro mais favorável, contou a responsável concelhia da CDU. Antes de, na sua intervenção, recordar que, há 4 anos, a CDU esteve a meros 250 votos da eleição de um vereador, Maria da Conceição sublinhou que, desde esse encontro, se verificou que «os nossos objectivos são justos e vão ao encontro das aspirações das populações», o que é um estímulo para continuar o trabalho para «tirar a maioria ao PSD» e «penalizar o PS por uma oposição que não foi capaz de ser».

Na apresentação dos candidatos - nomeando individualmente os cabeças-de-lista em cada freguesia, os dez primeiros candidatos à Assembleia Municipal e os sete nomes indicados para a Câmara - ressaltou o grande peso dos independentes (55 por cento do total de candidatos, muitos deles a encabeçar listas nas freguesias, e havendo mesmo duas freguesias onde as listas são integralmente compostas por pessoas sem filiação partidária). Nas listas da CDU em Mafra há ainda 25 por cento de mulheres e também

um quarto dos nomes apresentados surgem pela primeira vez.

Já bastam 14 anos de PSD

O executivo municipal dirigido por Ministro dos Santos completa 14 anos de gestão PSD em Mafra, cujos resultados foram severamente criticados por Olga Pires. A primeira candidata da CDU na lista concorrente à Câmara Municipal manifestou a sua indignação pelo facto de que «Mafra só é notícia quando tentam agredir um jornalista na Assembleia Municipal, ou quando morrem milhares de peixes no Lizandro, ou quando o PSD recusa reconhecer valor e mérito a José Saramago e Siles Franco».

Olga Pires denunciou ainda a prática do «quero, posso e mando» que tem caracterizado a gestão laranja, particularmente neste último mandato: os órgãos da generalidade das freguesias não funcionam, há casos em que não têm planos de actividades nem orçamentos, nem tão-pouco actas das reuniões, e algumas assembleias de freguesia pura e simplesmente não reúnem.

Mas, perante este estado de coisas, as decisões na Câmara são tomadas geralmente por unanimidade, com a conivência dos vereadores socialistas. Quanto à Assembleia Municipal, Olga Pires acusou os deputados do PSD de se limitarem a estar presentes, enquanto os do PS revelam impreparação para os debates e alinham com as decisões da maioria laranja.

As populações «não são chamadas a participar», acu-



sou a candidata da coligação PCP-PEV, para depois apontar o diálogo com os munícipes como uma linha mestra da actuação que a CDU pretende desenvolver. «Não prometemos o impossível, mas somos capazes de fazer melhor», afirmou Olga Pires, citando os exemplos de bom trabalho levado a cabo pelos eleitos da coligação nos vizinhos concelhos de Loures e Sobral de Monte Agraço.

Álvaro Cunhal, que foi calorosamente recebido e saudado nesta sua primeira visita a Mafra desde o 25 de Abril, interveio de improviso para fazer «cinco observações». Em breves palavras e com referências constantes à realidade concelhia, realçou o carácter unitário da CDU, em particular pelo número e o peso dos independentes; salientou a importância de eleger em 12 de Dezembro os candidatos que melhor con-

tribuem para a resolução dos problemas locais das populações nos concelhos e freguesias; falou sobre a situação política nacional, as responsabilidades do PSD e a necessidade de, também com o voto nas eleições autárquicas, punir a política de Cavaco Silva e do seu Governo; recordou as raízes profundas que ligam o PCP, força principal da CDU, aos trabalhadores e ao povo, e contou, a propósito, como comunistas

e outros democratas de Mafra ajudaram a evitar que caíssem nas mãos da polícia fascista importantes materiais que se encontravam numa casa clandestina do Partido, na Achada, onde ele próprio se refugiara depois da fuga de Peniche; e, por fim, o presidente do Conselho Nacional do PCP saudou os jornalistas presentes, expressando-lhes o apreço dos comunistas e dos demais democratas que estão na CDU pela verdade e pelos que informam com verdade.

As intervenções foram frequentemente cortadas com aplausos e palavras de ordem de apoio à CDU. A somar-se aos desenhos e poemas que várias crianças fizeram questão de oferecer a Álvaro Cunhal, a coordenadora concelhia da Coligação Democrática Unitária ofereceu ao PCP três peças de um artesão do concelho, as quais, tal como os três copos de cristal oferecidos pelo proprietário do hotel e restaurante Castelhão, onde decorreu a iniciativa, o dirigente comunista anunciou que iriam para o museu do Partido.

A outra oferta da noite foi repartida ali mesmo e serviu para alimentar a festa ainda durante mais uns bons momentos: era um bolo com a sigla da CDU. Houve quem rompesse a cantar «Parabéns a você...», mas logo desistiu, pois o coro não cresceu: contrariando as expectativas manifestadas em alguns jornais, o bolo não trazia velas e na sala não estava ninguém nascido a 12 de Novembro.

Quanto à festa em Mafra, continuou. E ficou lançado o desafio: fazer uma festa maior na noite de 12 de Dezembro.

Álvaro Cunhal na Brandoa

CDU como projecto unitário numa cidade em



Em ambiente de festa, e após um almoço de convívio que reuniu várias centenas de pessoas, realizou-se sábado passado - com a presença de Álvaro Cunhal - um pequeno comício, nas instalações do Pavilhão polivalente, na freguesia da Brandoa.

Uma avaliação positiva do trabalho realizado, o facto de a CDU concorrer a todos os órgãos autárquicos na Amadora, a presença de dezenas de independentes nas listas da CDU, também com forte representação de jovens - foram alguns dos aspectos salientados nas intervenções iniciais.

Orlando de Almeida, actual presidente da Câmara da Amadora, e candidato nas próximas autárquicas, esboçou um quadro-balanço

do que foi feito e do muito que há a fazer na Amadora, «cidade hoje transformada e em transformação», que de dormitório se vai afirmando como «cidade com vida própria e desenvolvimento».

Destaque, no balanço dos 14 anos de gestão CDU, para as áreas da cultura, acção social e ensino, em que surgem iniciativas como a criação da primeira escola integrada em todo o país.

Como grandes projectos CDU, em que a actual administração se tem empenhado particularmente, Orlando de Almeida pôs o acento na elaboração do Plano Director Municipal, para cuja discussão se apela à participação de todos e de cada um, e o projecto Cidade saudável Amadora ano

Aniversário da JCP Encontro no Vitória

O aniversário da JCP foi comemorado, em ambiente de festa, num encontro que reuniu no Vitória centenas de jovens e contou com a presença de Álvaro Cunhal. A entrega dos prémios aos vencedores do concurso de fotografia «Tomar a iniciativa»,

marcou o início das comemorações, na tarde de sábado passado. Após as intervenções de Álvaro Cunhal e de Miguel Santino, pela JCP, teve lugar um café-concerto, com música ao vivo, e um animado magusto.

Álvaro Cunhal saúda «juventude do PC»

Álvaro Cunhal fez, de improviso, uma curta intervenção.

Começou por referir a evolução das organizações de juventude comunista acompanhando toda a história do Partido. Sucederam-se as gerações. Os objectivos de luta e as formas de organização modificam-se com a mudança das situações. Mas a juventude comunista, agora a JCP, tem sempre sido e continuará a ser a «juventude do PC».

Álvaro Cunhal abordou a seguir o problema da juventude como grande força social. O seu papel na vida do País e nos acontecimentos históricos é irregular. Mas por vezes como um dos factores determinantes. Uma tarefa fundamental da Juventude Comunista é a dinamização da intervenção social e política dessa força social. Isto

exige que a JCP não se feche em si própria, antes oriente as suas energias para fora, para uma ligação estreita às massas juvenis e aos seus problemas, aspirações e lutas. É necessário estimular e promover a iniciativa, a opinião própria, a maneira de ser e de viver, os gostos e o estilo de intervenção da juventude.

Finalmente, Álvaro Cunhal dedicou algumas palavras às próximas eleições autárquicas e à participação da JCP e da Juventude CDU. Sublinhou o elevado número de jovens que, frequentemente em lugares elegíveis, participam nas listas de candidatos, cerca de 800 só nos distritos de Lisboa e Setúbal. O movimento está em franca expansão e representa um importante elemento na campanha eleitoral.



Os «parabéns a você!» marcaram um momento particularmente entusiástico neste aniversário da juventude comunista.

«Estamos em festa porque estamos em luta»

«Estamos em festa, estamos também em luta contra este governo, o desgoverno de direita Cavaco/PSD. Estamos na luta com os estudantes do Ensino Superior, contra o aumento das propinas, que aos milhares vêm para a rua exigir a revogação do aumento e protestar contra tal injustiça e discriminação social. Com eles, nós dizemos NÃO PAGA-MOS!»

Com estas palavras se iniciou a intervenção de Miguel Santino, da JCP, num curto discurso em que nomeadamente são referidas as várias lutas e preocupações da juventude.

«Estamos na luta com os estudantes do Ensino Secundário, exigindo o fim deste injusto sistema de acesso ao Ensino Superior, que este ano excluiu cerca de 50% dos candidatos. Acabou-se a PGA, veio agora a Prova de



Aferição e mantém-se o *numerus clausus*. É a deficiente Reforma do Sistema Educativo, são as más condições das escolas e é a falta de segurança. Estes são alguns dos problemas com que se debatem os estudantes e cuja resolução, com eles, exigimos.

«Estamos na luta com os jovens trabalhadores exigindo aumentos salariais dignos, o fim da discriminação salarial aos jovens menores de 18 anos, uma correcta política de Formação Profissional, uma eficiente protecção no desemprego, o fim do uso abusivo dos contratos a prazo, a redução do horário de trabalho, a eliminação de facto do trabalho infantil, e que se criem condições reais de acesso a uma habitação digna por parte dos jovens.

«Estamos em festa porque estamos na luta!

«Afirmamo-nos com a nossa actividade, com o nosso contributo revolucionário na resolução dos problemas dos jovens. Temos consciência do que está mal e como se deve Agir para Transformar!»

«Somos jovens e somos comunistas!»

«Contribuímos com a nossa irreverência, imaginação, espontaneidade e força na construção de uma sociedade mais justa, mais livre, onde a participação dos jovens na vida social, económica e política do nosso país seja uma constante.»

Referindo-se à campanha eleitoral em curso, Miguel Santino afirmou:

«Estamos na batalha eleitoral das autárquicas com alegria e confiança. Estamos na Coligação Democrática Unitária, estamos na Juventude CDU.

«Conhecemos o papel fundamental que têm tido as autarquias geridas pela CDU na resolução e defesa das propostas e anseios dos jovens. Temos Um Bom Trabalho e Melhores Soluções no Poder Local. Valorizamos a participação de jovens nas listas da CDU assim como nos vários órgãos autárquicos.

«Somos mais de 800 candidatos jovens nas listas da CDU só nos distritos de Lisboa e Setúbal. Estamos na CDU porque acreditamos que com a nossa participação podemos realizar um trabalho autárquico que vá ao encontro dos gostos e aspirações juvenis e no qual os jovens são também protagonistas.

«Compreendemos a importância que podem assumir estas eleições na melhoria das condições de vida das populações.

«Estamos na luta por um bom resultado da CDU e pela derrota eleitoral do partido do governo.

«Estamos confiantes que os resultados destas eleições se traduzirão na forte penalização da política antijuvenil do PSD.»

transformação

2000. Projecto que se integra na acção da Organização Mundial de Saúde (OMS) e que se baseia necessariamente na participação activa da comunidade, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida e construir um ambiente urbano equilibrado.

Na área das carências mais sensíveis, salienta-se a gritante falta de habitação social. Um problema que naturalmente as autarquias não têm capacidade para resolver por si, mas em que o presidente da Câmara da Amadora afirmou a «determinação na sua resolução», para o que já foram avançadas medidas concretas.

Na sua intervenção - momento alto do encontro na Brandoa -, Álvaro Cunhal sublinhou as nume-

rosas questões que envolvem as eleições de Dezembro, em que naturalmente estão em causa as autarquias, mas também as perspectivas para o país e «o futuro do nosso povo».

No fundamental, Cunhal delineou cinco grandes questões.

● Qual o interesse da população em geral nestas eleições?

Antes do mais, um interesse imediato. Ou seja, que nos órgãos autárquicos haja homens, mulheres e crianças capazes de resolver os problemas que se colocam.

● Uma primeira questão a que, como destacou Álvaro Cunhal, se junta uma outra - fundamental - «porquê o voto na CDU?»

E as respostas são múltiplas.

Porque se trata de um movimento que se apresenta com obra realizada. «Com candidatos que no exercício do poder intervêm na administração e gestão autárquica para servir o povo». Em que se aposta de facto na realização dos programas. E não é por acaso que «muitos eleitos têm o cuidado de dar contas às populações do trabalho realizado», tendo em conta o programa inicial.

O voto na CDU também porque se «trabalha com as populações», se promove a sua participação directa (a democracia representativa não exclui a democracia participativa), o seu empenhamento, criatividade e trabalho.

● Outra componente destas eleições é a sua inevitá-

vel «influência a nível nacional».

«Há problemas que não podem ser resolvidos apenas a nível local», afirmou Álvaro Cunhal. Para destacar a necessária defesa da democracia - nas suas vertentes económica, social, cultural, política e mesmo nacional, de defesa da soberania - face à política desenvolvida pelo governo.

E alertou para o perigo de «Portugal ser conduzido a um regime político diferente». Um regime de cariz autoritário.

● Neste quadro, a derrota do PSD nas autárquicas seria uma preciosa indicação num plano político mais geral. Tendo simultaneamente em conta que, pela sua política, o PS «não pode ser considerada como alternativa».

PCP responde ao PSD

«Não alinhamos em passeatas de amigos»

“Uma rasteira à oposição”, assim classificou o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, a proposta do PSD divulgada na passada semana visando a criação de uma delegação para acompanhamento pela oposição, em colaboração com o Governo, da aplicação do segundo Quadro Comunitário de Apoio.

Proceder à “demonstração dos efeitos de modernização operados pelos fundos estruturais nas áreas das obras públicas e comunicações, ambiente, educação, investigação e tecnologia, indústria, formação profissional e agricultura”, constitui, no dizer de Duarte Lima, o grande objectivo subjacente à iniciativa da sua bancada.

Outra é, porém, a interpretação de Octávio Teixeira, para quem o essencial do problema reside nos “fundos que não foram aplicados” e no facto de o primeiro Quadro Comunitário de Apoio ter sido aprovado sem que a oposição fosse consultada.

“Não alinhamos em passeatas de amigos”, asseverou ainda Octávio Teixeira,

em declarações à Lusa, sem contudo deixar de aceitar a possibilidade de as comissões parlamentares especializadas poderem acompanhar a aplicação do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) ou de se vir a criar uma comissão eventual de acompanhamento da aplicação do segundo Quadro Comunitário de Apoio.

Posteriormente, em missiva entregue na passada segunda-feira a Duarte Lima, líder parlamentar do PSD, Octávio Teixeira volta a tomar posição sobre o assunto, propondo o imediato lançamento de um debate público sobre o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), com audição das autarquias locais e organizações sociais e económicas.

Comentando a iniciativa do PSD de criação de delegações partidárias para acompanhar a aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio, Octávio Teixeira retoma a ideia de que ela “pode ser boa para os interesses partidários do PSD na conjuntura eleitoral concreta das próximas eleições autárquicas, mas não tem

nenhuma validade para o objectivo de concretizar uma efectiva participação na elaboração, gestão e acompanhamento do PDR”.

Neste contexto, o PCP contrapõe com uma série de propostas, nomeadamente a criação de uma comissão eventual da Assembleia da República que apresente as conclusões do debate público sugerido pelos comunistas.

Proposta por Octávio Teixeira é ainda a aprovação, no prazo de 90 dias, da lei de criação das regiões administrativas e da legislação sobre gestão e acompanhamento do PDR e do correspondente Quadro Comunitário de Apoio, “com a entrega às autarquias locais de amplos poderes”.

Segurança Social dos trabalhadores

PCP chama diploma à ratificação

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a ratificação pela Assembleia da República do Decreto-Lei que revê o regime de segurança social dos trabalhadores independentes (D.L. 328/93).

A manutenção de distorções e abusos neste regime e até o agravamento de algumas situações prejudiciais para os trabalhadores que auferem rendimentos mais baixos, constituem duas das razões apontadas pelos parlamentares comunistas para esta sua iniciativa, concretizada na passada semana, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente previstas.

Importa assinalar, com efeito, que as prestações de doença (subsídios de doença e de tuberculose), assim como a protecção à infância e juventu-

de e à família (abono de família e prestações complementares), passarão apenas a abranger aqueles que paguem individualmente taxas contributivas de 32 por cento, de acordo com o estipulado no diploma, o que é considerado pela formação comunista “uma manifesta injustiça em termos sociais”.

Acresce ainda que o novo sistema aprovado por este Decreto-Lei passa a abranger os numerosíssimos casos de falsos independentes, trabalhadores assalariados a quem as entidades patronais coagem a inscreverem-se como “independentes” com recibo verde como forma das próprias entidades patronais escaparem às suas obrigações legais, nomeadamente para com a segurança social.

Ora a verdade é que estes

trabalhadores a recibo verde, como assinalam os deputados do PCP no seu pedido de ratificação, vão ser obrigados a descontar do seu bolso ou 25,4 por cento (no esquema obrigatório) ou 32 por cento (no esquema alargado), quando não deveriam efectivamente pagar mais do que os 11 por cento previstos na Lei como trabalhadores por conta de outrem que efectivamente são.

Segurança Social

Em breve vai também ser chamado à ratificação, igualmente por iniciativa da bancada comunista, o Decreto-Lei que estabelece o regime de protecção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime de segurança social.

As contradições da Reforma do Sistema Educativo

A reforma do sistema educativo voltou a estar na ordem do dia da agenda parlamentar, num debate onde veio de novo a lume a “incapacidade do PSD para superar atrasos e implementar o desenvolvimento e modernização do sistema”. Foi na passada semana, a propósito de um projecto de lei do PS visando a valorização do ensino das línguas e da educação tecnológica no 3º ciclo do ensino básico.

A questão levantada tem por

base a decisão tomada no âmbito do decreto-lei 286/89 de colocar em alternativa disciplinas que são consideradas complementares e que funcionam como parte integrante de uma formação global. É o caso da educação tecnológica em opção à segunda língua, uma “das propostas mais negativas de toda a Reforma”, segundo o deputado comunista Paulo Rodrigues, que teve como resultado aumentar o risco de quase desaparecimento da

componente tecnológica uma vez que, foi ainda o parlamentar do PCP a lembrá-lo, “acautelando um possível desenvolvimento de estudos, muitos encarregados de educação não prescindiriam da aprendizagem pelos seus educandos de uma segunda língua”.

Definindo esta medida como uma “contradição pedagógica”, Paulo Rodrigues, situou-a num quadro mais vasto caracterizado em sua opinião pela “contradição

entre os objectivos da Reforma e as características e objectivos políticos do PSD”.

Um alerta para o “desfasamento existente entre as propostas e a realidade de muitas das nossas escolas”, foi ainda deixado por Paulo Rodrigues, antes de se pronunciar sobre o projecto socialista, diploma que considerou positivo pelas medidas preconizadas no sentido de tornar obrigatória uma segunda língua estrangeira, e por definir como disciplina

Solidariedade com Timor-Leste

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto em que apela ao Governo português e ao Secretário-geral da ONU para que continuem a procurar uma “solução política para Timor-Leste, no respeito pelos direitos do povo timorense, consagrados na Carta e nas resoluções das Nações Unidas”.

Subscrito por deputados de todas as bancadas, o voto saúda e solidariza-se “com a corajosa luta do povo timorense” a favor da autodeterminação e “exige a libertação de todos os presos políticos timorenses”.

O livre acesso a Timor-Leste e às prisões indonésias de representantes das organizações humanitárias e de defesa dos Direitos do Homem, constitui outra das exigências contidas no texto aprovado pelo Parlamento, no qual se reclama também de Butros Gali a “publicação do relatório do seu enviado especial sobre o massacre de 12 de Novembro de 1991”.

A Assembleia da República convida ainda os parlamentos e os governos dos países membros da União Europeia a adoptarem uma “posição concreta de apoio à conclusão do processo de descolonização de Timor-Leste e à defesa do direito à autodeterminação do povo timorense”.

Projecto de deliberação

Entretanto, um projecto de deliberação sobre Timor-Leste inicialmente assinado pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues e posteriormente subscrito por deputados de todas as bancadas, foi entregue na Mesa da Assembleia da República.

No texto, aceite pela Comissão Parlamentar de Timor-Leste, o Parlamento “insta o Governo a desenvolver os esforços necessários para que o Conselho de Ministros da Comunidade se pronuncie pela solidariedade com o povo de Timor-Leste e pela sustentação activa da sua causa no Comité de Descolonização das Nações Unidas”.

Este projecto de deliberação surge na sequência, como o próprio texto informa, de diligências de deputados de outros países europeus no sentido do reforço da solidariedade para com o povo maubere, iniciativas essas que, admite-se, abrem “perspectivas de novas e mais amplas formas de solidariedade a nível europeu”.

Entre essas iniciativas, assinala-se, avulta uma sugestão do eurodeputado espanhol Fernando Morán, presidente do Intergrupo Timor-Leste, “para que seja encontrada uma fórmula adequada para que os Parlamentos nacionais pressionem os seus Governos no sentido de levar o Conselho de Ministros da Comunidade a participar na solidariedade com o povo de Timor-Leste, ao nível das Nações Unidas”.

CGTP-IN no Parlamento

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu no final da passada semana uma delegação da CGTP-IN, dirigida por Maria do Carmo Tavares, membro da Comissão Executiva. No decorrer do encontro foi, detalhadamente exposta a posição da Central relativamente ao Regime Geral da Segurança Social, recentemente publicado no Diário da República de 25 de Outubro.

Este Regime, recorde-se, tem sido vivamente contestado pelos sindicatos, que não vêm com bons olhos, entre outros aspectos, o aumento da idade de reforma para as mulheres, a nova fórmula de cálculo das pensões e as alterações ao subsídio de desemprego.

Esta iniciativa da CGTP-IN insere-se num conjunto de reuniões por si solicitadas aos grupos parlamentares e instituições do Estado, visando chamar a atenção para a gravidade do regime jurídico consagrado no novo diploma.

PSD recusa inquérito aos SIS

A Assembleia da República aprovou por unanimidade o relatório das suas contas relativas à gerência de 1988 a 1992, tendo na ocasião todas as bancadas enaltecido a execução orçamental nesse período.

Por unanimidade, faz hoje oito dias, foi também aprovada a proposta que altera o Protocolo relativo aos estatutos do Banco Europeu de Investimento e autoriza o Conselho de Governadores a instituir um fundo europeu de investimento.

Acolhida sem votos contra e sem abstenções foi ainda a proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o Regulamento para a inscrição de farmacêuticos dos Estados-Membros da Comunidade Europeia e de Estados Terceiros na Ordem dos Farmacêuticos.

Destino diverso teve, por outro lado, como previmos no último “Avante!”, o pedido de inquérito parlamentar do PCP às actuações dos Serviços de Informações de Segurança (SIS), designadamente contra estudantes, agricultores e sindicalistas, em violação da Constituição e da Lei, o qual foi rejeitado, sem abstenções, pelo PSD e CDS.

Prejuízos nos campos

PCP defende medidas de emergência

A necessidade de proceder a um levantamento dos estragos, a consequente reparação através do pagamento de indemnizações a inscrever no próximo Orçamento do Estado, bem como a revisão do actual regime do Seguro Agrícola de Colheitas, constituem algumas das medidas que constam do projecto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, visando a reparação dos prejuízos sofridos pelos agricultores devido aos temporais.

Entregue na passada semana na Mesa da Assembleia da República, o projecto recorda, nos seus considerandos, os volumosos prejuízos (ainda não completamente quantificados) decorrentes dos violentos temporais que se abateram em várias regiões do País, perdas essas que em nenhum caso estão cobertas pelo Seguro Agrícola de Colheita, cujo modelo é considerado “desadequado” às necessidades da agricultura e das oscilações climáticas.

Os efeitos das intempéries foram particularmente sentidos pelos produtores de castanha em Valpaços (depois de anteriormente terem sido afectados os produtores de cereja de Resende), bem como na região do Oeste, onde cerca de 500 explorações agrícolas sofreram prejuízos em cerca de 300 hectares de estufas, com a destruição completa de culturas de tomate, alface e feijão verde.

Recordados no projecto de resolução subscrito por parlamentares do PCP são ainda os maus resultados da vindima deste ano - já conhecida como a «vindima da água» -, traduzidos numa quebra de produção estimada em cerca de 40 por cento.

independentes

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira fala ao «Avante!»
sobre o Orçamento do Estado para 1994**Não tem credibilidade
é economicamente restritivo
e socialmente injusto**

Razões fortes levam uma vez mais os deputados comunistas a accionar os mecanismos do pedido de ratificação, a primeira das quais tem a ver com o facto de as alterações introduzidas pelo diploma no regime de pensões do sistema de segurança social significarem uma dificuldade adicional no acesso às pensões, penalizando ainda mais as já degradadas condições de vida dos pensionistas.

Em causa está, concretamente, a reforma no regime de pensões que altera de forma gravosa o método de cálculo das pensões e a uniformização da idade de pensão de velhice, invocada a pretexto da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, aumentando a idade de acesso das mulheres à pensão de velhice de 62 para 65 anos.

não opcional a educação tecnológica.

Apesar desta apreciação positiva, Paulo Rodrigues não deixou de assinalar três aspectos no diploma que do seu ponto de vista merecem reparo. Uma delas refere-se ao agrupamento previsto no projecto das disciplinas de educação tecnológica, educação visual e educação musical numa área designada "Educação Artística e Tecnológica", proposta que no seu entender não tem "justificação pedagógica". A segunda prende-se com a nova desigualdade que se cria com a atribuição de uma carga horária de três horas à segunda língua, num total de quatro horas para o conjunto das três disciplinas da área referida.

"Como poderão as escolas - e esta foi a terceira questão levantada pelo deputado do PCP - estabelecer um plano de curto prazo visando proporcionar a disciplina de educação musical a todos os alunos que a pretendam? Não será essa uma responsabilidade do Ministério da Educação?"

Rectificação

Na nossa última edição, no texto intitulado "Reforma do Sistema Educativo - um rotundo fracasso do PSD", atribuímos, por lapso, ao deputado Paulo Trindade a iniciativa de uma intervenção produzida sobre esta matéria na Assembleia da República. A verdade é que não foi ele o autor mas sim outro deputado da bancada comunista, também Paulo, de nome, mas Rodrigues, de apelido. Fica a rectificação e um pedido de desculpas aos nossos leitores e aos deputados Paulo Trindade e Paulo Rodrigues.

A Assembleia da República concluiu hoje o debate e votação na generalidade relativo às Grande Opções do Plano e ao Orçamento do Estado para 1994. Neste último caso, trata-se de um documento que enferma, a exemplo do que sucedeu com o OE do ano em curso, de grande irrealismo nas projecções macroeconómicas, estando longe de se constituir como um instrumento capaz de contribuir para a saída da crise que o País atravessa. Nesta entrevista ao «Avante!», o presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, explica porquê e adianta razões para entender a natureza restritiva deste Orçamento. Concedida na véspera da abertura do debate, esta entrevista fornece ainda pistas para a compreensão das principais questões que estarão no cerne da discussão, desmontando simultaneamente algumas mistificações que têm alimentado a propaganda do Governo, como seja a redonda mentira de que em 1994 os portugueses não vão pagar mais impostos.

O Orçamento Suplementar para 1993 veio pôr a nu o irrealismo das projecções macroeconómicas do Governo, situação para a qual, de resto, na altura própria, o Grupo Parlamentar do PCP chamou a atenção. O Orçamento para 1994 padece do mesmo erro ou será que o Governo aprendeu a lição?

Como já escrevi no «Avante!», o Governo não aprende, sequer, com os próprios erros. O Primeiro-Ministro continua autoconvencido de que «raramente tem dúvidas e nunca se engana». Quem se engana é a realidade que não se mostra de acordo com as previsões de Cavaco Silva. Se ele afirma que a actividade económica vai em «andamento razoável», apenas com algumas «dificuldades pontuais», e a realidade nos mostra uma recessão, um decréscimo da produção (ainda agora «confirmada» pela Comissão da CEE), é mais que evidente que nem ele nem o seu Governo merecem qualquer credibilidade. O pior é que são a economia nacional e os portugueses que pagam a dolorosa factura deste descrédito do Governo.

Orçamento restritivo

Tu próprio chamaste a atenção para o paradoxo que parece existir entre a prevista desaceleração do crescimento dos rendimentos e a aceleração do consumo privado. Como explica esta projecção do Executivo?

Julgo que há duas explicações essenciais para este comportamento do Governo. Por um lado, ao «prever» que o consumo vai continuar a crescer, pretende incutir na opinião pública que os portugueses verão no próximo ano os seus níveis de vida aumentar. O que significaria que afinal a «moderação salarial» que o Governo quer impor conteria um crescimento real dos salários e que a continuação da redução dos postos de trabalho (do emprego) e do aumento do desemprego, seria apenas marginal, poderia atingir apenas um ou outro cidadão mais desafortunado. O que é totalmente falso!

Por outro lado, sendo como o Governo diz que «vai» ser, é eviden-

te que o Orçamento do Estado para 1994 não precisa de aumentar as despesas para empurrar a actividade económica e para fazer face ao maior número de desempregados e ao alastrar de situações de pobreza. E, assim, apresenta um Orçamento restritivo.

E quanto ao investimento?

Neste caso a «previsão» do Governo assenta essencialmente num embuste.

Mas o investimento público ao abrigo do PIDDAC não deverá potenciar um crescimento significativo?

Lá que deveria, deveria. Mas não potencia. É o tal embuste de que te ia a falar. Este ano, o Governo resolveu alterar a forma de inscrição orçamental do investimento da Administração Central. Em duas palavras, passou a inscrever no Orçamento as verbas comunitárias para esse investimento, coisa que até hoje não fazia. Até aí tudo bem, pois isto poderá significar mais transparência. Mas nessa altura veio-lhe à cabeça aproveitar a alteração para propaganda mentirosa. Não fez o mesmo para o PIDDAC de 1993, a fim de se poder comparar a evolução efectiva, e começou a bradar que o investimento aumenta 15% em termos reais. Esqueceu-se, porém, de uma coisa. É que o Departamento Central de Planeamento, em Fevereiro deste ano, publicou esses valores do PIDDAC com os fundos comunitários. E a comparação que se pode fazer com o orçamentado em 1994 mostra não um aumento de 15% mas uma diminuição real de 1%.

Quando alguém se enreda em mentiras sucessivas é difícil dominar todos os elementos da corrente de mentiras. Foi o que neste caso sucedeu ao Governo.

Mas estas restrições orçamentais, claramente injustificadas e erradas, não se verificam apenas no investimento material. Existem também, e ainda com maior amplitude no investimento dos recursos humanos, na educação. O Governo nunca mais aprende que as despesas na educação, tal como na saúde ou na investigação científica e tecnológica, por



e investimento privados e assim sustentar um nível de actividade económica minimamente aceitável.

Mas não. O Orçamento para 94 é um orçamento restritivo que não potencia o crescimento económico e ao aumento do emprego, antes reforça a recessão, o desemprego e a redução do nível de vida dos portugueses.

Mais imposto em 1994

Falámos das despesas. E em matéria de receitas é verdade ou não que os portugueses vão pagar menos IRS em 1994, como afirmou Cavaco Silva?

Olha, quando ouvi essa da boca do «nosso Primeiro», lembrei-me do Jo Soares (o comediante brasileiro) quando ele dizia: «contaram só para você!». Todos os portugueses vão pagar mais imposto que em 1993, e isto com base nos parâmetros apresentados pelo

Governo. E não haverá nenhuma família, pelo menos até um rendimento mensal de mil contos, que tenha o tal aumento do rendimento real de 1% por efeito das alterações no IRS. É evidente que isto não se aplica aos que fogem ao imposto, àqueles que nunca pagaram e vão continuar a não pagar imposto, porque praticam a evasão e a fraude fiscais. Sem que o Governo fiscalize o que quer que seja. Aliás, isto faz-me lembrar mais uma das mentiras do Governo profusamente propagandeadas ao longo dos anos, segundo a qual os benefícios fiscais concedidos às grandes empresas e aos grupos económicos era diminuto.

Se pegarmos nos Orçamentos de 1991, 1992 e 1993, vemos que as previsões do Governo para esses benefícios somavam 56 milhões de contos, uma média de 18,5 milhões por ano (o Governo dizia que era pouco!). Este ano, por força das circunstâncias do buraco orçamental, apresentou os valores efectivos. E verifica-se apenas isto: a previsão de 56 milhões deu lugar a uma perda efectiva de receita fiscal, apenas nesses três anos, de 194 milhões de contos! Quase o quádruplo! Só para as grandes empresas e grupos económicos!

E para 1994 o Governo prevê que os benefícios fiscais globais atinjam os 103 milhões de contos. Isto é um escândalo, principalmente quando o Governo exige a baixa dos salários reais, decreta aumentos de miséria para os reformados e propõe aos trabalhadores da função pública zero por cento de aumento.

É naqueles 103 milhões de contos que está a fuga ao fisco, designadamente a «bronca» das facturas falsas que parece preocupar tanta gente...

Em síntese, como caracteriza este Orçamento para 1994?

É um orçamento sem credibilidade mas, fundamentalmente, é um orçamento contrário às exigências colocadas pela crise económica e social, um orçamento economicamente restritivo e socialmente injusto.

exemplo, não são despesas de consumo mas efectivas despesas de investimento prioritárias, já que delas depende em grande medida o crescimento quantitativo e qualitativo da produção no futuro. Para além das razões sociais evidente. Como se passa ainda com a redução real das transferências orçamentais a que as autarquias locais têm legalmente direito.

Enganar os reformados

Mas, assim sendo, como justificar as previsões avançadas pelo Governo?

As «previsões» do Governo não têm por objectivo apresentar o cenário provável ou mais provável da evolução económica. Esta prática já não é de hoje, antes se repete todos os anos. Os objectivos prosseguidos têm sido sempre o de mostrar um país de oásis para travar o descontentamento e as reivindicações populares. Quem acredita no Governo e nas suas previsões fica sempre com a sensação de que só ele é que, por azar, está a ser sacrificado, que os outros estão todos bem. É o chamado «jogo das expectativas». Aliás, em 1994, o Governo joga também com uma baixa da taxa de inflação para 5%. Mas essa baixa é praticamente impossível, nomeadamente devido aos efeitos que a desvalorização do escudo que nos últimos meses o Governo foi obrigado a aceitar. Mas com esta previsão de 5%, o Governo pretende enganar os reformados de que vão ter um aumento real de 1% (e não vão) e pressionar os trabalhadores a aceitarem aumentos salariais de 5%.

Poderemos concluir então que este Orçamento não vem dar um contributo para a saída da crise?

Sobre isso não me restam dúvidas. No contexto de uma profunda crise económica, exigia-se uma política orçamental expansionista com o objectivo de compensar, parcialmente embora, a quebra do consumo

Menos professores, menos dinheiro

Orçamento de Estado anuncia ruptura na Educação

Em nota divulgada na passada segunda-feira, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP condena a proposta de Orçamento de Estado para a área da Educação, afirmando que ela prejudica todos os sectores de ensino. O texto que transcrevemos de seguida refere:

«O Governo do PSD afirmava em tempos, e às vezes alguns dos seus propagandistas ainda afirmam, que a educação era (seria) a "prioridade das prioridades". Em si, pelo valor estratégico que a elevação dos níveis e da qualidade da educação encerra, esta afirmação só poderia merecer a nossa aprovação. Porém, entre a política anunciada e a política concretizada, o fosso não poderia ser maior. A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP procedeu a uma análise atenta da proposta do Orçamento do Estado para 1994 para a área da Educação. O juízo condenatório que faz não pode deixar de ser muito veemente.

Ruptura para 94

«Vejam, em concreto, alguns casos mais reveladores da real política do PSD na Educação.

«As despesas de funcionamento do Ministério da Educação, em 1993, depois de suprido o buraco existente, através do orçamento corrigido, cifram-se em 602,5 milhões de contos. O projectado para 1994 inclui apenas 602,9 milhões de contos. Ou seja, admitindo-se bondosamente a taxa oficial prevista para a inflação em 1994

(5,5%) o que vamos ter é uma **diminuição real das verbas para a educação da ordem dos 4,5%**. Para "prioridade das prioridades", não está mal!

«Tem-se dito, erradamente, que na proposta de Orçamento do Estado para 1994 o ensino não superior público é penalizado e o ensino superior beneficiado. Não é, em rigor, isso que se passa. Todos os sectores de ensino são prejudicados, uns relativamente mais, outros menos.

«Os estabelecimentos de ensino não superior levam o maior corte relativo: menos 12,4 milhões de contos (em valor nominal) que em 1993, ou seja, menos 36,8 milhões de contos realmente, tomando-se em conta a inflação oficialmente prevista. Dois terços dos cortes feitos resultam da redução do número de professores.

«Para traduzir com rigor o sentido da política do Ministério da Educação compare-se por exemplo a proposta de Orçamento para 1994 com a despesa verificada em 1992, a preços desse ano: os estabelecimentos de ensino não superior irão dispor de menos 64,3 milhões de contos para o seu funcionamento!

«É, este, um facto da maior gravidade: a reforma educativa, se já estava pelas

ruas da amargura, nos ensinos básico e secundário, pior e mais comprometida ficará ainda.

«Quanto aos estabelecimentos de ensino superior eles têm no seu horizonte uma situação relativamente menos negra. Mesmo assim vão ter menos 1,7 milhões de contos que em 1992 (a preços constantes do ano passado) e, por outro lado, ninguém ignora a política de garrote financeiro que, de há anos, marca a actuação deste Governo em relação ao ensino superior público.

«É caso para dizer que de onde já não há, já não se pode tirar. A acção social escolar constitui um eixo de intervenção política de primeira importância para se poder assegurar a democratização da educação: é através dela que se devem contrariar os efeitos da desigualdade económica manifesta de estudantes oriundos de diferentes classes e grupos sociais. Pois bem: os 8 milhões de contos orçamentados para 1994 representam menos dinheiro, em valor absoluto, que o atribuído para este domínio, seja em 1993 seja em 1992. Se então se levar em linha de conta a inflação, o valor para 1994 representa menos 19% que o valor gasto em 1992 - é bem o espelho da política elitista deste Governo que na propaganda eleitoral prega a igualdade e na prática age segundo o princípio de que a educação é para quem a puder pagar.

«E quem a puder pagar, bem caro, é ajudado: num

horizonte fortemente restritivo, que dizer do acréscimo nominal de 11,5% das verbas para apoio ao ensino particular e cooperativo, se não que os governantes o apadrinham ao mesmo tempo que condenam o ensino público a vegetar?

Investimento diminuto

«Até agora temos referido apenas as despesas do funcionamento do sistema educativo que aliás, continua a representar o grande grosso das despesas com educação. Comparativamente, enquanto o funcionamento corrente consome quase 93% das verbas, os investimentos representam apenas 7,1%, o que é mais do que modesto.

«Pois bem: as verbas para investimentos têm globalmente um pequeno acréscimo de 1,1 milhões de contos, ou seja, um crescimento apenas de 2,3% em relação a 1993.

Só mesmo outra política

«Os números aludidos, como quaisquer números, são áridos. Estes, como quaisquer outros, só ganham sentido se nos esforçarmos por os preencher da realidade de cruel a que se reportam: professores mal pagos (a quem, em muitos casos, nem as dívidas contraídas são pagas: veja-se, a não aplicação das determinações dos estatutos de carreira, só por-



que custam... dinheiro, claro!); o agravamento das restrições aos orçamentos das escolas, escolas degradadas, donde apetece mais fugir do que entrar lá, equipamentos em falta ou obsoletos; crianças, jovens e famílias carecidas de apoios económicos, a quem estes são negados porque os critérios impostos são mais que espartanos; projectos de investigação que não arrancam ou que param a meio; aumento dos alunos, incompatível, por escola e por turma; livros e outro material escolar a que alguns nunca conseguem chegar, de princípio a fim do ano, etc.

«Contudo, quem ouça os governantes, quem ouça o ministro da Educação, pensa estar a figurar num filme de ficção: eles vão afirmando e repetindo que estamos cada vez mais perto da Europa,

que a educação é (mesmo) a "prioridade das prioridades".

Quem é que ainda acredita nisso? São apenas maus actores, a repetir um mau papel que escrevem e que representam. Tal como no teatro, pode-se mostrar-lhes que a peça não presta; já deu o que tinha a dar. Melhor será, para o país, tirarem-nos de cena.

«O estado a que a educação já chegou, e o estado ainda pior a que o Governo a conduz, obrigam todos os cidadãos com consciência democrática, e neste caso em particular, os estudantes, os professores, os pais e encarregados de educação, os autarcas, a uma intervenção persistente e combativa, pela educação e pelo ensino de qualidade para todos os portugueses a que o país aspira e de que necessita».

Juventude perde verbas em 94

Orçamento da estagnação

Segundo uma análise da JCP a proposta de Orçamento de Estado para 1994 irá ter graves consequências na situação social dos jovens.

Em particular, esta organização juvenil refere «o decréscimo real que o Orçamento para a Educação vai sofrer no próximo ano» e a estagnação do Orçamento para a chamada «área da juventude».

Esta última, gerida directamente pela Secretária de Estado da Juventude, essencialmente através do recém-criado Instituto Português da Juventude, constitui uma parcela diminuta no conjunto do Orçamento de Estado e apresenta uma «completa estagnação, quer no plano financeiro, quer no plano político, em que o Governo se revela incapaz de encontrar novas soluções e orientações», afirma a JCP.

Designadamente, observa-se estagnação quanto «ao volume das verbas dispendidas - o ligeiríssimo aumento que se verifica devido ao acréscimo de fundos comunitários não compensa sequer a forte redução verificada entre 1992 e 93. Mesmo em termos nominais, o Orçamento para 94 tem valores semelhantes aos de 1992. O corte real é portanto bastante acentuado».

A estagnação estende-se ainda «à orientação política» onde se mantêm as «erradas opções de fundo».

Para a JCP, a política de juventude do PSD peca por «em vez de optar decididamente pelo apoio ao associativismo juvenil, permitindo aos próprios jovens dispor de meios financeiros para a promoção de actividades e iniciativas, o Governo insiste em promover ele próprio uma panóplia de programas de acções propagandísticas, visando controlar o associativismo juvenil, substituir-se aos jovens e manter o activismo juvenil na órbita governamental».

«Se esta política conduziu», continua a nota da JCP, «ao completo descrédito do Instituto da Juventude, a verdade é que,

a avaliar pela estrutura funcional do Orçamento de Estado é precisamente a mesma política que o recém-criado Instituto Português da Juventude é chamado a desempenhar. Assim, continua a ser claramente insuficiente e relativamente diminuta a parte do Orçamento de Estado reservada para o apoio ao associativismo».

«O ligeiro aumento que se verificará em relação a 1993 não é suficiente para ocultar a perda de peso orçamental que o apoio ao associativismo tem vindo a acusar nos últimos anos. O facto de este ano o Governo ter transferido programas ocupacionais para a rubrica de apoio ao associativismo fazendo-a aumentar 220 mil contos por mera operação contabilística, não esconde



que, mesmo assim, as verbas para o apoio ao associativismo são inferiores, em termos nominais, às de 1991. Pelo que de então para cá a quebra tem sido abissal».

«Verificam-se de 1993 para 1994 reduções de verbas que são particularmente significativas e condenáveis:

- O apoio a infra-estruturas das associações juvenis manter-se-á ao nível nominal de 1993, o que representará uma quebra real de pelo menos 5,5 por cento. O mesmo se passa com as rubricas para «apoio a iniciativas jovens e apoio a actividades para jovens».

- O apoio ao Conselho Nacional de Juventude mantém o valor nominal de 1991. Desde então, nunca mais se alterou. Este facto é bem elucidativo da forma como o Governo selecciona partidariamente os apoios que concede. A partir do momento que o CNJ passou a assumir uma postura de independência face ao poder político, passou a ser penalizado financeiramente apesar de ter visto aumentar a sua representatividade.

- São nominalmente reduzidas as verbas destinadas ao apoio ao associativismo das comunidades portuguesas, ao apoio às federações distritais das associações de âmbito local e à cooperação com os PALOP, que diminuirá nominalmente em 49 por cento».

Em conclusão, os jovens comunistas consideram que «o carácter antijuvenil da política do Governo PSD é cada vez mais evidente. Para além de ser responsável por uma situação de crise económica e social que lança muitos milhares de jovens na incerteza do trabalho precário e na angústia do desemprego, o Governo PSD prossegue uma política de confrontação com os jovens - com aumentos de propinas, com a redução da acção social escolar, com acrescidas dificuldades de acesso a uma ensino de qualidade. O Orçamento de Estado para 1994 é mais um passo nesta escalada de confrontação».

O Porto para todos!

Com a presença de Ilda Figueiredo e outros Candidatos à Câmara Municipal do Porto, realizou-se no passado dia 12 a apresentação pública do programa da CDU, para a cidade do Porto, sob o lema «O Porto para todos!».

Foi uma sessão muito concorrida e que despertou enorme interesse na Comunicação Social.

Ilda Figueiredo, no seu improvisado, disse que o Porto está doente — poluído, degradado, triste e desumanizado — pelo que é urgente tratá-lo. Mas esse tratamento não se deve nem pode limitar-se, como aconteceu até hoje, aos cuidados da imagem mas sim estender-se às suas doenças mais profundas.

Mais adiante, Ilda Figueiredo disse que a CDU apresentava hoje a alternativa global da gestão da cidade, que culmina um intenso trabalho de diagnóstico.

Trabalho feito em diálogo com as populações e instituições do Porto, atra-

vés de múltiplas visitas e reuniões.

Calcorreu-se o Porto, ouviram-se as queixas, viu-se a degradação, ou seja, o verso e o reverso da gestão municipal de Fernando Gomes.

De um lado, o terciário, a crescer o asfalto e o cimento, as obras nas ruas centrais, os viadutos, etc.; do outro lado, o aumento da degradação, da tristeza, da poluição, da desumanização.

Aliás, os números estão aí, e inquestionáveis por insuspeitos, uma vez que são dados oficiais:

— mais de 50% da população da cidade do Porto não tem esgotos;

— mais de 40% sobrevive sem condições dignas, quase sub-humanas;

— escolas sem cantinas, e que são da responsabilidade da Câmara;

— no Porto existem apenas quatro creches/infantários oficiais e a Câmara sempre ignorou este problema de tamanha importância.

Tudo isto é da responsabilidade da gestão de Fer-

nando Gomes que apenas se preocupou com a outra fachada, por ser aquela que impressiona mais facilmente o cidadão comum e os «média», ignorando sempre os mais desfavorecidos.

A terminar, Ilda Figueiredo garantiu que, sejam quais forem os resultados das próximas eleições, a nova Câmara será diferente.

Enfrentar desafios

Do programa, extenso documento apresentado na sessão, salienta-se o privilégio dado pela CDU a um «esforço de construção de habitações que dê aos portuenses condições para viverem bem na sua terra» propondo-se a coligação «lutar pela construção de 10 mil novas habitações sociais de qualidade em várias zonas da cidade; a recuperação dos bairros camarários; o apoio aos moradores para construção própria; a criação do Pelouro dos Bairros Sociais; o incentivo à recupera-

ção das zonas antigas e degradadas para os seus moradores e a concretização do projecto de recuperação da encosta e margem do Douro desde o Freixo à Foz, em diálogo com os moradores.

Quanto ao ambiente e saneamento básico, para além das propostas concretas avançadas, a CDU considera «que o Porto deve atingir pelo menos os índices médios nacionais quanto a saneamento. Na área dos transportes públicos e trânsito, a CDU aposta numa cidade e numa área metropolitana mais fáceis de percorrer, mais cómodas e limpas, que privilegiem o transporte de qualidade.

Cultura, Desporto, Educação, infância e juventude, Saúde e, por fim, Urbanismo e Desenvolvimento, são áreas que mereceram da CDU propostas concretas, dando os seus candidatos garantias de serem capazes de enfrentar os desafios de uma cidade que quer ser moderna sem perder a sua identidade.

IV Assembleia dos emigrantes comunistas na Alemanha

Realizou-se recentemente, em Colónia, a Assembleia dos comunistas portugueses emigrados na Alemanha.

O balanço da actividade desenvolvida desde a anterior Assembleia (Maio/92); a análise dos problemas dos emigrantes; o plano de actividades futuras; a eleição do Organismo de Direcção Nacional, que foi eleito com um voto contra e uma abstenção, foram as questões debatidas num debate que decorreu de forma viva e participada.

O camarada Joaquim Miranda, membro do Comité Central e deputado no Parlamento Europeu, fez a intervenção a encerrar os trabalhos, focando em particular os aspectos decorrentes da entrada em vigor do Tratado de Maastricht.

Após a Assembleia, o eurodeputado deslocou-se a várias associações portuguesas na região de Frankfurt: Clube 8 de Dezembro em Wiesbaden, União Desportiva e Missão Católica em Mainz, Associação de Bad Kreuznach e Centro Cultural Português em Frankfurt. Joaquim Miranda dialogou com sócio e directores dos referidos organismos sobre temas diversos, tais

como União Europeia, falta de apoio à actividade das associações, os problemas dos emigrantes.



Manifestação em Lisboa, Julho de 1993, de emigrantes na região de Estugarda, frente ao Ministério da Educação, protestando contra a supressão de cursos de Português no estrangeiro

A Campanha eleitoral da CDU para as autarquias

exige grandes recursos financeiros

Dá o teu contributo!



Açores Reforçada importância da CDU

Após a sua reunião da passada semana, o Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP promoveu uma conferência de imprensa, durante a qual o seu coordenador, José Decq Mota, membro do Concelho Nacional do Partido, apresentou uma declaração sobre a situação política regional e as eleições autárquicas. Por sua vez, Paulo Valadão, deputado regional do PCP, fez também uma declaração, esta sobre o Plano e Orçamento para o próximo ano, em que se condena o Governo Regional por, fugindo à lei, não ter feito acompanhar as suas propostas dos respectivos pareceres e consultas, o que impossibilita as comissões «de analisar as propostas a luz das opiniões que sobre elas tenham a força viva da sociedade».

Começando por traçar o quadro de luta política em que as eleições vão desenrolar-se nos Açores, Decq Mota sublinhou ser «legítimo e urgente lembrar aos açorianos que o Governo do PSD que temos é aquele que criou o caos financeiro; que deixou instalar a crise na lavoura; que nada fez para modificar as condições de trabalho na pesca; que tem pretendido piorar a assistência médica; que é incapaz de resolver o problema habitacional das classes sem quaisquer recursos; que revogou a remuneração complementar dos funcionários públicos; que tudo fez para que as actualizações salariais sejam baixas; que impôs um centralismo interno excessivo e perigoso; que é incapaz de resolver os inúmeros problemas económicos e sociais que temos».

«Um partido — o PSD — que governa desta forma», salientou o dirigente comunista, «não está em condições de ganhar câmaras e freguesias, porque isso significaria inevitavelmente a acentuação do centralismo governativo e traria grande prejuízo ao desempenho das autarquias».

A CDU é indispensável

Seguidamente, Decq Mota passou a referir-se à CDU, «encarada hoje com crescente confiança por cidadãos com percursos políticos anteriores muito variados, mas que vêem na CDU uma força política indispensável». Na sua declaração, o Coordenador da DORAA lembra que a CDU concorre com listas próprias em 15 concelhos e 49 freguesias nos Açores, e integra as coligações «Com Ponta Delgada» e «Pelo Corvo». São mais de um milhar os candidatos da CDU, que integram 43 por cento de independentes e em que participam 18 por cento de mulheres. Seis das quinze listas às câmaras municipais e três das assembleias municipais são encabeçadas por independentes.

Nos casos específicos das coligações «Com Ponta Delgada» e «Pelo Corvo», Decq Mota adiantou:

«Em ambos os casos, é possível e necessário evitar que o partido do Governo coloque os respectivos municípios a reboque do centralismo governativo que pratica.

«Em ambos os casos, as soluções de coligação encontradas têm suporte eleitoral, têm capacidade técnica e política e têm um grau de coesão que garante uma alta eficácia administrativa.»

E mais adiante:

«O Secretariado da DORAA, confiante nas vitórias das Coligações em que CDU participa, reafirma o total empenhamento do PCP e da CDU nas campanhas respectivas e sublinha que tais vitórias abrirão uma perspectiva concreta de mudança democrática e equilibrada na vida regional.

«O Secretariado da DORAA sublinha, também, que, quer nos casos do Corvo e Ponta Delgada quer nos restantes concelhos, as candidaturas do PSD não conseguem esconder o total seguidismo em relação à política centralista do governo que as caracteriza.

«A importância da CDU na vida política regional foi reforçada no ano em curso com o reconhecimento, por outras forças da oposição, nomeadamente o PS, de que a CDU é um parceiro necessário.

«Tal reconhecimento corresponde, de forma plena, à posição assumida pela CDU há longos anos segundo o qual só a convergência das várias vertentes do descontentamento poderá criar condições indispensáveis a uma modificação democrática na vida regional.

«É por ter consciência rigorosa e exacta da importância da sua intervenção que a CDU aceitou participar em Coligações nos dois casos em que a vontade de fazer coligação simultânea ao PS e à CDU e é também por ter consciência do seu papel que a CDU decidiu concorrer sozinha nos 15 concelhos onde, não havendo da parte do PS vontade de se coligar, há capacidade de intervenção própria da CDU.»

Abrantes

Grande oportunidade para o povo e a CDU

«Em Abrantes, o seguro é apostar numa tripla. PS, PSD e CDU disputam as eleições taco-a-taco». Foi com estas palavras que a SIC iniciou a peça dedicada às eleições autárquicas no município de Abrantes.

É essa, com efeito, a situação que se respira neste concelho repartido pelas duas margens do Tejo. Trata-se acima de tudo da grande credibilidade da proposta autárquica da CDU que em Abrantes tem uma componente local de reconhecida qualidade, em termos programáticos e da equipa com que se apresenta aos diferentes órgãos autárquicos, o que lhe confere muito boas perspectivas de crescimento, em confronto com as dificuldades que atravessam os seus principais adversários.

O PSD, que foi maioritário no mandato a findar, está dividido e nem sequer recandidata o actual presidente. O PS, que perdeu a Câmara em 1989 pela ineficácia da sua gestão, apresenta-se agora com uma lista de ilustres desconhecidos no concelho.

O almoço de confraternização que reuniu, no passado sábado, candidatos, activistas e apoiantes da CDU, cerca de 130 participantes, em S. Facundo, foi um claro testemunho da confiança

num bom resultado e do entusiasmo com que se luta por ele na coligação formada pelo PCP, PEV, ID e independentes.

O próprio local escolhido para o encontro — o parque desportivo e recreativo de S. Facundo, uma obra iniciada pela Comissão de Moradores local em 1975, e concluído pela Junta de Freguesia CDU em 1983 — constituiu uma chamada de atenção para dois importantes atributos da coligação unitária: as suas profundas raízes populares e a sua capacidade de realização.

A ocasião do almoço foi especialmente dedicada à apresentação dos «12 pontos para mudar Abrantes», pelo cabeça de lista à Câmara Municipal, Luís Peixoto, médico e deputado do PCP à Assembleia da República.

Na sua proposta programática, a CDU abrantina dá especial destaque ao desenvolvimento socioeconómico, ao ambiente, ao abastecimento de água, ao turismo, à juventude e ao desporto, à defesa do património histórico e à cultura.

Luís Peixoto salientou, a propósito deste programa: «Não bastam, porém, os doze pontos para mudar Abrantes, a equipa proposta pela CDU é que há-de fazê-lo».

Pegando-lhe na palavra,

Carlos Brito, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do PCP, que participava no almoço como convidado, observou que «A CDU em Abrantes, além de um bom programa e de uma boa equipa, tem um bom ponta-de-lança, que é fundamental para ganhar, como se tem visto. É por tudo isto que a generalidade da imprensa reconhece que a CDU tem uma grande oportunidade, mas essa grande oportunidade é sobretudo para as populações do concelho de Abrantes, se escolherem a CDU».

Noutro passo, salientou aquele dirigente do PCP: «A maior prova de que a CDU é de confiança é a sua obra. Em Abrantes não é preciso sair do concelho para ver essa obra nas freguesias governadas pela CDU, nomeadamente em S. Facundo, Bemposta e S. Miguel».

Os presidentes destes três juntas de freguesia que estavam presentes, respectivamente Amílcar Alfaíatinho, Irene Aparício e Maria José Paulino, foram muito aplaudidos pelos assistentes. Além das três juntas de freguesia referidas, todas na zona rural onde se efectuou o almoço, a CDU é também maioritária, desde 1985, na Freguesia do Tramagal.



CGTP-IN lembra massacre de Santa Cruz

A CGTP-IN recorda, em comunicado, o massacre no cemitério de Santa Cruz, alertando para «o oportunismo e a falta de vergonha dos impulsionadores da recém-criada Associação de Amizade Portugal-Indonésia, numa clara tentativa de branquear os actos repressivos cometidos pelo ocupante indonésio e as suas permanentes violações dos direitos humanos contra um povo que apenas deseja a liberdade, a independência e a Paz».

A nota divulgada refere que «o massacre hediondo de civis indefesos que assistiram às exéquias de dois jovens vítimas da brutal acção do exército de ocupação indonésio em

Timor-Leste denuncia à evidência a sangrenta repressão que já fez dez centenas de milhares de vítimas ao longo de 17 anos de ocupação indonésia».

A CGTP-IN reafirma o seu apoio incondicional «ao povo martirizado de Timor-Leste «no esforço que vem desenvolvendo na defesa dos seus direitos».

Por seu turno, a **Ecolojovem**, organização juvenil de «Os Verdes», recordando o massacre de Santa Cruz, acusa a comunidade internacional de continuar a ter «uma dualidade de critérios que é visível pelo silêncio e pela simples solidariedade abstracta que são manifestados».

Évora

No passado dia 12, a CDU abriu as portas da sua sede na cidade de Évora, uma casa recuperada pelas mãos hábeis de operários e artistas os quais criaram um espaço agradável o qual passará a ser ponto de encontro de candidatos, activistas e outros democratas apoiantes da CDU.

Estiveram nesta iniciativa largas dezenas de pessoas entre as quais muitos candidatos. No decorrer do convívio interveio o cabeça de lista à C. M. de Évora, o camarada Abílio Fernandes que exaltou os presentes para o trabalho eleitoral e mostrou a confiança da CDU, com trabalho e empenhamento, em atingir um bom resultado no próximo dia 12 de Dezembro.

Aigualva-Cacém

No espaço CDU no Cacém, realizou-se a apresentação pública dos candidatos a esta Freguesia. Foram muitos os que participaram na festa que se prolongou em convívio, com música, até à noite. Intervieram Hipólito dos Santos, candidato à presidência da Junta de Freguesia, Lino Paulo, cabeça de lista para a Câmara Municipal de Sintra e, ainda, Marta Santos, da Juventude CDU.

Também em S. João das Lampas e Terrugem foi feita a apresentação dos candidatos CDU, num almoço em que participaram 180 pessoas.

Vila Nova de Gaia

Durante a tarde de sábado foram dezenas os militantes e activistas que estiveram empenhados na distribuição de centenas de documentos da CDU em vários locais do concelho.

Honório Novo, Alberto Andrade e Ruth Rodrigues, candidata a Mafamude, com diversos outros candidatos, estiveram no Bairro e Alameda do Cedro e no núcleo da Cooperativa de Sto António das Antas, enquanto no adro da Igreja de S. Félix da Marinha, António Rocha, o cabeça de lista a esta freguesia, acompanhado de outros candidatos, distribuía documentos. Outro tanto faziam Manuel Santos e os membros da lista candidata à freguesia de Avintes.

Um conjunto musical da Afurada esteve a animar o **Convívio de Jovens da CDU em Avintes** que se realizou na noite de sábado na popular colectividade «Mérito Dramático». Entretanto, em Valadares, num café local cedido para o efeito, decorria uma sessão de Fado e **Convívio dos candidatos com a população valadarense**.

Honório Novo fez questão de participar nas duas iniciativas, apelando «à importância de **redobrar o esforço colectivo da campanha, designadamente junto dos descrentes e dos indecisos, para que a CDU possa ter um grande resultado eleitoral em Gaia, para que haja mais eleitos da CDU**».

José Duarte, bancário, é o cabeça da lista da CDU que foi apresentada publicamente durante uma sessão-convívio que decorreu na tarde de domingo na Escola Primária do Maninho, naquela freguesia, e onde estiveram presentes os candidatos Honório Novo e Conceição Mendes.

Belmonte

No dia 14 de Novembro, a CDU do concelho de Belmonte fez a apresentação dos candidatos e inaugurou a sua Sede, na Rua Pedro Álvares Cabral, 96 — Belmonte. Estiveram presentes 150 pessoas,

havendo pessoas de outras áreas políticas, mostrando simpatia pela candidatura CDU.

Há confiança de que a CDU vai reforçar a sua votação no concelho.

Setúbal

Dedicar especial atenção à Escola Primária de Santa Maria da Graça, para, em conjunto com as respectivas Direcção e Associação de Pais, contribuir para a resolução dos problemas ali existentes, alguns deles originados pela degradação do meio envolvente — eis um dos objectivos dos **candidatos da CDU à Freguesia de Santa Maria**, que em breve divulgarão o seu programa ao eleitorado.

Foi aliás nesta freguesia que a CDU centrou parte das suas atenções neste fim-de-semana.

Heitor Matos, Francisco Lobo e Maria João Luz, respectivamente, candidatos à Presidência de Câmara e Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de Santa Maria, e outros candidatos e activistas da CDU percorreram as zonas da Praça do Brasil e do Bairro Salgado, para divulgação da Carta ao Eleitorado, iniciativa igualmente promovida na freguesia de São Sebastião, para cuja Presidência de Junta a CDU candidata Joaquim Oliveira e Costa.

Outra iniciativa da CDU foi o **Magusto de São Martinho**, realizado nas instalações da **Cooperativa de Habitação do Faralhão**, (sábado, 18 horas), e um porta-a-porta no domingo de manhã, na zona das Amoreiras e do Bairro do Liceu, na Freguesia de São Julião.

Cascais

O candidato da CDU à presidência da Câmara de Cascais, Carlos Sota, visitou a Escola Secundária de S. João do Estoril a convite da Associação de Estudantes.

No encontro, Carlos Sota referiu-se ao actual estado da escola que acolhe cerca de 3000 alunos e onde as condições das instalações, logradouros e apoio social estão longe de criar o melhor ambiente, embora seja de louvar a actividade da Associação de Estudantes e dos Conselhos Directivo e Pedagógico, tendo afirmado na altura que interviria na Câmara e na Assembleia da República, de modo a melhorar as condições.

O candidato teve ainda a oportunidade de participar numa aula, tendo afirmado aos alunos que a CDU considera importante e dará oportunidades para que os jovens participem cada vez mais na vida no concelho, porque serão, no amanhã, os líderes da comunidade.

Pico da Pedra

Foi num ambiente de grandes, entusiasmo e confiança que, com a presença do Coordenador Regional da CDU/Açores, José Decq Mota, a CDU do Pico da Pedra procedeu, na noite do passado sábado, à apresentação pública dos seus Candidatos às eleições para a Assembleia de Freguesia e à inauguração da sua Sede de Campanha, o que acontece pela primeira vez naquela localidade.

Vitor Duarte, actual eleito na Assembleia de Freguesia do Pico da Pedra e de novo cabeça de lista da CDU àquele órgão autárquico, foi o primeiro orador da noite, sendo saudado com fortes aplausos da assistência quando, após apresentar um a um todos os componentes da lista, salientou que todos eles valem pelo seu conjunto e pelo empenhamento solidário e coeso em que aponham para a obtenção de uma expressiva votação no próximo dia 12 de Dezembro.

COMUNIDADE EUROPEIA

Pescas

A Comissão Europeia decidiu, na passada sexta-feira, atribuir cerca de 700 mil contos a projectos de modernização do sector português da pesca e aquacultura. O montante, equivalente a 2,1 milhões de ecu, provém de um total de 12,6 milhões de contos (65,29 milhões de ecu), correspondentes a 590 projectos de modernização da frota de pesca, da aquacultura e dos portos da Comunidade.

Segundo a Comissão Europeia, citada pela Lusa, a dotação portuguesa será repartida da seguinte forma: cerca de 212 mil contos para projectos de aquacultura, 67 mil para equipamento de portos e 42 mil para a construção de navios.

As verbas agora atribuídas correspondem à segunda fatia de financiamentos disponibilizados, no corrente ano, para as medidas estruturais do sector pesqueiro comunitário.

Acordo

A Comunidade Europeia e a Rússia vão assinar um acordo de parceria no final deste mês ou início de Dezembro, anunciou há dias o primeiro-ministro belga e actual presidente em exercício da Comunidade, Jean-Luc Dehaene, que com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, se deslocou recentemente a Moscovo.

O dirigente belga revelou ainda que convidou o presidente russo, Boris Ieltsin, a visitar Bruxelas dia 9 de Dezembro, na véspera da cimeira de chefes de Estado e de Governo da Comunidade, para assinar uma declaração de intenções com a presidência da Comissão sobre o referido acordo.

O chamado "acordo de parceria" destina-se a abrir, gradualmente, os mercados da CE aos produtos russos, apesar de os Doze ainda não terem decidido se vão aceitar um acordo de comércio livre. O acordo não implica que a Rússia venha a ser membro da Comunidade.

Venda de armas à Indonésia

A Comunidade, sempre tão pronta em condenações, tem manifestado em relação à Indonésia uma particular ponderação, chamemos-lhe assim. Ainda recentemente o confirmou, em resposta a uma questão levantada por Sérgio Ribeiro. A propósito da venda, pela companhia britânica Rolls-Royce, de motores para bombardeiros à Indonésia, o eurodeputado comunista questionou a Cooperação Política Europeia no sentido de saber se esta "intenta tomar algumas medidas concretas visando o embargo do fornecimento de armas e munições" àquele país. A resposta não podia ser mais lacónica e esclarecedora. Afirmando seguir "de perto a situação do respeito dos direitos humanos por parte das autoridades indonésias" e garantindo a "preocupação" com as "violações dos direitos do Homem em Timor Leste", confessa que "a questão de um embargo (...) não foi discutida no âmbito da Cooperação Política Europeia".

Ou seja, no caso da Indonésia, a Comunidade preocupa-se (?) e não faz nada.

(In)competências

As competências da Comissão Europeia não chegam aos domínios das instalações das bases militares dos Estados-membros. Quem o afirma é Jacques Delors, em resposta a outra questão de Sérgio Ribeiro, relacionada com a desactivação da base francesa da Ilha das Flores, nos Açores.

Referindo a importância daquela base, particularmente pelos empregos criados, na economia da ilha, uma das mais pequenas e menos populosas do arquipélago, o eurodeputado alertava para as repercussões que a desactivação dessa base terá na vida social, "sobretudo se não se acautelarem as suas inevitáveis consequências e se a negociação não as tiver em devida conta". Neste contexto, e tendo em conta o carácter multinacional da questão, Sérgio Ribeiro questionava a Comissão no sentido de saber se a mesma conhecia a situação e se acompanha a sua evolução.

Embora sem responder directamente à pergunta, Jacques Delors sempre foi dizendo que a Comissão "toma e tomará em consideração todos os elementos indispensáveis para a avaliação das necessidades de desenvolvimento económico do arquipélago dos Açores, incluindo as da ilha das Flores". Vamos a ver.

Siderurgia

A Comissão Europeia aprovou a semana passada o plano de reestruturação da Siderurgia Nacional que prevê um máximo de 60,12 milhões de contos em ajudas públicas e a redução do pessoal em 60 por cento até 1997.

A reestruturação implica uma redução da capacidade de produção equivalente a 140 mil toneladas nos próximos cinco anos, a qual "terá de ser respeitada pelos novos donos da empresa após a privatização".

Stress

A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho apresentou recentemente em Bruxelas um guia sobre o stress no trabalho, suas causas, efeitos e modos de prevenção.

Segundo o relatório, o stress pode ter várias causas: falta de tempo para desempenhar uma função satisfatoriamente, ausência de definição clara das tarefas, não valorização de um trabalho bem feito, insegurança no emprego ou excesso de barulho e fumo de tabaco, entre outras.

O estudo refere ainda que a acumulação do stress se reflecte na empresa, que sofre perdas de produtividade e absentismo dos empregados.

Da forma como as coisas vão, vale a pena começar a pensar noutro estudo: o stress por falta de trabalho.

Orçamento reforçado

O orçamento comunitário para 1994 foi reforçado em mais 57 milhões de contos para apoio a pequenas e médias empresas (PME) e cooperação com países terceiros limítrofes da Comunidade.

A decisão, tomada na segunda-feira, em Bruxelas, pelo Conselho do Orçamento, traduz na prática a aceitação das emendas propostas pelo Parlamento Europeu, uma das quais previa justamente uma dotação suplementar designada "empregos e crescimento para a Europa", no valor de 45,5 milhões de ecu (8,8 milhões de contos) em créditos de autorização destinados às PME.

Outra emenda adoptada, intitulada "cooperação transfronteira no domínio estrutural", é dotada de 150 milhões de ecu (29,1 milhões de contos) em créditos de autorização e de 100 milhões de ecu (19,4 milhões de contos) em créditos de pagamento, e visa co-financiar acções cobertas pelos fundos estruturais nos países limítrofes da Comunidade.

O Conselho aprovou ainda, embora sem quantificar, a emenda referente ao comité das regiões, classificando a decisão de "sinal positivo dos Doze" ao novo organismo.

O projecto de orçamento, que voltará ao PE para uma segunda leitura, apresenta reduções sensíveis aos montantes previstos no anteprojecto da Comissão Europeia, mas também alguns aumentos, designadamente nas verbas destinadas às acções estruturais e às despesas agrícolas.

Os cortes impostos pelo Conselho incidem sobre as chamadas despesas não-obrigatórias, nas áreas da formação profissional, protecção dos consumidores, energia e ambiente, investigação científica, segurança nuclear, política de informação e audiovisual (curiosamente, alguns dos sectores frequentemente apontados como 'alternativa' para o relançamento do crescimento económico).

As Regiões na construção europeia

A representação e a participação das Regiões é um elemento essencial, ainda que não exclusivamente determinante, no delineamento das estratégias, na tomada de decisões, no acompanhamento, realização e avaliação das acções que hão-de ir materializando a construção europeia - afirmou o eurodeputado Barata Moura, no PE, ao intervir no debate sobre o papel das regiões na Comunidade.

A implementação do Comité das Regiões foi um dos temas em destaque na sessão plenária do PE a decorrer esta semana em Estrasburgo. Uma questão que ainda deverá dar muito que falar, dada as disparidades existentes nesta matéria a nível dos Doze, que vão desde a existência de Estados-membros com regiões perfeitamente institucionalizadas, com as respectivas responsabilidades e capacidades bem definidas, a outros, como o caso de Portugal, onde nem sequer existem.

Este um dos aspectos salientados por Barata Moura, para quem, a nível nacional, "regionalização descentralizadora - que em Portugal tarda em avançar - é um instrumento urgente e adequado para uma correcta gestão dos fundos, para uma maior aproximação das populações às

decisões, para um tratamento mais informado e eficaz dos problemas".

Para o eurodeputado comunista, a nível comunitário a valorização do papel e da intervenção das Regiões tem de traduzir-se, por seu turno, "num reforço do envolvimento e da participação democrática dos povos, num exercício efectivo do princípio da subsidiariedade".

Como esclareceu na sua intervenção, "não se trata de 'federalizar' a Europa na base das Regiões, com intuítos de apressada volatilização das questões nacionais e estatais de soberania", mas sim de "dar maior consistência democrática e melhor operacionalidade aos programas de actualização".

Neste contexto, Barata Moura sublinhou a necessidade de "garantir uma representação e participação genuinamente democráticas das Regiões", pelo que defendeu a tomada de medidas transparentes e firmes no sentido de o Comité das Regiões ser integrado por membros eleitos ao nível dos poderes regionais e locais, obstando a que ele se converta em mera extensão ou delegação dos poderes centrais, no quadro de uma completa governamentalização das representações nacionais.

Marca comunitária em stand by

Os ministros encarregados dos assuntos europeus dos Doze não conseguiram chegar a acordo sobre os custos financeiros do regime linguístico do futuro instituto da "marca comunitária". Reunido na passada sexta-feira, em Bruxelas, o conselho "Mercado Interno" acabou por ser suspenso para dar tempo às delegações para receberem "instruções dos governos nacionais".

Em causa está a aplicação de uma decisão que implica a abdicção parcial do uso obrigatório das nove línguas oficiais da Comunidade e os custos daí resultantes para as empresas dos países excluídos.

O futuro instituto de harmonização do mercado interno (design, modelos e desenhos), encarregado de outorgar a "marca comunitária", destina-se a supervisionar um regime único que permitirá às empresas adquirir "marcas" para identificar os seus produtos ou serviços válidas na Comunidade.

De acordo com o último Conselho Europeu de Bruxelas, o instituto ficará sediado em Espanha e disporá de

apenas cinco línguas de trabalho (espanhol, italiano, inglês, francês e alemão). De fora ficam Portugal, Dinamarca, Holanda e Grécia, pelo que as empresas destes países terão de entregar os seus pedidos de inscrição numa das cinco línguas adoptadas. Foi a partir daqui que se gerou o desacordo.

Posta de parte a possibilidade da entrega dos pedidos nas nove línguas comunitárias, ganhou consistência uma proposta prevendo uma compensação financeira para os países discriminados: tarifas reduzidas para as empresas de Portugal, Dinamarca, Holanda e Grécia, na aquisição da "marca comunitária", de forma a obstar que paguem mais pela mesma do que as suas congéneres que não necessitam de recorrer a trabalhos de tradução. Mas não houve acordo sobre os montantes.

Ao contrário de Portugal, que adoptou uma atitude mais flexível, segundo um porta-voz do Conselho, a Holanda (acompanhada pela Grécia e Dinamarca) opôs-se frontalmente a qualquer decisão que não passe por

uma repartição "mais justa e equitativa" dos custos. Segundo o porta-voz da comitiva holandesa, citado pela Lusa, a ideia "é repartir, por todos, os custos da tradução das inscrições de quatro". Na sua opinião, "um acordo sobre o instituto das marcas sem acordo sobre a

sua componente linguística é como uma casa vazia".

Após mais de nove horas de negociações infrutíferas, a reunião foi suspensa para "consultas e reflexão".

É interessante registar que ainda há entre os Doze quem não abdique dos seus interesses por um prato de lentilhas.

Eleições para o PE

As eleições para o Parlamento Europeu estão marcadas, em "definitivo", para os dias compreendidos entre 9 e 12 de Junho de 1994 (o dia exacto varia consoante a legislação nacional de cada Estado-membro).

Em Portugal, onde as eleições se realizam tradicionalmente ao domingo (podendo também realizar-se num dia feriado nacional), o acto eleitoral realizar-se-á no dia 12 de Junho (entre um feriado nacional - sexta-feira, 10 de Junho - e um feriado municipal, de Lisboa e Vila Real - segunda-feira, 13 de Junho).

Uma proposta do Governo português no sentido de reconsideração da data, adiando as eleições por uma semana (ou seja, para 19 de Junho), não foi considerada pelo Parlamento Europeu, que manteve a data inicialmente prevista.

Angola

18 anos de independência

Um aniversário comemorado «com luto»

Poucos dias passados sobre o 18º aniversário da independência, Angola estará mais perto da paz? Todas as dúvidas são permitidas, face a anteriores experiências. Mas as esperanças também. Tanto mais que o acumular de mortes quotidianas, e a degradação cada vez maior da situação socioeconómica do país e das condições de vida das pessoas, torna a exigência de paz particularmente premente.

De novo reunidas, desta feita em Lusaca, delegações do MPLA e Unita rediscutem os passos e equilíbrios para o possível ultrapassar de uma guerra imposta pela recusa da Unita em aceitar o simples funcionamento das regras da democracia.

Na cerimónia comemorativa oficial do aniversário da independência, o presidente angolano sublinhou a necessidade de exercer mais pressão sobre a Unita para a levar a aceitar a paz.

Eduardo dos Santos afirmou que "só com mais pressão militar, política e diplomática é que a Unita aceitará assinar um acordo de paz à mesa das negociações".

Eduardo dos Santos lamentou que "este 11 de Novembro esteja a ser comemorado com luto, convidando mais à reflexão do que a festejos e tudo isto porque um grupo de angolanos não sabe aceitar o jogo democrático".

"Poderíamos estar hoje a viver em condições económicas e humanas muito diferentes, mas é esta a realidade que temos devido à intransigência de uns quantos que teimam em ceifar vidas", disse.

Em declaração divulgada a propósito do aniversário da independência, o governo angolano reafirma também a aposta numa solução pacífica e negociada do conflito e "a sua disponibilidade e flexibilidade para garantir a paz".

"O governo de Angola reitera solenemente ser a favor de uma solução pacífica e negociada do conflito em que o país foi mergulhado e mantém viva toda a sua disponibilidade e flexibilidade para tudo fazer, sem trair os princípios e valores que lhe creditam a adesão da maioria do povo angolano para garantir a paz justa", diz a declaração.

O documento recorda os "imensos sacrifícios consentidos ao longo dos 18 anos, para que a pátria não fosse vítima das ambições de poder de angolanos desavindos nem submeter-se às tentações totalitárias de vizinhos poderosos".

O governo "tudo tem feito para assegurar a integridade do território e dos valores democráticos instituídos a

fim de criar as condições para uma maior participação dos cidadãos na vida política e económica da nação", conclui a declaração do governo angolano.

Entretanto, a guerra continua a devastar um país, que na prática só conheceu um curto período de paz após a assinatura dos acordos de Bicesse e até à realização das eleições legislativas e presidenciais de Setembro de 1992.

A guerra, reacendida com a recusa da Unita em aceitar os resultados eleitorais, alastrou pelo país e levou à morte diária de uma média de mil pessoas. Paralelamente, a economia está estrangulada devido à ocupação pela Unita de importantes zonas petrolíferas e diamantíferas.

A total degradação de condições de vida - ou de mera sobrevivência - leva a situações dramáticas como a recentemente referida pelo Ministério da Saúde, em que a má nutrição, sarampo, desintéria e diarreias de sangue se afirmam como as principais causas da mortalidade infantil que, em Luanda, atinge "números assustadores". Só no "bloco pediátrico da província de Luanda e segundo os últimos dados disponíveis, morreram 444 crianças" em Outubro.

O reconhecimento das responsabilidades da Unita nesta grave situação, tem levado a um isolamento internacional da organização liderada por Jonas Savimbi.

O comunicado final da décima segunda Cimeira das Zonas de Trocas Preferenciais de África, que decorreu a 5 e 6 deste mês na capital do Uganda, aprovou um apelo aos países membros para "retirarem o seu apoio à Unita e absterem-se de encorajar o genocídio do povo angolano".



A mortalidade infantil aumentou de forma dramática com o reacender da guerra

CGTP-IN
apela
a medidas
mais drásticas
pela Paz

«A fugaz esperança que os Portugueses e a Comunidade Internacional depositaram aquando da assinatura dos Acordos de Bicesse, acto que deveria ter sido um primeiro passo que conduziria a grande Nação Angolana à tão desejada reconciliação e à consolidação de uma Paz efectiva e duradoura, em breve se transformou num horrendo e incontrolável holocausto de contornos tão ou mais dramáticos que todos os anos de guerra pela independência», afirma-se em comunicado de imprensa da CGTP-IN sobre o 18.º aniversário da independência de Angola.

«A CGTP-IN conhece bem, aliás como é patente nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Angola, das declarações da Comunidade Europeia e da Comunidade Internacional em geral, quem são os verdadeiros responsáveis pelo retorno a esta guerra fratricida.

«É neste sentido que hoje, celebrando e saudando o acto e passagem do décimo oitavo aniversário da independência de Angola, a CGTP-IN, de modo diferente de saudações anteriores, apela ao Governo Português para que redobre os esforços com vista ao fim da guerra em Angola, cumprindo e fazendo observar na íntegra o embargo decidido pelo Conselho de Segurança das N.U. e, se necessário for, tendo em vista a acatamento da Resolução 864, implementar outras medidas ainda mais drásticas que obriguem a Unita a abandonar definitivamente a linguagem das armas, acate o cessar-fogo, proceda ao acantonamento das suas tropas e aceite o resultado das eleições de Outubro de 92.

«Embora os actos o desdigam, a CGTP-IN acredita ainda que será possível, e urgentemente desejável, o retorno às conversações que finalmente possibilitem o estabelecimento da concórdia, tão necessária às acções urgentes a empreender em prol da reconstrução nacional e do desenvolvimento social de Democracia e de Paz.»

Encontro com Arafat

Nota do Gabinete de Imprensa

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas encontraram-se com Yasser Arafat, Presidente do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina, no decurso da visita que o dirigente palestino fez a Portugal. A troca de impressões incidiu fundamentalmente sobre os novos desenvolvimentos com Israel e as perspectivas do seu cumprimento. A delegação do PCP expressou a solidariedade dos comunistas portugueses para com a

luta do povo palestino, pelo completo reconhecimento dos seus direitos nacionais e a edificação do seu próprio Estado independente e soberano, pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967, por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

Foram confirmadas as relações de amizade e activa solidariedade de há muitos anos existentes entre o PCP e a OLP.

CCPC reafirma
solidariedade
com a luta
do povo angolano

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) distribuiu um comunicado para assinalar a passagem do 18.º aniversário da independência de Angola, lamentando a nova situação de guerra que aquele país atravessa.

«Ante a complacência da comunidade internacional, a Unita e o seu líder Jonas Savimbi desrespeitaram a vontade do povo, escarneceram das suas esperanças e de novo retomaram a única linguagem que conheciam: a guerra e o matraquear cego das armas», afirma o comunicado do CPPC.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação refere que a guerra iniciada em 1975 entre o governo e a Unita se deveu à interferência da África do Sul, mas com «evidentes influências de Portugal», obrigando o povo angolano a adiar os seus anseios de paz e desenvolvimento.

«Somos solidários, hoje como ontem, com a luta e sofrimento do povo angolano e estamos empenhados em contribuir para minorar essa dor», afirma o documento do CPPC.

INTERNACIONAL

Refugiados

Os cerca de 700 000 refugiados do Burundi que fugiram nas últimas semanas para os países vizinhos vivem uma "situação de emergência", afirmou o alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR).

No Ruanda, refúgio de 375 000 burundeses, "a situação tem vindo a piorar". As doenças causadas pelas condições precárias de sobrevivência podem rapidamente começar a semear a morte, sendo factores fundamentais de risco as carências alimentares e a qualidade da água que se bebe, recolhida directamente de um rio que serve também de latrina.

Referindo-se à carência de fundos que impede o ACNUR de prestar a ajuda devida às populações, o seu porta-voz disse que "dos 17 milhões de dólares" solicitados à comunidade internacional, "só foram recebidos 1,5 milhões".

Segundo estimativas do ACNUR, na Tanzânia encontram-se 245 000 refugiados burundeses e no Zaire cerca de 50 000, pertencendo a maioria dos refugiados à etnia maioritária hutu.

Desde a tentativa de golpe de Estado de 23 de Outubro, que causou a morte de milhares de pessoas, cerca de uma décima parte da população abandonou o país.

Venezuela

Amnistia Internacional (AI) denunciou que a situação dos direitos humanos na Venezuela se deteriorou nos últimos anos. Têm vindo a surgir múltiplas denúncias de torturas e maus tratos e quando aumenta a tensão política no país "as forças de segurança abrem fogo".

"Parece que matam com total impunidade, sabendo que não vão responder pelo sangue que mancha as suas mãos", afirma-se no texto da AI.

A organização humanitária denuncia igualmente que o número de homicídios aumentou durante as manifestações de protesto realizadas no país, e que a tortura se está a generalizar contra os sectores mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Conflitos

No ano de 1992 registaram-se 29 conflitos importantes no mundo, que elevaram para cerca de 23 milhões o número de mortes ocorridas desde a segunda guerra mundial, revela um documento divulgado em Washington por um grupo independente de investigação.

O mesmo estudo constatou que nesses conflitos se gastaram 600 mil milhões de dólares em armas.

O trabalho, intitulado "Gastos sociais e militares no mundo", mostra como as nações são capazes de sacrificar os seus programas de saúde e bem-estar para comprar armamento.

O estudo dos técnicos "Prioridades do mundo" denuncia que durante 1992 morreram, vítimas das guerras, seis milhões de pessoas, a taxa mais alta dos últimos 17 anos.

O documento refere que o número de conflitos desceu entre 1987 e 1990, mas voltou a aumentar rapidamente entre 1991 e 1992.

Desde a segunda guerra mundial ocorreram 149 conflitos bélicos que mataram 23,14 milhões de pessoas, conclui o estudo.

SIDA

Testes de despistagem da Sida em curva ascendente testemunham da profunda inquietação que invade os alemães, confrontados com o escândalo do sangue contaminado.

A Associação de hemofílicos holandeses pediu entretanto sanções internacionais contra as empresas farmacêuticas que distribuíram por vários países plasma sanguíneo de origem duvidosa, anunciando que vai sensibilizar no mesmo sentido todas as organizações congéneres da Europa.

Segundo uma sondagem do Instituto "Forsa", mais de uma pessoa em cada duas (53 por cento) confessa-se "pessoalmente preocupada" ao saber que laboratórios alemães têm vindo a comercializar há vários anos preparados sanguíneos elaborados a partir de colheitas não testadas.

A Alemanha conta cerca de 60 000 seropositivos, entre os quais 2305 hemofílicos e doentes infectados através de transfusões, números estes dos mais elevados de toda a Europa. Há a registar entretanto 5000 óbitos atribuídos à Sida, incluindo neste balanço 400 hemofílicos e doentes infectados por transfusão de sangue.

Brasil

Representantes de organizações de esquerda e dirigentes sindicais manifestaram-se em Brasília, em frente do edifício do Congresso, contra a corrupção no Parlamento brasileiro.

Vinte e dois deputados, dois senadores, três governadores, seis ministros ou antigos ministros foram acusados de envolvimento num escândalo de corrupção no Congresso.

África do Sul

ANC aposta em governo de unidade nacional

Um governo de unidade nacional, participado por todos os partidos que tenham recebido pelo menos 5 por cento dos votos (e que incluiria a direita e o Partido Nacional de De Klerk) é a proposta do ANC, reafirmada por Mandela na sua visita à província do Natal.

Entretanto, no foro negociado multipartidário vão-se também definindo as grandes linhas do que será a África do Sul num quadro — que se avizinha — de democracia. Em debate, nesta fase, a Constituição provisória e um plano de governo de unidade nacional, para o período de cinco anos depois das eleições.

O conselho multipartidário aprovou, depois de longo debate, as fronteiras regionais do país para o período transitório de cinco anos. A proposta compreende nove regiões cujas fronteiras serão sujeitas a uma série de referendos locais após as eleições multirraciais de 27 de Abril de 1994.

Nesta maratona legislativa, foi ainda aprovada a

revogação de uma série de leis repressivas, em vigor nos chamados territórios autogovernados, incluindo o Kwazulu, tutelado por Buthelezi.

A multipartidária concordou numa emenda constitucional que garante poderes ao presidente sul-africano para revogar, acrescentar ou substituir qualquer lei aplicada nos territórios autogovernados.

Em particular preconiza o fim do código de lei zulu que proíbe a divulgação de «qualquer relato falso de natureza calculada para causar inquietação ou ansiedade, afectando o governo de Kwazulu ou seus actos» e que permite ao chefe-ministro (Buthelezi) banir qualquer pessoa do território sem lhe dar possibilidades de defesa.

Entre os articulados em vigor a revogar, destacam-se ainda uma determinação aos líderes tribais de «reportarem a realização de qualquer encontro não autorizado ou a distribuição de literatura» e a lei que permite a

detenção sem mandato por períodos de 90 dias.

Estas algumas das decisões tomadas no foro multipartidário na sequência da aprovação por unanimidade de uma proposta de revogação das leis que permitem ainda a detenção sem julgamento.

A Comissão dos Direitos Humanos congratulou-se com a revogação desta lei — que terá ainda de ser aprovada pelo Parlamento —, sublinhando que ela permitiu a detenção de mais de 80 mil opositores ao sistema de *apartheid*, a tortura de milhares e a morte de 70 pessoas sob custódia policial.

Reiterando o apelo à revogação de «todas as formas desta prática inaceitável», a Comissão reafirmou a defesa dos princípios universais dos direitos humanos, em que se preconiza que ninguém seja sujeito a detenção arbitrária, tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante e se reconhece a todos o direito a julgamento público de quaisquer acusações.

Entretanto, a campanha eleitoral já está de facto em curso.

Dirigindo-se a uma grande massa de pessoas analfabetas, o ANC vai ao encontro da maioria negra, exortando-a directamente à nomeação de candidatos a deputados e à identificação, escrita e oral, de preocupações e ansiedades quanto ao futuro.

Impostos, habitação, educação, criação de postos de trabalho e direitos das mulheres, são questões colocadas a debate nos «foros do povo», comícios participados pela assistência e orientados por dirigentes da aliança tripartida, nomeadamente por Nelson Mandela.

Simultaneamente, o ANC tem feito publicar todos os dias anúncios de página inteira em diversos jornais, em que, sob a fotografia de Nelson Mandela, do Parlamento e de comícios do movimento, se apela à participação popular na definição dos destinos e representantes do movimento.

Economia e lutas

PRODUÇÃO ALIMENTAR

O aumento dos suplementos alimentares mundiais está a ultrapassar o crescimento da população, mas a fome tem vindo a agravar-se em algumas áreas, particularmente na África subsaariana, segundo um estudo da organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO), divulgado estes dias em Roma.

No estudo "Agricultura: Horizonte 2010", a FAO estima que as disponibilidades alimentares mundiais por habitante são hoje superiores em cerca de 18 por cento ao que eram há 30 anos.

"Os países em vias de desenvolvimento contribuíram, em grande parte, para este progresso, melhorando a sua situação nutricional", sublinha o documento.

Contudo, a FAO calcula que, em 2010, 650 milhões de pessoas continuarão a ser vítimas de subnutrição crónica, em vez dos 800 milhões actuais, com tendência a deslocar-se do sul da Ásia para a África subsaariana.

A "situação nutricional da África subsaariana é hoje bem mais grave do que há 30 anos" e o problema vai ainda agravar-se, acrescenta o estudo.

A FAO calcula que, em 2010, 32 por cento da população africana, ou seja, 300 milhões de pessoas, sofrerão de subalimentação crónica, contra 180 milhões actuais.

DESEMPREGO EM FRANÇA

O número de desempregados deve aumentar em 240 000 em França, em 1994, segundo os serviços de desemprego (UNEDICI), em nota divulgada no início de Novembro.

A anterior previsão da UNEDICI, feita em Julho, apontava para um

aumento de 180 000 desempregados em 1994.

Segundo as últimas estatísticas mensais, a França tem 3,242 milhões de desempregados, 11,8 por cento da população activa.

Na nova previsão, a UNEDICI refere que "a fraca e tardia retoma do produto interno bruto (PIB) em 1994 só no final do ano vai possibilitar uma travagem das tendências actuais", marcadas por um forte recuo do emprego.

Para 1993, a previsão aponta para uma diminuição de 333 000 empregos (2,4%) e um aumento do desemprego de 384 000. Em 1994, o emprego "deve diminuir 1,4 por cento em média anual, o que representa 191 000 empregos perdidos", precisa a informação.

AMERICANOS TEMEM O DESEMPREGO

Mais de dois terços dos norte-americanos (66 por cento) tem hoje uma maior inquietação pela segurança no emprego do que há dois anos, indica uma sondagem da Time Magazine-CNN, publicada domingo passado.

Mais de metade (54 por cento) das pessoas interrogadas estima que será mais difícil encontrar um emprego nos próximos 12 meses, do que foi em 1992, contra 29 por cento, que pensa que não haverá qualquer problema em conseguir um novo posto de trabalho.

Cerca de 59 por cento dos norte-americanos interrogados dizem ter conhecimento de pessoas que perderam o emprego, desde 1991.

Segundo a sondagem, 53 por cento prevê que a situação do emprego se agrave e prolongue durante mais algum tempo.

GREVE NA BÉLGICA

Uma greve de aviso foi desencadeada na passada segunda-feira, na Bélgica, convocada conjuntamente pelas duas centrais sindicais, a fim de pressionar o governo a abandonar os planos para congelar, por três anos, e indexar, à taxa de inflação, os salários.

Segundo o jornal "La Libre Belgique", seguir-se-ão, a esta greve de aviso, greves gerais nas cidades de Antuérpia e Liege (a 22 de Novembro), nas províncias de Luxemburgo, Hainaut e Flandres Oriental (a 26 de Novembro) e em Namur, Flandres ocidental e Brabant (a 3 de Dezembro).

SEAT PRETENDE DESPEDI 7600 TRABALHADORES

O ministro de Indústria de Espanha, Juan Manuel Eguiagaray, anunciou que a empresa automobilística espanhola Seat, controlada pelo grupo alemão Volkswagen, apresentou um plano de viabilidade que prevê a extinção de 7600 postos de trabalho.

A Seat pretende fechar a fábrica de produção de automóveis instalada na zona franca de Barcelona.

Os trabalhadores da Seat realizaram uma greve de 24 horas e organizaram manifestações, em Barcelona e Pamplona, contra o projecto de encerramento.

ENFERMEIROS: FINALMENTE!

Depois de uma luta tenaz desenvolvida desde há quase três anos, quando foi apresentada a proposta sindical de Estatuto Profissional, e que culminou com a greve de dia 5, os enfermeiros obtiveram finalmente do Governo a abertura formal das negociações para a elaboração da regulamentação do exercício da profissão. Na passada quinta-feira, finalmente, representantes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e do Sindicato dos Enfermeiros da RA da Madeira foram recebidos pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, na pessoa de quem o Governo se comprometeu a elaborar um anteprojecto, dentro dos próximos trinta dias, para discussão com os sindicatos - revela uma nota de imprensa subscrita pelas direcções do SEP e do SERAM. Estes sindicatos informam ainda que, na sequência da reunião com o Ministério, decidiram manifestar à Federação dos Sindicatos de Enfermeiros a sua disponibilidade para procurar «o consenso necessário para a evolução do processo».

SMO ELETORALISTA

As novas promessas de redução do Serviço Militar Obrigatório que o ministro da Defesa agora retoma são «o rebuço com que Fernando Nogueira tenta acenar aos jovens, convencido de que têm a memória curta e se esqueceram já das promessas sempre não cumpridas», comenta a Interjovem. Num comunicado de imprensa que divulgou na semana passada, a organização juvenil da CGTP exige do Governo «a definição clara das condições e regras de prestação do SMO» e «a criação de condições mais favoráveis para os jovens que cumprem o SMO, quer em termos de remuneração, quer em termos de segurança». «Em vez das tiradas eleitorais já habituais em períodos de campanha eleitoral», a Interjovem reclama a alteração da política económica e social do Governo «com vista à criação de condições de mais emprego e de melhor segurança no emprego».

SIDERURGIA

Membros e activistas dos organismos representativos dos trabalhadores da Siderurgia Nacional desenvolvem

debater os resultados das reuniões com a administração. Na terça-feira à noite foi anunciada a recusa dos sindicatos em subscrever uma «declaração conjunta de princípios» proposta pela administração.

ALIANÇA PARA DESTRUIR?

As organizações representativas dos trabalhadores da Sociedade Industrial Aliança acusam a administração, presidida por Tomás Andrade Rocha e que está à frente da empresa há 13 anos, de comprometer deliberadamente o futuro da firma, que sofre de quebra de produção e vendas e tem um nível de endividamento que a coloca em situação de pré-ruptura. Numa informação à comunicação social que distribuíram sexta-feira, as ORTs da Aliança afirmam que rescisões acordadas não estão a ser pagas e que está em risco o pagamento de salários e outras retribuições no final deste mês.

Há 10 anos, a Aliança tinha mais de 500 trabalhadores; hoje conta com apenas 157, em Lisboa e na Cova da Piedade.

Interrogando-se sobre os objectivos da administração, as ORTs da Aliança perguntam se tal estratégia não terá a ver com tentativas de constituição de um grande grupo para monopolista agroalimentar, as quais passariam pela destruição de empresas bem implantadas no mercado, como é o caso da Moapão, dos Leões e da Aliança.

VIANA

Realizou-se no sábado, com a participação de Carvalho da Silva e dezenas de activistas e dirigentes sindicais do distrito, o 3º Congresso da União dos Sindicatos de Viana do Castelo, que debateu a actividade dos últimos três anos e perspectivou o trabalho para o próximo triénio.

TAP REÚNE HOJE

A estrutura sindical da TAP convocou para hoje, no aeroporto da Portela, um plenário de trabalhadores para

IDOSOS

Em Portugal, o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações foi uma farsa e ficou marcado por um retrocesso nos direitos dos reformados e idosos, considerou a CGTP numa conferência de imprensa que deu em Lisboa na terça-feira. Para a Intersindical Nacional, o ano de 1993 vai ser lembrado como aquele em que o Governo do PSD avançou com uma reforma da Segurança Social que lesa os actuais e futuros reformados: foi aumentada de 62 para 65 anos a idade de reforma das mulheres, foi alterada a fórmula de cálculo das pensões com o objectivo de reduzir as verbas pagas aos pensionistas, foram decretados aumentos das pensões que ficam muito aquém da subida das rendas de casa e do preço dos medicamentos continua a degradar-se o acesso e a prestação de cuidados de saúde aos idosos.

ALENTEJO

Reunido na semana passada em Beja, o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP decidiu manifestar o seu protesto ao Governo por este, através do Ministério do Emprego, «tentar impedir a representação dos sindicatos no conselho consultivo da comissão instaladora da empresa do Alqueva, dando essa representação somente a representantes dos agricultores».

Na nota em que divulgou as principais conclusões da reunião, o secretariado critica ainda a política de concentração de serviços, considerada como «uma tentativa de pseudo-regionalização à margem dos direitos e interesses das populações». Aquela estrutura, formada pelas uniões de sindicatos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, reclama também o efectivo funcionamento dos conselhos consultivos da Direcção Regional da Agricultura e dos centros de Formação Profissional.

LIMPEZA

Para protestar contra os aumentos salariais de 2 por cento propostos pela associação patronal, foi convocada para a próxima semana (segunda e terça-feira) uma paralisação de trabalhadores de limpeza das empresas prestadoras deste tipo de serviços.

Convocado pela CGTP-IN e com iniciativas por todo o País

Hoje é dia nacional de luta pelos salários, pelo emprego e pelos direitos

Paralisações, concentrações, desfiles e outras acções públicas dão hoje corpo ao dia nacional de luta que as estruturas da CGTP têm vindo a preparar há um mês e que tem como objectivo - comum aos mais diversos sectores de actividade e empresas - lutar por melhores salários, contra os despedimentos e em defesa do emprego, pela garantia dos direitos dos trabalhadores.

«É previsível que seja anunciada a continuação e o agravamento das formas de luta em múltiplos sectores», afirma-se num comunicado do departamento de informação da central, distribuído anteontem à noite. Esta nota, que vai ao encontro de declarações de dirigentes sindicais encarando a jornada de hoje como mais uma etapa no combate pela alteração da linha económica e social do executivo PSD/Cavaco Silva, é fundamentada pelo facto de que «os trabalhadores não aceitam que o Governo, numa acção conjugada com o patronato, procure a todo o custo impor a sua política geradora de desemprego, de diminuição dos salários e de eliminação de direitos».

CGTP: «40 medidas» vão é gerar desemprego

«Se não for parada a destruição do aparelho produtivo, se não for relançado o crescimento económico, o desemprego continuará a aumentar inexoravelmente», afirma a CGTP-IN, num comentário acerca das «40 medidas de política de emprego» anunciadas segunda-feira pelo ministro Silva Peneda.

Para a central, «nenhuma» daquelas medidas «vai no sentido da defesa e da criação de emprego, mesmo que algumas delas sejam, do ponto de vista social, pontualmente positivas e até reclamadas pela CGTP-IN».

O que o Governo agora anuncia, «na quase totalidade dos casos, são acções já em vigor e cuja eficácia prática se tem revelado limitada», enquanto «outras têm sido sucessivamente anunciadas para se criar a ideia, na opinião pública, de que se trata de um combate ao desemprego e não de medidas de gestão social do desemprego, como realmente acontece».

As medidas de segunda-feira «traduzem-se, em muitos casos, em novos apoios e subsídios às empresas», nota a Inter, comentando que «o passado mostra que esta política constitui

frequentemente um meio que incentiva a criação de desemprego, e não o contrário».

O facto de o executivo ter decidido também, em várias situações, libertar as empresas de pagamentos à Segurança Social «não deixa de ser revelador num quadro em que se invocam dificuldades financeiras para restringir o acesso a prestações e quando o Governo pretende reduzir o subsídio de desemprego».

No comunicado de imprensa que distribuiu no próprio dia 15, a central lembra que há meses forneceu ao Governo «uma lista de mais de 700 empresas onde se impunha tomar medidas concretas para obstar ao desemprego, aos salários em atraso e às falências», mas dos gabinetes ministeriais não chegaram «até hoje quaisquer contributos sérios para a resolução dos problemas».

Por tudo isto, a Intersindical Nacional afirma que as «40 medidas» do Governo «não visam resolver os problemas onde eles se colocam, isto é, nas empresas; destinam-se, isso sim, em muitos casos, a tornar mais célere a falência de muitas dessas empresas e, consequentemente, provocarão o aumento do desemprego».

Setúbal reafirma que «os trabalhadores não estão condenados a sofrer os efeitos de uma política injusta, que não garante o futuro de Portugal democrático e desenvolvido» e que «na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e na luta reside a condição indispensável para rasgar novos caminhos».

Setúbal reafirma que «os trabalhadores não estão condenados a sofrer os efeitos de uma política injusta, que não garante o futuro de Portugal democrático e desenvolvido» e que «na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e na luta reside a condição indispensável para rasgar novos caminhos».

Setúbal reafirma que «os trabalhadores não estão condenados a sofrer os efeitos de uma política injusta, que não garante o futuro de Portugal democrático e desenvolvido» e que «na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e na luta reside a condição indispensável para rasgar novos caminhos».

Setúbal reafirma que «os trabalhadores não estão condenados a sofrer os efeitos de uma política injusta, que não garante o futuro de Portugal democrático e desenvolvido» e que «na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e na luta reside a condição indispensável para rasgar novos caminhos».

Setúbal reafirma que «os trabalhadores não estão condenados a sofrer os efeitos de uma política injusta, que não garante o futuro de Portugal democrático e desenvolvido» e que «na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e na luta reside a condição indispensável para rasgar novos caminhos».

Também em Lisboa, decorrem outras acções de trabalhadores da administração pública (15 horas, Secretaria de Estado do Orçamento), hotelaria (a partir das 14 horas, Ministério do Emprego e Secretaria de Estado do Turismo), portaria, vigilância e limpeza (16 horas, Ministério do Emprego), comunicações (15 horas, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), que depois se juntam à concentração no Rossio.

No Porto tem lugar, também esta tarde, uma concentração na Praça da Liberdade, seguida de desfile pela cidade. Para a mesma altura, estão ainda marcadas acções em Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Borba, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Leiria, Tramagal, Tomar, Entroncamento, Portalegre, Vila Real e Viseu.

Apelando à participação nas iniciativas distritais, sindicatos e federações de diversos sectores anunciarão paralisações e plenários.

Contra a privatização dos EFFAs

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas - que apela à participação na concentração de hoje às 15 horas, frente ao Ministério das Finanças (juntamente com a Função Pública) - denunciou na semana passada a intenção do Governo de colocar o apoio logístico militar nas mãos de grupos económicos privados, que não estão vocacionados para tal tarefa e que têm por objectivo principal obter o máximo lucro da forma mais fácil.

O sindicato acusa o Governo de pôr em execução este objectivo «a coberto da famigerada reestruturação» das Forças Armadas e através de «uma política antinacional e de clientelismo político», à revelia dos trabalhadores e com grandes prejuízos para a economia nacional. A privatização iria implicar a redução de 8 mil postos de trabalho, acusa o sindicato.

Na concentração de hoje, os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas vão exigir que o Governo marque uma reunião para discussão da proposta reivindicativa entregue em Outubro e protestar contra a situação de insegurança que se vive nestas empresas, onde não se vislumbra «um futuro que dê garantias de continuidade dos postos de trabalho, de salários e de condições de vida dignas», como se afirma numa moção aprovada sexta-feira pelos ORTs.

Professores em greve amanhã todo o dia

Enquanto prossegue a recusa de prestação de trabalho extraordinário - forma de luta encetada dia 4 e que se prolongará até ao final do mês de Novembro - os sindicatos da Fenprof têm marcada para amanhã uma paralisação durante todo o dia.

Os docentes protestam assim contra a redução em 40 por cento do valor das horas de trabalho extra neste ano lectivo, ao mesmo tempo que exigem a resolução de diversos problemas específicos (revalorização material das carreiras, acesso ao 8º escalão e contagem integral do tempo de serviço, estabilidade do emprego, aposentação condigna, etc.), a concessão de mais verbas para a Educação no Orçamento de Estado para o próximo ano e uma revisão salarial justa.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa emitiu



Novas propostas para despedir recusadas na Solisnor/Setenave

Os organismos representativos dos trabalhadores da Solisnor consideram como «um atentado à dignidade» de quem trabalha no estaleiro as propostas mais recentemente anunciadas pela administração, no seguimento das medidas do plano do Grupo Mello para o sector naval.

Numa conferência de imprensa que deram na semana passada, os ORTs da Solisnor afirmam que «aos trabalhadores não resta outra alternativa senão a luta» e apelam à participação no dia nacional de luta convocado para hoje pela CGTP. Preparam para breve outras acções para defender os postos de trabalho.

A Solisnor, como foi recordado no encontro com os jornalistas, iniciou a sua actividade em Janeiro de 1990 «com o compromisso da empresa e do Governo de que as actividades de construção e reparação naval se manteriam, assim como os postos de trabalho», mas «os pressupostos enunciados falharam redondamente».

No final de 1992, o Grupo Mello apresentou ao Governo um plano apontando para o encerramento da Margueira, a concentração da actividade na Mitrena e a eliminação de 4 mil postos de trabalho, ao qual o executivo laranja acabou por, no essencial, dar luz verde. Agora, a administração vem propor aos trabalhadores a passagem à reforma (a quem tem 60 anos ou mais) ou à pré-reforma (entre 54 e 59 anos e com 25 por cento do salário), a redução do vencimento a metade, trabalhando apenas 6 meses (trabalhadores com idades entre os 50 e 53 anos) e a rescisão dos contratos, com uma indemnização de um mês de salário por cada ano de serviço (aos que têm menos de 50 anos).

As razões da Função Pública

O plenário dos sindicatos da administração pública que subscreveram a plataforma reivindicativa para 1994 decidiu na semana passada promover, no âmbito do dia nacional de luta, reuniões de activistas e trabalhadores e participar nas iniciativas das uniões distritais. Em Lisboa, e antes de se integrarem na concentração desta tarde no Rossio, os trabalhadores da Função Pública manifestam-se junto da Secretaria de Estado do Orçamento.

Aqui reside um dos principais motivos de descontentamento das centenas de milhar de traba-

lhadores do Estado: depois da reunião de 8 de Outubro para apreciação da plataforma reivindicativa, a secretaria de Estado do Orçamento não voltou a convocar os sindicatos nem enviou a contra proposta do Governo.

Os sindicatos exigem o imediato reinício das negociações e, além de apoiarem a jornada de hoje, convocaram já para 30 de Novembro uma manifestação nacional, em Lisboa, antecedida de um plenário nacional no Pavilhão Carlos Lopes, às 15 horas. Cinco dias antes reúne novamente o plenário de sindicatos, que vai discutir novas for-

mas de prosseguimento da luta em defesa do direito à negociação e das reivindicações apresentadas ao Governo (nomeadamente sobre salários, emprego e aposentação).

Ao apelar à participação nas acções de hoje e de dia 30, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, por seu turno, contrapõe aos argumentos que o Governo tem esgrimido a favor da redução de salários a realidade das remunerações praticadas em Portugal. «Os funcionários públicos têm o mais baixo salário de todo o funcionalismo da Comunidade», afirma a FNSFP num comunicado que fez chegar à nossa Redacção e onde aponta alguns exemplos mostrando que o vencimento do topo da carreira técnica superior em Portugal é inferior aos salários das carreiras mais baixas na Alemanha ou no Luxemburgo.

Além disso, refere ainda a federação, o salário mínimo da administração pública em Portugal - que é de 45 587 escudos - perdeu, nos últimos 6 anos, 7,4 por cento relativamente ao salário mínimo nacional (47 400 escudos).

A Federação reafirma ainda a sua oposição à extinção e privatização de serviços e à criação de «disponíveis», medidas do Governo que «só contribuem para degradar os serviços prestados à população». «O peso do funcionalismo público no total da população activa portuguesa representa apenas 13,4 por cento, estando assim longe dos 17,8 por cento que constituem a média comunitária», realça a FNSFP.

Comissões de trabalhadores de Lisboa e Setúbal apoiam

Duzentos membros de comissões de trabalhadores de 70 empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal (onde trabalham 117 mil pessoas) expressaram o seu apoio ao dia nacional de luta. A adesão à jornada de hoje é expressa numa resolução que foi aprovada por unanimidade no encontro inter-regional de CTs, realizado dia 11 por iniciativa da CIL (comissão coordenadora das CTs da Região de Lisboa) e onde esteve em debate o papel das comissões de trabalhadores na actual situação política e social.

Numa moção, também aprovada por unanimidade, os participantes no encontro da passada quinta-feira manifestam a sua profunda preocupação pela entrada em vigor do Tratado de Maastricht e pelo facto de ter sido abandonada a

Carta Social Europeia, alertando para o facto de, no quadro dos direitos reconhecidos aos trabalhadores portugueses, ser inaceitável qualquer «harmonização por baixo» com outros estados-membros.

Na resolução em que manifestam apoio ao dia nacional de luta, o encontro inter-regional de CTs de Lisboa e



Nos alicerces da luta

Num Encontro de Comissões de Trabalhadores recentemente realizado em Lisboa e que reuniu duzentos representantes de empresas e sectores de serviços, com um leque ideológico muito diversificado, as intervenções ali realizadas e as conclusões aprovadas permitem alguma reflexões sobre a dimensão da ofensiva aos direitos dos trabalhadores, as causas da crise e os seus principais responsáveis e a necessidade sentida por parte de quem foi eleito para encontrar respostas, lá onde mais pulsam as coisas, onde se inicia o conflito e onde pesa permanentemente a relação de forças.

A partir dum profundo conhecimento da realidade, demonstraram que o processo das privatizações, a destruição e desmembramento do aparelho produtivo e o ataque aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores resultam duma estratégia animada pelo objectivo supremo de restaurar o poder do capital, incentivar a sua acumulação e concentração.

Provaram a existência duma eficaz aliança entre os senhores do dinheiro e o Governo do PSD visando resuscitar um modelo socioeconómico, ideológico e cultural contra o qual se edificou o direito do trabalho e as transformações resultantes da Revolução de Abril de 74.

A realidade vivida nas empresas constitui um libelo acusatório e a condenação duma política.

Na Covina, onde chegaram a laborar 1200 trabalhadores, actualmente reduzidos a pouco mais de 500 e correndo o risco de encerrar o forno de produção de vidro plano, o que na prática quase transformaria a empresa num armazém da multinacional Saint Gobain.

Na Lisnave, que chegou a ser o maior estaleiro da construção naval do mundo e que a família Mello quer desactivar, fazendo o negócio da década e simultaneamente pretendendo apoderar-se da Setenave (Solisnor) levando ao desemprego milhares de trabalhadores.

Na Siderurgia Nacional, na Quimigal, na Portucel, na Indep, na Mague, na Sorefame, nas Comunicações, nos Caminhos-de-Ferro, na TAP, na EDP, nas Cimenteiras, na Banca, onde se assiste a tentativas de consumação do parte-e-reparte e à entrega da melhor parte ao capital estrangeiro e grupos capitalistas nacionais. Como foi afirmado por um participante, na sua empresa o Governo tem uma estranha forma de combater o desemprego: despedindo!

As intervenções lembraram todo o arsenal ideológico desenvolvido pelos paladinos das privatizações (muitas vezes em nome da não-ideologia), da «democratização» da capital, da necessidade de dar confiança aos investidores e aforradores, da criação de grupos nacionais dinâmicos, de mais emprego e mais benefícios para os trabalhadores, da co-responsabilização do PS neste processo.

Quando o membro da CT da EDP ali foi falar ao Encontro dando conta do recente resultado da eleição para a Comissão de Trabalhadores, onde a lista unitária alcançou 70% dos votos (e ganhou mais 2 mandatos, ficando com oito no total), a lista identificada como socialista perdeu 2 e os TSD's ficaram por 1 mandato, percebe-se que nem sempre resulta para o PS co-responsabilizar-se nas causas e vir depois a público ralhar contra os efeitos.

As alterações às leis do trabalho, consubstanciadas nos pacotes laborais e os seus reflexos e aplicação nas empresas foram consideradas peças centrais da ofensiva.

De novo o patronato e o Governo, através da concertação social, pretendiam alcançar a cumplicidade da UGT para avalizar (tal como em 90) um novo pacote laboral.

Por essa altura, a grande tese foi que tal Acordo era globalmente positivo.

Agora parece que o que estava em cima da mesa era uma pequena divergência de zero vírgula tantos por cento nos salários.

Que tremendas mistificações!

Ali, no Encontro, com o conhecimento da dura realidade que hoje se vive nas empresas, foi demonstrado que aquilo que de facto vigora e se aplica há 3 anos são as alterações negativas, nomeadamente, à Lei dos Despedimentos, o Lay-Off, às reformas compulsivas, ao regime de turnos.

As três medidas que serviram para suavizar a brutalidade do pacote laboral (Lei de Bases da Higiene e Segurança nos locais de trabalho, cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e medidas para uma melhor justiça no trabalho) estão ainda por regulamentar e cumprir.

Tudo feito em nome da «modernidade», da «harmonização com a Comunidade Europeia», da «flexibilização», do «reganhar a confiança dos investidores para criar mais empregos e melhores salários».

Agora, em 1993, já não tanto em nome da modernidade mas da competitividade, o patronato e o Governo propuseram na Concertação um novo pacote laboral contra os salários e a contratação colectiva, visando fragilizar ainda mais a estabilidade do emprego e dos horários de trabalho, acelerar as falências das empresas com salários em atraso, enfraquecer mais a situação da Segurança Social.

E não pretendiam só reduzir os salários, mas pôr em causa a liberdade de negociação e contratação.

Falhou o Acordo na Concertação e com isso se congratularam os membros das CT's.

No entanto, têm consciência de que o patronato e as administrações tuteladas pelo Governo vão tentar transportar tais propostas e objectivos para as empresas e sectores.

E não é por maquiavelismo.

Está-lhes no sangue, na sua génese exploradora, na sua lógica implacável de alcançar o lucro máximo, persistir, persistir sempre na ânsia de recuperar as parcelas do domínio perdido, particularmente naquilo que foram conquistas resultantes de intermináveis lutas dos trabalhadores.

Aqueles homens e mulheres que trabalham e agem nas empresas, com o sentimento de que as coisas não estão nada fáceis, num confronto onde se lhes exige que estejam na primeira linha do conflito, aprovaram uma Resolução onde se destaca a decisão de aderir, de participar e de mobilizar os trabalhadores para a Acção de Luta do dia 18 de Novembro, de defender os direitos, exercendo-os.



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Falhou o Acordo na Concertação e com isso se congratularam os membros das CT's. No entanto, têm consciência de que o patronato e as administrações tuteladas pelo Governo vão tentar transportar tais propostas e objectivos para as empresas e sectores. E não é por maquiavelismo.

Concluíram que na resistência, no protesto, no sacudir do conformismo e no desenvolvimento da luta reside a condição indispensável para rasgar caminhos novos.

O debate revelou diferenças de opinião quanto ao tempo e ao momento de exigir a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República.

Mas juntou razões comuns na identificação dos problemas, das suas causas e dos seus responsáveis, levando à conclusão que aquele objectivo é não só justo como necessário e alcançável se, ali, a começar na empresa, partindo dos direitos e dos anseios dos trabalhadores, se erguerem os alicerces, não só da resistência mas da construção duma alternativa.

Foi esse o vínculo e o compromisso que uniu aqueles duzentos dirigentes de empresas e sectores tão diversos como da CP e da Papelaria Fernandes, da Mague e da ITT - Páginas Amarelas, da Banca e dos Cimentos, da Lisnave e do Estoril-Sol, da Função Pública e da multinacional Hocht, quando aprovaram a Resolução. Por unanimidade.



Médicos na província

Um milhão de portugueses não têm médico de família. O Ministério da Saúde não abre quadros para o preenchimento de vagas de clínica geral há meses exigidas pelos médicos, que levariam muitos deles a fixar-se na província. Ao invés, realizou-se um frustrado, ilegal e conturbado processo de destacamentos compulsivos que na prática não beneficiou ninguém. É uma política de Saúde que não há, é uma gestão incoerente e arrogante que se prolonga no tempo. No entanto, é, ou deveria ser, irrecusável satisfazer o direito de toda a população a uma assistência médica eficaz. É, ou deveria ser, irrecusável o direito de todos os médicos terem disponíveis condições mínimas de trabalho para prestar uma assistência eficaz. Nada disto o Governo PSD consegue.

Quatro anos de gestão de Arlindo de Carvalho no Ministério da Saúde fizeram com que se agravasse a falta de médicos nos hospitais do interior do país e com que os médicos que lá estão se limitem, muitas vezes, a assinar transferências de doentes para unidades em Lisboa, Porto ou Coimbra. É que faltam aparelhos e instrumentos, fecham-se serviços e blocos operatórios, as equipas não têm o número de quadros suficiente para poderem trabalhar.

Criticado pelo ministro da Saúde por «interferir» no processo de transferência de médicos, o Provedor de Justiça, obviamente no exercício legítimo das suas funções, emitiria um parecer que fazia cair todo o fundamento legal para

como tinha prometido à FNAM. Fê-lo através do Director Geral de Saúde em Março deste ano. A grande maioria dos concursos dos Hospitais Centrais não foram abertos, assim como em vários Hospitais Distritais.

Ainda por cima estes destacamentos efectuados em período eleitoral nem sequer acautelaram o bom funcionamento dos hospitais. O Hospital São Francisco de Xavier foi um bom exemplo disso, com a requisição compulsiva de quatro assistentes eventuais do serviço de medicina, reduzindo as equipas a quatro elementos quando são necessários pelo menos oito

médicos para manter os serviços de urgência a funcionar em condições.

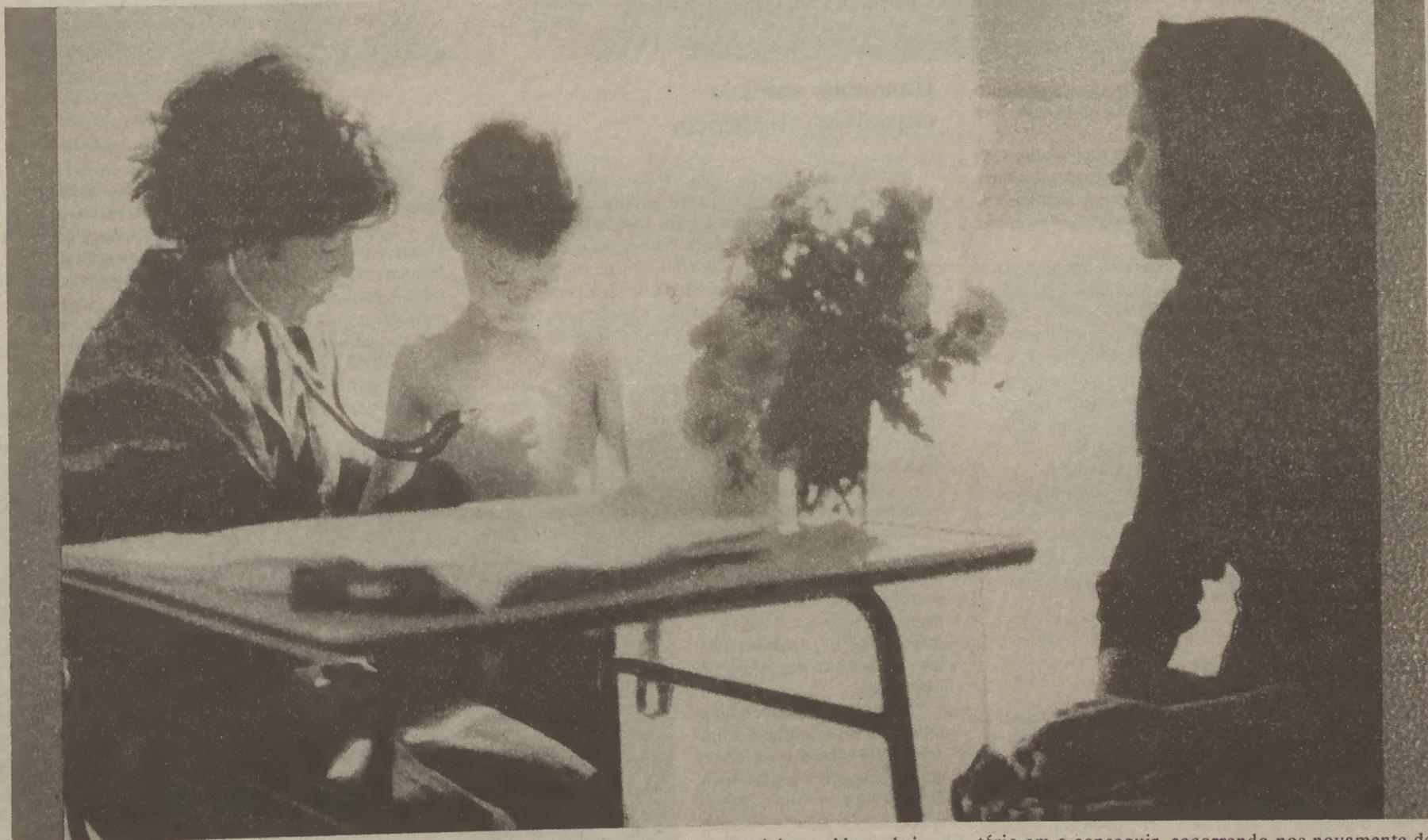
Assim, não surpreendeu ninguém a notícia dada pelo jornal «Público» de terça-feira passada, segundo a qual têm estado a chegar à Ordem dos Médicos dezenas de cartas de especialistas que foram objecto de destacamento, a dizer que ao contactarem os hospitais onde tinham de se apresentar foram informados de que não existem vagas nessas unidades e que as especialidades que eles praticam não são ali necessárias. Por um lado, segundo os responsáveis desses hospitais, há falta de verbas para pagar orde-

foram anteriormente realizados concursos: os casos de Neurrorradiologia do Hospital Egas Moniz e do Concurso de Neotologia do Hospital de Faro foram apontados pelo sindicato como exemplos de situações desse tipo.

Na recomendação do Provedor de Justiça diz-se a dado passo que caso as necessidades médicas nacionais tornem imperioso o destacamento compulsivo de médicos, então deverão ser aplicadas as garantias profissionais e pessoais adequadas, como seja o conhecimento prévio das condições em que o destacamento é efectuado, o prazo da deslocação, as garantias oferecidas, e, sublinhe-se a **salvaguarda da existência de meios técnicos e humanos no local de destino para o desenvolvimento da carreira médica**. É que só para o Ministério não parece ser óbvia a inutilidade de envio de um médico para um local onde ele não pode trabalhar.

O interesse dos médicos é o interesse das populações

Mas, vamos lá dar o benefício da dúvida: mesmo que tenha sido ilegal tudo o que se fez neste caso, não será legítimo a um Governo impor um política de fixação de médicos nas zonas interiores do país? Claro que sim, mas vejamos os factos para aferir da real vontade deste Minis-



a tentativa de destacamentos compulsivos dos médicos há dias tentado pelo Governo.

Meneres Pimentel recomendou ao Ministério da Saúde a suspensão imediata do processo de destacamentos dos médicos para os hospitais de província e que a essa suspensão se deveria seguir a consequente eliminação dos efeitos já produzidos.

Para o Provedor, um processo de destacamentos deve ser precedido pela realização de concursos (de participação obrigatória ou facultativa) após a determinação das necessidades existentes. Só após a realização desses concursos e se sobrares vagas é que o Ministério poderá recorrer à figura jurídica da requisição e destacamento.

Nada que o próprio Ministério não soubesse antes e, caso não tivesse necessidade política de utilizar uma arma eleitoral, como diz o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), «utilizando ilegalmente e inconstitucionalmente os médicos», talvez os processos utilizados tivessem sido outros.

Escamotear incompetência

Ou então o que se pretendeu foi escamotear uma mal disfarçada incompetência: mais uma vez citando um comunicado do Sindicato da Zona Sul, lembra-se que desde há quatro anos os concursos «já por si governamentalizados», deixaram de ser obrigatórios e o Governo «propositadamente não calendarizou por área profissional a data e o local de cada concurso para todos os assistentes do quadro

nados e, por outro, volta-se ao crónico problema da inexistência de condições de trabalho ou a ausência de equipamentos específico para certas especialidades.

Os casos apresentados incluem os hospitais do Montijo e Barreiro, Leiria e Vila Franca de Xira. Segundo os dados fornecidos pela Ordem ao matutino, dos 325 destacados 140 não possuem vagas nos hospitais para onde foram enviados e em outros 100 casos, apesar de haver faltas, não há dinheiro para pagar a esses médicos e as administrações dos hospitais não abriram o quadro para novas vagas.

Ainda por cima, só 70 dos 325 despachos efectuados teriam algum fundamento legal!

Irresponsabilidade

É evidente que esta é uma questão especialmente sensível para as populações afectadas e, para quem não esteja informado, poderá colher a afirmação de Arlindo de Carvalho que o que se pretende, a todo o preço, é obrigar os médicos a ir para a província, a dar assistência a populações que não a têm. Como se isso não fosse, antes do mais, do interesse dos próprios médicos e como se essa situação que afecta milhares e milhares de famílias portuguesas não tenha na base, antes do mais, a própria política seguida pelo Governo nesta área.

Todo o processo demonstra a irresponsabilidade ministerial com que se tem gerido os meios humanos e técnicos que a Saúde no nosso país dispõe. O SMZS lembra que algumas vagas abertas para estes destacamentos compulsivos foram feitas em locais onde não estão criados ainda quadros ou

tério em o conseguir, socorrendo-nos novamente de números e dados objectivos, fornecidos pelo SMZS.

Ao mesmo tempo que se iniciava este processo de destacamentos, o Ministério decidia publicar um mapa de vagas para a formação de novos especialistas onde, na zona sul, por exemplo, 75 por cento das vagas são em Hospitais Centrais e cerca de metade dos candidatos ao Internato da Especialidade não têm vaga, ficando sem possibilidade de uma formação especializada.

Outra prova evidente da hipocrisia do processo é dada pelo seguinte: recentemente a Comissão Nacional dos Internatos Médicos (uma estrutura nomeada pelo próprio ministro), propôs a abertura de 480 vagas hospitalares para a zona sul. O ministro decidiu publicar somente 139.

Surgem depois estes destacamentos compulsivos, que mesmo que fosse possível concretizar, colocariam médicos na província de forma provisória, em vez de se aumentar o mapa de vagas para os Hospitais Distritais, o que possibilitaria uma efectiva fixação de médicos nas zonas interiores.

E, diga-se mais uma vez, os primeiros interessados seriam os próprios médicos, como tantas e tantas vezes as suas estruturas sindicais já o disseram, já que neste momento a política do Ministério da Saúde colocou no desemprego e sem acesso a uma formação especializada, centenas de jovens médicos que naturalmente desejariam poder fixar-se em qualquer local onde podem exercer a profissão em condições condignas e com reais possibilidades de progressão.

É por isso que já há muito tempo os sindicatos reclamam o alargamento do mapa de vagas e é por isso que os jovens médicos vão entrar em greve nos próximos dias. Afinal, para poderem ser médicos na província.

Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior

Estratégias essenciais para o país

O Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, elaborado pelo PCP, foi tornado público há duas semanas, tal como o «Avante!» a semana passada noticiou. O documento, muito extenso e cuja publicação na íntegra está prevista, foi apresentado, em nome da Comissão do Ensino Superior do Partido, por João Sousa Lopes, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É essa intervenção que aqui publicamos, cujo conteúdo divulga a estrutura, orientações e propostas principais do documento.

Um programa de desenvolvimento do ensino superior pressupõe uma caracterização da situação existente neste sector do sistema de ensino - e, naturalmente, o nosso documento começa por aí.

Vivemos numa época marcada por uma profunda revolução técnico-científica, uma época na qual os conhecimentos científicos e técnicos se afirmam cada vez mais como uma força produtiva directa, imprescindível ao desenvolvimento económico. A consequente necessidade de recursos humanos, quer em qualidade, quer em quantidade, tem conduzido a uma multiplicação e diversificação dos processos educativos e formativos. Digamos que, no essencial, se assiste, por um lado ao aprofundamento dos objectivos tradicionais desses processos e, por outro, ao desenvolvimento de um sistema de educação permanente que integra a educação inicial, sobretudo dirigida à juventude, com a formação em paralelo com actividades profissionais.

No nosso tempo, a educação, a ciência e a tecnologia são obviamente vectores estratégicos para a aceleração do desenvolvimento do país e para a salvaguarda da sua capacidade de decisão. E neste campo cabe um papel essencial ao ensino superior.

É um facto que houve uma expansão do ensino superior no nosso país. Em número de alunos, passamos de 49 mil em 70, para 84 mil em 80, para 200 mil em 92. Todavia, o nosso atraso relativamente à Comunidade Europeia continua a ser muito grande, em termos quantitativos e qualitativos. Para não demorar na citação de números, refiro apenas um indicador: da nossa população activa com idade superior ou igual a 20 anos, apenas 9% tem um nível de instrução igual ou superior ao secundário; em Espanha, essa percentagem é de 43%, e ainda mais elevada noutros países da Comunidade.

É, pois, evidente que é essencial, que é imperioso desenvolver o ensino superior. Podemos perguntar-nos, então, o que tem sido feito a este respeito nos últimos anos. Tem até interesse considerar os últimos 14 anos - já que durante este período o actual partido do Governo tem controlado o Ministério da Educação.

Privatização do ensino

Como afirmamos no documento, uma característica essencial da política desenvolvida pelos governos PSD são os obstáculos levantados à expansão do ensino superior público, e os incentivos ao crescimento explosivo do ensino superior privado. Isto tem acontecido de uma forma tão violenta que em 1992 o número de vagas de acesso ao ensino privado ultrapassou o número de vagas do ensino superior público. Com este ritmo, em 95 ou 96, o ensino superior será maioritariamente privado. Esta fúria privatizadora não tem paralelo ou exemplo a nível internacional. Foi feita sem desenvolvimento, sem critério, sem exigências de qualidade definidas, que conduziu a uma "oferta de ensino" desajustada das oportunidades profissionais existentes ou previsíveis, desajustada também das necessidades reais do país.

Dito isto, convém afirmar que não negamos espaço para o ensino superior privado - particular ou cooperativo; reconhecemos o direito de opção dos portugueses - princípios que, aliás, a nossa Constituição justamente consagra. O que exigimos é que o ensino privado cumpra as obrigações legalmente determinadas e assegure efectivamente a qualidade dos cursos e o valor dos diplomas.

Cremos, todavia, que a fundamentação científica e a atitude crítica essenciais ao processo educativo, a isenção ideológica na selecção dos docentes e na elaboração dos planos de estudo, na investigação científica e tecnológica, não podem ser garantidos sem que o ensino público seja o seu suporte fundamental. E também cremos que o ensino público é essencial para contrariar a perpetuação das desigualdades classistas de acesso e de sucesso escolar.

A imposição da Lei 20/92, do aumento brutal das propinas é mais uma acção grave em detrimento do sistema de ensino superior. Os propósitos de justiça social invocados pelo Governo estão obviamente deslocados do domínio fiscal, onde tais propósitos teriam sede própria. Os propósitos reais, esses inserem-se no plano geral da mercantilização dos saberes e da formação, e do desenvolvimento de um "merca-

do do ensino" regido pela lógica e pelas regras do lucro.

O sistema de ensino superior público tem sido vítima de uma crónica asfixia orçamental que afecta a sua capacidade de acolhimento da população discente, que afecta a situação profissional e as condições de trabalho dos docentes, que afecta, enfim, a qualidade das suas actividades pedagógicas e científicas.

No quadro do ataque à lei da autonomia, é crescente a pressão exercida pelo Governo para que os estabelecimentos de ensino público - sujeitos a insuperáveis carências de natureza orçamental - alterem, de facto, o seu carácter público. Multiplicam-se os laços de dependência das Universidades em relação à obtenção de receitas externas. E desenvolvem-se processos de desagregação interna, com a proliferação de instituições privadas sem fins lucrativos, com o financiamento da investigação feito tendencialmente por uma única agência que, dando corpo à vocação centralizadora do Governo, se arroga a competência de planear, avaliar e decidir sobre toda a realidade cultural e socioeconómica em todos os domínios do saber.

Uma nova política: objectivos estratégicos

É a toda esta situação - que, naturalmente, se encontra descrita mais pormenorizadamente no documento que estamos a apresentar - que temos que dar resposta. Naturalmente que reconhecemos o espaço de debate próprio das instituições de ensino superior, mas assumimos a necessidade de uma nova política geral, de orientação democrática, para o ensino superior. Uma política que concretize os princípios, os valores e os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República.

Nesta ampla perspectiva, apontamos como **objectivos estratégicos** de uma política democratizadora e modernizadora do ensino superior, nomeadamente os seguintes:

- A elevação do investimento no ensino superior público, tendo em vista a elevação do nível cultural e científico, a satisfação das necessidades do país em recursos humanos, a elevação da produtividade, o desenvolvimento integrado do país, e também a satisfação das aspirações individuais.

- A defesa e o aperfeiçoamento da autonomia das universidades e das instituições do ensino superior politécnico, designadamente com o apoio à criação de um quadro regulamentar que garanta a suficiência do seu financiamento e possibilite uma adequada gestão financeira.

- A expansão e a reorganização do sistema escolar do ensino superior, com a democratização do acesso, a adequação da oferta e da procura de educação, a diversificação dos domínios e formas de ensino, e a articulação dos diversos níveis de ensino.

- A promoção da qualidade científico-pedagógica e o melhoramento do sucesso escolar.

- O reforço das actividades de investigação e desenvolvimento, designadamente no quadro da autonomia científica das instituições de ensino superior.

- O reforço da ligação do ensino superior ao meio e o aprofundamento da sua intervenção como instrumento de desenvolvimento, a nível nacional e a nível regional, nos planos económico, social e cultural.

- O apoio à juventude no acesso aos vários níveis e domínios de formação.



JOÃO SOUSA LOPES
professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e membro da Comissão do Ensino Superior do PCP, na apresentação pública do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior

Reconhecemos o espaço de debate próprio das instituições de ensino superior, mas assumimos a necessidade de uma nova política geral, de orientação democrática, para o ensino superior. Uma política que concretize os princípios, os valores e os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República.

- A intervenção no domínio da educação permanente, em toda a diversidade das formações, níveis e percursos.

- O apoio à internacionalização, através da definição de objectivos que a enquadrem no desenvolvimento do ensino superior e do país no seu conjunto.

Medidas essenciais

A estes grandes objectivos correspondem **medidas essenciais**, entre as quais se podem, desde já adiantar algumas:

- A aprovação de uma "Lei das Finanças e da Gestão Orçamental e Financeira do Ensino Superior Público", incluindo a I&DE (investigação e desenvolvimento experimental) realizada no seu âmbito, que, entre outros aspectos, consagre o princípio do duplo financiamento da I&DE no ensino superior público - com uma componente associada à continuidade e eficácia das suas missões pedagógica e científica, e a outra componente inserida no quadro da satisfação de necessidades sociais, produtivas e culturais definidas por



outras instâncias - designadamente pelo Estado - e complementar da iniciativa própria dos estabelecimentos de ensino superior.

- **A aprovação de um Programa Extraordinário de Investimento no Ensino Superior Público até final do século**, que assegure a expansão e a elevação da qualidade do sistema.

- **A eliminação do sistema do numerus clausus no ensino superior público**, e revogação do actual e injusto regime de ingresso.

- **A revogação da Lei 20/92**, do aumento brutal das propinas.

- **A aprovação de uma lei de Acção Social Escolar**, abrangendo todos os estudantes de graduação e de pós-graduação.

- **O reconhecimento de um único nível de formação inicial no ensino superior**, independentemente da natureza da instituição que a confere, salvaguardados que estejam os limiares universalmente aplicáveis.

- **A promoção de um quadro normativo para regular as relações entre as instituições de ensino superior e as estruturas de interface ensino superior/empresa**, e para a avaliação destas estruturas.

- **A aprovação de legislação relativa à avaliação do ensino superior público e privado** que promova uma avaliação objectiva, rigorosa, isenta, não permeável a pressões do Governo ou de grupos de interesses particulares, adaptada às realidades e às necessidades de desenvolvimento do país.

- **O apoio à formação de uma estrutura de coordenação global do sistema de ensino superior**, amplamente participada, e incluindo as componentes universitária e politécnica, e os níveis nacional e regional, representativa das insti-



integrada do ensino superior, que inclua as vertentes do ensino, da investigação, da prestação de serviços e da extensão cultural, e que abranje a totalidade das instituições do ensino superior, públicas, privadas e cooperativas.

- **Ensino Universitário e Politécnico:** pronunciamos pela aproximação, no sentido de uma futura integração e valorização, das carreiras docentes e dos estatutos remuneratórios dos docentes do ensino superior universitário e politécnico; pela concessão de incentivos à mobilidade de docentes e investigadores; pelo reconhecimento de um único nível de formação inicial, independente da natureza da instituição que o confere (desde que satisfeitas condições universalmente aplicáveis quanto a escolaridade mínima, qualificação do corpo docente, etc.); e também nos pronunciamos

pela urgente conclusão dos regimes de instalação em estabelecimentos do ensino superior politécnico.

Julgo que com a brevíssima apresentação destes pontos vos estou dando uma ideia sucinta da maneira como o nosso documento está organizado, e da sua extensão. Permitam-me, por isso, que seja agora ainda mais breve, e que me limite a referir as restantes áreas em que dividimos o nosso trabalho:

- **Ensino particular e cooperativo:** condições mínimas de qualidade; vagas adequadas às necessidades reais do país; condições de trabalho pedagógicas e de investigação; avaliação periódica.

- **Ensino particular e cooperativo:** condições mínimas de qualidade; vagas adequadas às necessidades reais do país; condições de trabalho pedagógicas e de investigação; avaliação periódica.

- **Pessoal - quadros e carreiras:** estabilidade; flexibilização no recrutamento; direitos iguais dos docentes universitários e do politécnico; valorização equilibrada das componentes pedagógica e científica na avaliação do trabalho individual; reforço e dignificação do regime de dedicação exclusiva.

- **Organização pedagógica:** valorização do trabalho pedagógico dos docentes, que tem sido sempre posto em segundo plano relativamente ao seu trabalho científico (pelo menos no ensino universitário); implementação de um sistema de créditos reais que permita a flexibilização dos cursos, a escolha de percursos alternativos, etc.; as disciplinas básicas, onde a taxa de insucesso é máxima, devem ser entregues aos professores mais experientes; cursos livres de apoio aos alunos e de extensão universitária; espaços e equipamentos absolutamente essenciais para que uma organização pedagógica possa ser eficiente em todos os seus aspectos.

- **Investigação científica e tecnológica:** promoção de políticas equilibradas, rectificando falta de apoios nas ciências sociais e humanas; duplo financiamento; cooperação institucional; desenvolvimento do politécnico através da valorização da componente científica no estatuto de carreira; participação do ensino superior público nos órgãos superiores de orientação e acompanhamento de C&T (Ciência e Tecnologia).

- **Abertura e ligações ao meio social:** definição de programas que incentivem a integração de diplomados nas empresas e autarquias; afectação de fundos do 2º Quadro Comunitário de apoios no que se refere ao ensino superior; elaboração de normas de relações e prestações de trabalho dos docentes; definição de um sistema de avaliação das instituições de interface que hoje têm um papel bastante importante em todo o sistema.

- **Internacionalização:** articulação da actividade com instituições estrangeiras; financiamentos para a necessária mobilidade dos discentes e docentes; participação dos estudantes nos programas de mobilidade; equivalência curricular com as instituições estrangeiras no respeito pela nossa própria identidade cultural; cooperação com os PALOP com o apoio de programas específicos.

- **Quadro institucional e autonomia:** promoção do diálogo com ordens, associações profissionais, sindicais, sociedades científicas; aprofundamento das relações e da articulação entre os estabelecimentos de ensino superior; consideração de um órgão nacional ou de coordenação do sistema de ensino superior; respeito pela autonomia.

- **Organização e gestão:** constituição de gabinetes de estudo e prospectiva; reavaliação e redefinição do quadro de competências do CRUP (Conselho de Reitores) e do CCISP (organização equivalente do ensino politécnico); constituição de um órgão de coordenação global dos dois subsistemas; promoção da democraticidade e da eficácia de gestão; revisão do quadro de gestão orçamental, designadamente no enquadramento de uma Lei de Financiamento e de Gestão Orçamental e Financeira.

tuições públicas de ensino superior, com intervenção nas esferas das políticas educativas e de I&DE.

- **A revisão dos estatutos de carreira e remuneratório dos docentes e investigadores dos ensinos universitário e politécnico**, e promoção da sua convergência.

São estas medidas essenciais que, desde já, o nosso documento aponta no seguimento dos objectivos estratégicos anteriormente indicados.

Catorze pontos

Até aqui referimo-nos às grandes questões do sistema de ensino superior nos seus traços essenciais. O documento passa depois a caracterizar e analisar, a propor orientações gerais e a apontar medidas relativamente a cada um de 14 pontos, correspondentes a outras tantas áreas em que dividimos o nosso trabalho.

Permitam-me uma referência breve a esta parte do documento - parte que, aliás, ocupa 75% do texto.

- **Função Social do Ensino Superior** onde apontamos medidas como: a criação de uma rede descentralizada de orientação vocacional e profissional; a substituição do actual regime de ingresso; o envolvimento dos estabelecimentos de ensino, das associações profissionais e estudantis e dos agentes económicos, sociais e culturais na definição de políticas e no acompanhamento da sua execução; o investimento no ensino superior público, quer em infra-estruturas científicas e pedagógicas, quer em infra-estruturas de acção social escolar; a racionalização da rede de estabelecimentos de ensino superior, a valorização do ensino superior politécnico, e a diversificação das modalidades, níveis e domínios de ensino oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior público, incluindo a formação profissional contínua e recorrente; o apoio à função dos estabelecimentos de ensino superior como agentes dinamizadores do desenvolvimento local e regional.

- **Financiamento** onde a nossa análise nos leva a apontar medidas como: a circulação da informação, a consulta e o debate dos estudos que suportam os programas do quadro comunitário de apoio com incidência no sistema de ensino superior; a correcção urgente dos desequilíbrios estruturais dos orçamentos de financiamento; e a aprovação de uma Lei das Finanças e da Gestão Orçamental e Financeira do Ensino Superior Público, no quadro geral de defesa e respeito da autonomia das universidades e dos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

- **Acesso ao ensino superior** onde propomos medidas que cobrem um largo espectro, desde a oferta ao nível do ensino secundário de uma formação com vertentes profissionalizantes e generalistas, à aprovação de um novo e mais justo regime de ingresso no ensino superior, até à promoção e disponibilização do acesso ao ensino pós-graduação, e à oferta de acções de formação para actualização, especialização ou reciclagem de diplomados.

- **Acção social escolar** onde propomos a revogação da recente legislação sobre a Acção Social Escolar no ensino superior público, e a sua substituição por legislação que defenda os interesses do desenvolvimento, a representação dos estudantes nos órgãos de decisão de acção social, a reactivação dos serviços médico-sociais e o aumento do número de bolsas de estudo.

- **Avaliação dos estabelecimentos de ensino** onde propomos um conjunto de medidas que assentam numa concepção



Concertação e mistificação ■ Paulo Trindade

A imagem que os órgãos de comunicação social dominantes fizeram passar para a opinião pública relativamente ao designado «acordo de política de emprego» é elucidativa quanto à enorme manobra de mistificação encenada pelo Governo e pelo patronato.

Curioso é verificar que analistas políticos pretensamente independentes se prestaram ao jogo do Governo e do patronato. Curiosamente — ou talvez não — o PS aceitou as regras do jogo.

A mensagem profusamente difundida foi a de que só meio por cento dividia os parceiros sociais. Logo, só uma birrice, ou pressões exteriores, inviabilizavam um acordo.

A partir deste pressuposto deu-se um «salto qualitativo» na discussão tendo-se passado a erigir como questão central o saber quem pressionou quem.

É evidente que quaisquer análises e discussões tendo estas questões como pano de fundo serviram e continuam a servir para levar a água ao moinho do Governo e do patronato. É também óbvio que esta manobra implicou o escandaloso silenciamento das forças sindicais e políticas que, de forma consequente, tomaram posição sobre o conteúdo do dito projecto de «acordo de política de emprego» que a todo o custo se tentou ocultar dos principais interessados, ou seja, dos trabalhadores portugueses.

Quantos portugueses tomaram conhecimento de que no passado dia 3 o Grupo Parlamentar do PCP proferiu na Assembleia da República uma Declaração Política sobre a questão da concertação social? A quem serviu essa ocultação por parte dos diferentes canais de televisão e dos principais órgãos da imprensa escrita?

Quais os critérios que levaram a que o programa Parlamento da RTP, do passado dia 6, tenha convidado para debater uma questão de tanta importância, apenas uma deputada do PS e um deputado do PSD?

O jornalista José António Saraiva, no semanário Expresso do mesmo dia, assumia idêntica posição «pluralista» e de conteúdo pretensamente objectivo quando lapidarmente concluía que a «concertação» interessava ao Governo, aos «trabalhadores, parece óbvio que interessava», quanto aos patrões já «as dúvidas são maiores». Tudo isto condimentado com o molho de quem pressionou quem.

Concluir-se-ia, assim, que um acordo que era bom para o Governo, bom para os trabalhadores, eventualmente bom para o patronato, ou seja, uma autêntica obra patriótica, foi desperdiçado sabe-se lá em nome de que desígnios.

O ministro Marques Mendes orgulhar-se-ia de tão brilhante argumentação...

Entretanto, aos principais interessados em saber qual o conteúdo real e efectivo do dito acordo, ou seja, os trabalhadores portugueses, José António Saraiva, na linha de

outros brilhantes analistas da nossa praça, nada contribuiu para esclarecer e informar.

E neste contexto, com o PS a alinhar na polémica do meio por cento para cima e do meio por cento para baixo e nas pressões ou não pressões, o que nos leva a questionar quais as suas reais motivações em aceitar as regras da polémica para o campo a que o Governo e os seus analistas políticos a conduziram, os trabalhadores portugueses continuam a ignorar o conteúdo de tão «patriótico» acordo.

Se não fora o silenciamento a que foram votadas as posições da CGTP-IN na área sindical e, entre outras, as do PCP — com toda a legitimidade — na área partidária, o folhetim do acordo teria terminado ainda mais cedo.

Apesar das manobras de camuflagem, as posições consequentes e as análises objectivas do que estava efectivamente em causa, conseguiram chegar a milhares e milhares de trabalhadores e, mais uma vez, a luta de massas teve, nas últimas semanas, um papel determinante para fazer abortar o acordo que embora designado de política de emprego consistia num verdadeiro manual de explorar e despedir a toda a força.

É que o fundamental do acordo não era nem nunca foi qualquer questão do meio por cento. Aliás, nunca o Governo e o patronato aceitaram discutir quaisquer valores salariais acima de referenciais de inflação credíveis. Em matéria salarial o que se discutiu foram valores meramente nominais, ou seja, se os trabalhadores iam perder um, dois ou três por cento do seu poder de compra. Só que convinha ao Governo e a quem lhe aceita as regras do jogo sobrevalorizar factores psicológicos capazes de criar nuvens de fumo que escondessem o ataque fundamental aos direitos dos trabalhadores, garantindo ao patronato um autêntico bode.

Caso o acordo se tivesse consumado, as consequências para os trabalhadores em termos de relações laborais eram as seguintes:

- Desvirtuamento do conceito de contratação colectiva;
- Estabelecimento de normas de polivalência com um carácter ainda mais retrógrado do que o da própria lei geral do trabalho publicada em 1969;
- Flexibilização dos horários de trabalho;
- Incentivação do trabalho a tempo parcial;
- Aumento da precariedade através da possibilidade de prorrogação por mais um ano dos contratos a termo certo;
- As pausas, nomeadamente, no trabalho por turnos, não contariam como tempo efectivo de trabalho;
- Não pagamento das faltas justificadas nos casos em que o trabalhador não apresentasse justificação prévia, o que é impossível, por exemplo, em casos de avarias nos meios de transporte;
- Incentivo às reformas antecipadas;

— Permissividade de falências imediatas de empresas com salários em atraso, sem qualquer tentativa de viabilização;

— Acentuação por parte do Governo, enquanto maior padrão, da discriminação em termos salariais e de direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

Em resumo, o que se oferecia aos trabalhadores portugueses era um novo e reforçado pacote laboral relativamente ao qual os parceiros que têm tido tempo de antena nada disseram e aqueles que, como o PCP, o denunciaram foram silenciados.

Para além das medidas de desregulamentação atrás descritas o patronato, era ainda brindado com benefícios do seguinte teor:

- Crédito fiscal na colecta do IRC;
- Benefícios fiscais a empresas com processos de reestruturação industrial;
- Apoios financeiros, fiscais e de desresponsabilização no pagamento de contribuições à segurança social em caso de criação de postos de trabalho (ainda que temporários);
- Manutenção nos valores actuais do custo da energia;
- Atribuição de apoios públicos a investimentos;
- Facilitação do acesso gratuito a mão-de-obra em situação de desemprego.

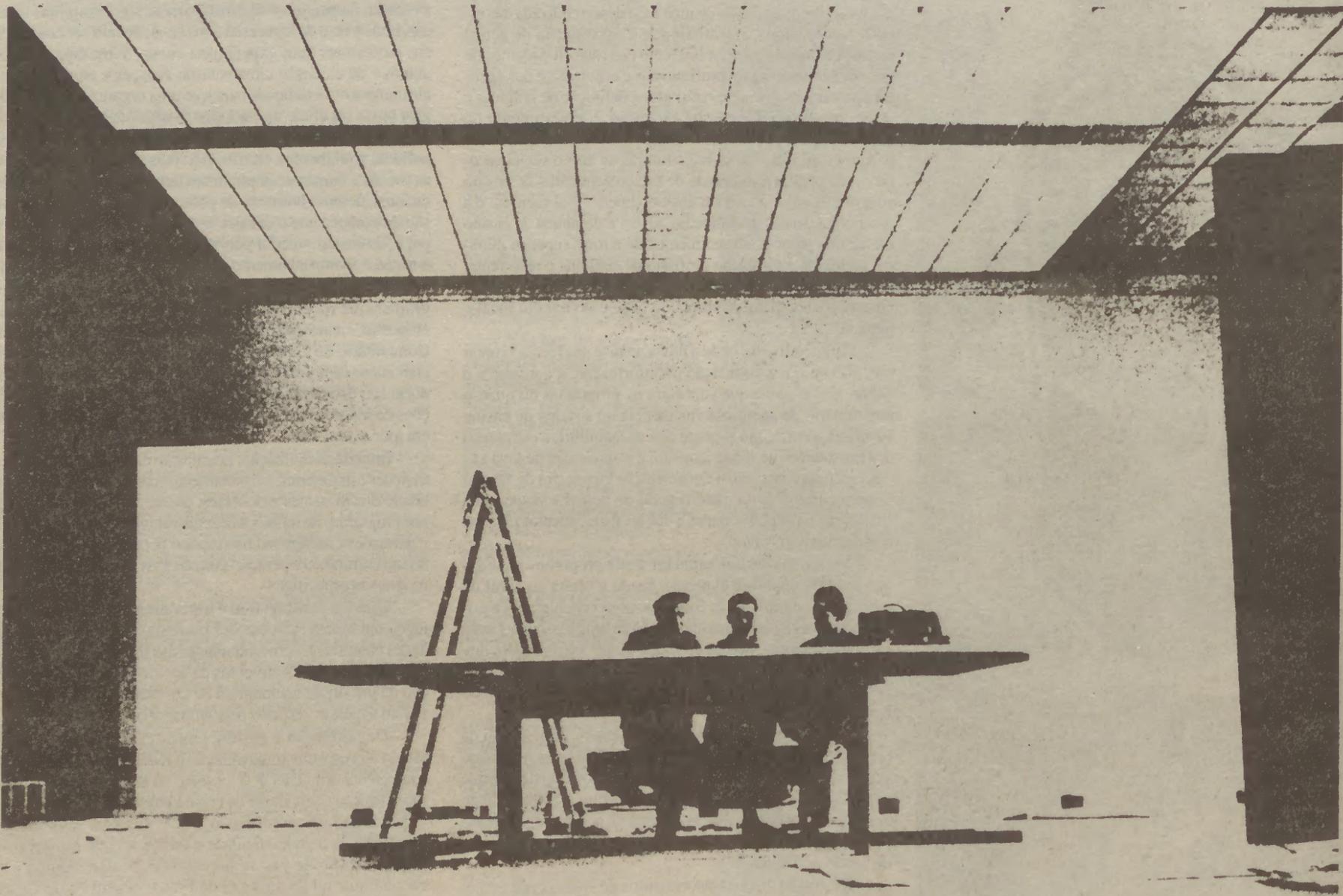
Perante propostas tão aliciantes, é razão para José António Saraiva e outros analistas tentarem eludir as verdadeiras razões que terão levado o patronato a não aceitar um bode tão tentador.

De facto, não foi qualquer meio por cento que fez retrair alguns parceiros sociais a chegarem a um desfecho feliz, eventualmente brindado a vinho do Porto ou a champanhe.

Nem os esforços chantagistas do Governo — ou isto ou nada — foram suficientes para ultrapassar a tal razão determinante que estragou o negócio. Na Assembleia da República, um deputado da maioria afirmava não ser chantagem mas sim coragem. É que, de facto, importa reconhecer que para se ser chantagista a tal ponto é preciso uma boa dose de coragem.

A razão fundamental que fez retrair alguns parceiros sociais em assinarem um tal acordo de capitulação foi o reconhecimento de que o descontentamento e a disposição para a luta por parte de camadas cada vez mais vastas de trabalhadores, face ao grau de degradação da situação económica e social, rebentaria a curto prazo com as barreiras do acordo e transformar-se-ia em arma de arremesso, com força redobrada, contra os subscritores de um pacto desta natureza.

Daí que «gato escaldado de água fria tem medo...»



Crise a Doze e as mezinhas de Cavaco

■ Anabela Fino

A próxima reunião do Conselho Europeu, a 11 e 12 de Dezembro, vai apreciar o Livro Branco da Comissão Europeia dedicado ao combate ao desemprego e ao fomento do crescimento económico. Trata-se de uma iniciativa que visa, de acordo com repetidas declarações de Jacques Delors, presidente da Comissão, criar 20 milhões de postos de trabalho até ao ano 2000.

A menos de um mês da cimeira dos Doze, o que se sabe do projecto é muito pouco e muito desanimador. Por um lado, está-se muito longe do consenso que um tal objectivo pressupõe; por outro lado, os Doze parecem mais apostados em, cada um de per si, anunciarem programas de que retirem dividendos políticos mesmo que os resultados práticos do combate ao desemprego não sejam particularmente eficazes.

A exemplo dos seus congéneres, também Cavaco Silva veio há dias anunciar um "plano de emergência nacional" de apoio aos desempregados e de criação de empregos. Desconhecem-se os pormenores do plano, prometidos para dentro de dias, mas o seu anúncio em plena pré-campanha para as autárquicas não foi seguramente ocasional. Fala-se em medidas totalmente inovadoras e num total de 50 milhões de contos (a verba avançada na concertação social a troco do acordo que não houve), mas tudo continua ainda no segredo dos deuses.

O pior já passou?

Há quem considere que o pior da recessão económica da Comunidade já passou. É o caso do comissário europeu Henning Christophersen, vice-presidente da Comissão, que a semana passada apresentou publicamente a revisão das previsões económicas da Comunidade. Para aquele responsável, apesar do desemprego e do défice orçamental na CE continuarem a subir, já se "vê o fundo" da recessão.

Para o corrente ano, as previsões apontam para um 'crescimento' negativo de 0,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e, para os próximos dois anos, um crescimento positivo de 1,3 por cento e 2,1 por cento do PIB, respectivamente.

De acordo com a previsões da Comissão, o emprego diminuirá 0,5 por cento em 1994 e registará uma subida de 0,2 por cento em 1995.

Quanto ao investimento, que regista este ano uma descida de 4,6 por cento, deverá aumentar dois por cento em 1994 e 4,5 por cento em 1995. A inflação, por seu turno, deverá continuar a descer na Comunidade, prevendo-se que se situe este ano em 3,8 por cento, em 1994 em 3,5 por cento e em 1995 em 3,2 por cento.

No que se refere a Portugal, as previsões da Comissão apontam, para 1993, para um 'crescimento' negativo do PIB de 0,5 por cento, um crescimento positivo de 1,4 por cento para 1994 e de 3 por cento em 1995.

Sobre a evolução das contas do Estado, a Comissão prevê que os défices orçamentais portugueses, em 1993, 1994 e 1995, correspondam, respectivamente, a 8,9, 8,2 e 6,9 por cento do

PIB nacional. Já no que se refere ao desemprego, as previsões de Bruxelas estimam que passará de 5,2 por cento em 1993 para 6,2 por cento em 1994 e 6,1 por cento em 1995.

Quanto à inflação, prevê-se que continue a descer, situando-se no final do ano em 6,7 por cento, em 1994 em 5,6 por cento e em 4,7 por cento em 1995.

Em relação ao investimento em Portugal, as previsões da Comissão apontam para uma quebra de 0,4 por cento no corrente ano, relativamente a 1992, e acréscimos de 2,7 e 5,4 por cento nos próximos dois anos.

As estimativas de Bruxelas, como a própria Comissão reconhece, fazem depender a retoma económica esperada para 1994 da descida das taxas de juro na Alemanha e nos outros Estados-membros, bem como de algo de que todos falam e ninguém sabe como conseguir: "confiança" dos consumidores e investidores.

Uma questão de fé

Sabendo-se que as previsões da Comissão Europeia, no respeitante às questões económicas, têm vindo nos últimos tempos a ser sucessivamente revistas em baixa, é de temer que as actuais esperanças de retoma económica sejam de facto uma questão de fé.

Se, em Portugal, Cavaco Silva ainda não explicou como vai fazer o milagre da multiplicação dos pães, na Comunidade, as medidas que vão sendo avançadas só servem para

gerar mais preocupações.

O plano Delors prevê, além de um investimento de 9,6 biliões de contos (em transportes, infra-estruturas, energia, telecomunicações, entre outros), a redução do horário laboral, maior flexibilidade dos salários, acções de formação, trabalho em "part-time", redução das tributações sobre os rendimentos do trabalho e encargos sociais, divisão do trabalho e dos salários. Acresce que o próprio plano considera indispensável um crescimento económico estável do PIB de pelo menos 3 por cento a partir de 1995, muito além das suas mais recentes previsões (2,1 por cento).

Se se considerar que os Doze partem para a análise do plano Delors com uma taxa de desemprego de 10,6 por cento (previsão para este ano) e uma perspectiva de agravamento do mesmo para 11,2 por cento em 1994 e 11,3 para 1995 (percentagens que escondem disparidades brutais entre os Estados, que vão desde os 2,6 por cento de desempregados no Luxemburgo aos 22,4 por cento na Espanha ou aos 18,7 na Irlanda); se se considerar que o aumento do trabalho temporário, pretensa medida inovadora, é já hoje uma realidade, como refere o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que afirma que 60 milhões de pessoas sobrevivem nesta situação nos 24 países membros da OIT; se se tiver em conta que 52 por cento das 400 maiores empresas europeias se preparam para reduzir os seus efectivos até final de 1995; se se tiver presente que a Alemanha ultrapassou em Outubro os 3,5 milhões de desempregados e prevê um aumento do desemprego de 700 mil pessoas até fins de 1994; se se ponderar tudo isto, dizíamos, fácil se torna prever que o

"fundo" da crise não se vislumbra com o prosseguimento da mesma política que gerou a própria crise.

Todos ao monte e cada um por si

Esperar solidariedade da cimeira dos Doze seria uma ingenuidade imperdoável, numa Comunidade onde o social foi há muito remetido

para as calendas gregas. Em tempo de crise, cada um trata de si e os outros que se cuidem.

Neste contexto, que podem esperar os portugueses? Há um ano, na apresentação do Orçamento de Estado para 1993, o ministro das Finanças anunciava uma taxa de crescimento (positivo) de três por cento; a realidade é que o dito 'crescimento' será negativo (na melhor das hipóteses, de menos 0,5 por cento).

O desemprego, feita a famigerada 'limpeza de ficheiros', vai oficialmente nos 350 mil e continua a crescer.

O produto agrícola nacional, normalmente diminuto, sofreu em 1992 uma quebra de dez por cento.

Na indústria, a situação não está melhor. Basta dizer que, segundo dados oficiais (curiosamente só referentes aos três primeiros meses do ano), o défice do comércio externo era já superior a 360 milhões de contos, o que a manter-se (facto nada provável), daria um défice de 1500 milhões de contos no final do ano.

Se tudo isto ocorreu quando as avultadas transferências comunitárias não pararam de entrar no país, que não foi capaz nem assim de ultrapassar o ritmo das economias comunitárias - quando teria de crescer muito mais depressa, dado o seu atraso, para uma efectiva convergência - que esperar agora em tempo de recessão e de crise e quando a abertura do mercado deixou a nu a fragilidade nacional?

As promessas eleitoralistas de Cavaco Silva não são panaceia de coisa nenhuma. De tanto tirar coelhos da cartola, o primeiro-ministro tomou-se num ilusionista. Só que não há truques de magia que encham a barriga quando a fome já se sentou à mesa.

Nota

Este artigo já estava redigido quando o Governo, através do ministro Silva Peneda, veio apresentar as medidas de "apoio ao desemprego". Sem prejuízo de voltar-mos ao assunto, não considerámos haver motivo para alterar o texto porque as medidas anunciadas confirmam as preocupações apontadas.



O regresso ao capitalismo arruinou a Hungria

■ Miguel Urbano Rodrigues

Voltei a Budapeste numa semana fria e chuvosa. A grande cidade, enquanto ali estive, permaneceu envolvida numa densa nuvem de poluição.

No Verão de 1992, quando a visitei pela última vez, havia sol e calor e os turistas inundavam o centro de Pest e o castelo de Buda.

Neste Outono cinzento, as avenidas que acompanham o Danúbio apresentavam-se desertas. A meio da tarde, antes do acender das luzes, quase não se via gente nas ruas.

O reencontro com a bela capital da Hungria não foi marcado apenas pela mudança da estação. Como corpo vivo, Budapeste perdeu a alegria com o fim da ilusão de que o salto

para o capitalismo iria transformar rapidamente a vida da população, abrindo-lhe as portas do bem-estar. Confrontados com a realidade, os habitantes da cidade descobrem, com amargura e perplexidade, que, afinal, transcorridos mais de três anos sobre a grande viragem, enfrentam um quotidiano duro, carregado de preocupações. Houve quem ganhasse; surgiu uma nova classe. A mudança permitiu o aparecimento de uma casta de milionários. Mas são uns escassos milhares. A esmagadora maioria vive muito pior do que antes e teme o futuro próximo. O capitalismo não trouxe nem a anunciada prosperidade nem a felicidade prometida.

As montras das lojas, na Rua Vacy e nas grandes avenidas centrais de Pest, estão repletas de produtos apetecíveis, mas somente os privilegiados (e os turistas estrangeiros) podem adquirir essas maravilhas, inacessíveis à bolsa do cidadão comum. A massa da população aperta o cinto. O orçamento familiar empurra para a fronteira da miséria; a da pobreza, para muitos, já foi ultrapassada.

As miríficas promessas do governo dirigido pelo Forum Democrático foram desmentidas pela prática da vida.

Este ano, a inflação será aproximadamente de 30%, não obstante o Executivo só admitir 23%. A taxa de desemprego atinge os 12% e, destes, 5% não recebem subsídio algum.

A dívida externa, contrariamente às previsões oficiais, subiu. Hoje supera os 22 000 milhões de dólares, sendo proporcionalmente à população das mais elevadas do mundo. Isso num país cujo PIB *per capita* ronda os 3000 dólares (menos de metade do português).

A agricultura, que durante décadas foi a mais avançada da Europa Central, mergulhou numa crise que se agrava de mês para mês. A destruição das cooperativas — imposta pelo Forum e pelos demais partidos da coligação governamental — produziu efeitos opostos aos proclamados pela propaganda. A privatização de terras arruinou a agricultura. Presentemente, 40% dos solos cultiváveis estão abandonados e dezenas de milhares de pequenos e médios agricultores acham-se às portas da falência. Entre os antigos cooperantes o desemprego é maciço. O número de cabeças de gado bovino caiu para o nível de 1945.

A Hungria, que era o maior exportador de

alimentos *per capita* da área socialista, tornou-se insuficiente em muitos sectores e perdeu os seus mercados externos tradicionais. O consumo de carne e cereais diminuiu fortemente.

Uma breve passagem pela capital da Hungria, em Outubro, no âmbito de uma iniciativa da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental, permitiu-me sentir a gravidade da crise que tão brutalmente atinge e preocupa um país frequentemente citado na Europa Ocidental como exemplo dos benefícios da restauração capitalista.

Sintetizo, para o «Avante!», um pouco do que ali vi e ouvi.

Na indústria, a quebra da produção é de 25% comparativamente à época anterior ao novo regime. A indústria siderúrgica foi praticamente destruída. A principal empresa do ramo, que empregava 40 000 trabalhadores, desapareceu. O Estado criou, a partir dela, 35 empresas privadas; todas fecharam já as portas.

O sector mineiro atravessa uma crise profunda,

sobretudo na área do carvão; estão encerradas 70% das minas.

Os salários

Durante a minha permanência em Budapeste — de 19 a 22 de Outubro —, o debate sobre o Orçamento estava a decorrer no Parlamento em atmosfera tempestuosa. O ministro das Finanças não conseguiu sequer avaliar com margem de erro aceitável a dimensão do défice. Afirmou que poderá oscilar entre 150 e 250 mil milhões de forints. Parece que não será inferior a 230 mil milhões. Essa incerteza quanto ao tamanho do buraco provocou tamanha indignação que chegou a ser admitida a hipótese da convocação de eleições antecipadas, muito embora estas estejam previstas para a Primavera de 1994.

O custo de vida é altíssimo, com preços sensivelmente iguais aos da Europa Ocidental, por vezes superiores aos portugueses. Isso, não obstante o salário mínimo não

exceder 9 mil forints, o que corresponde a menos de 17 contos (100 escudos equivalem a 54 forints). O salário médio dos funcionários é de 18 mil forints. Um professor catedrático não ganha mais de 35 000 forints e um deputado atinge os 100 000.

O Exército é muito mal pago. Como a maioria das tropas tinha os seus aquartelamentos na fronteira ocidental, as guarnições mudaram após o fim do regime socialista e a desagregação da URSS. Resultado: as mulheres dos oficiais ficaram desempregadas. Milhares de jovens oficiais e sargentos recebem soldos que colocam os seus agregados familiares na fronteira da pobreza. A informação foi-me confirmada pelo próprio ministro da Defesa, Gyorgy Fur.

A quebra do turismo, inseparável da recessão na Alemanha, agravou a crise, porque as divisas trazidas pelos estrangeiros contribuía para cobrir parcialmente o rombo da balança de pagamentos. A hotelaria e o comércio sofreram grandes perdas.

As remessas dos emigrantes também diminuíram, sendo actualmente inexpressivas.

O empobrecimento tornou uma necessidade para milhares de famílias a procura do biscate como factor de sobrevivência. Nas províncias, a



situação é muito pior. Em algumas regiões rurais a fome é uma realidade.

Perspectivas eleitorais

A coligação que exerce o Poder, formada pelo Forum Democrático (164 mandatos), o Partido dos Pequenos Proprietários (44) e os Democratas Cristãos (21), perderá a maioria — segundo todas as sondagens — nas próximas eleições em benefício da Oposição. As opiniões dividem-se, entretanto, quanto ao partido que vai merecer as preferências do eleitorado. Os Democratas Livres (92 lugares) que se apresentam como liberais, estão talvez melhor colocados, mas os Socialistas acreditam nas suas possibilidades (33 mandatos na última eleição).

As conversas que mantive com deputados de ambos os partidos e as intervenções que lhes ouvi durante encontros com a Comissão Política da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental levam-me, no entanto, a crer que a Oposição, se vencer as eleições, não alterará — sob direc-





ção liberal ou socialista – aspectos fundamentais da política que o Forum desenvolveu. Concretamente, a estratégia global continuará marcada por um acentuado anticomunismo e por uma cedência total às imposições dos Estados Unidos e da CEE na área económica.

Liberais e Socialistas (bem como os Jovens Democratas, aliados dos primeiros) insistem muito na prioridade da luta contra a corrupção, mas não há indícios de que estejam dispostos a corrigir os efeitos devastadores da política de privatizações selvagens que arruinou o país ao destruir o tecido económico e social. A diferença principal entre a Oposição e o Forum situa-se no terreno da política externa. Liberais e Socialistas desaprovam o nacionalismo nostálgico da ultradireita que impede relações normais com Estados vizinhos. O Forum cultiva o saudosismo, chorando a **perda dos territórios históricos** após o fim da I Guerra Mundial e a desagregação do Império Austro-Húngaro. Hoje, procura utilizar as minorias magiares da Roménia, da Eslováquia e da Sérvia contra os governos desses países.

Entretanto, existe consenso entre o Forum e a Oposição no tocante ao desejo de que a Hungria seja rapidamente admitida na CEE, na NATO e na UEO.

O Partido Operário

Uma inovação no futuro Parlamento será a provável entrada dos comunistas. O Partido Operário, que se assume como o herdeiro da tradição revolucionária e marxista-leninista do POSH – destruído pelos seus próprios dirigentes em processo de implosão –, acredita que pode ultrapassar o novo tecto de 5% imposto pela nova lei eleitoral. Na última eleição ficou a 16 000 votos dos 4% que então garantiam a eleição de deputados. Essa exigência legal inutilizou no país 700 000 votos recebidos

pa, numa época de refluxo histórico, quando a direita, pelo mundo afora, proclamava a morte do comunismo...

Numa Hungria onde os escândalos rebentam todas as semanas – o último levou à prisão de seis coronéis implicados nos negócios da «mafia do petróleo» –, a corrupção entra pelos Ministérios como mar de lama. A prostituição e o jogo florescem perante a indiferença oficial (o Estado explora a maioria dos casinos). O mercado do sexo é o mais moderno e sofisticado do Leste Europeu.

Dissipadas as ilusões de uma harmoniosa inserção no mundo capitalista, pois o povo afunda-se na pobreza, a difícil mas firme luta dos comunistas húngaros é um fenómeno político que começa a suscitar a atenção dos cientistas políticos do Continente. O Partido Operário não sonha com vitórias impossíveis. Mas os seus membros têm consciência de que a afirmação da presença do Partido num país onde o anticomunismo assume nas camadas dirigentes facetas de irracionalidade e de extrema agressividade é por si só um factor de confiança no desenvolvimento da História. E também um estímulo para o aprofundamento da reflexão em torno dos enormes erros cometidos pelo POSH nas décadas em que exerceu o poder.

O Partido Operário é ainda uma pequena organização política. Mas o seu combate vem confirmar aquilo que os comunistas portugueses têm repetido com frequência: onde quer que os partidos comunistas foram destruídos ou se dissolveram eles tendem a renascer na fidelidade às suas origens e motivações revolucionárias, porque as causas sociais que levaram à sua formação não desapareceram. Essa é a situação na Hungria, um país que sofre dramaticamente as consequências da restauração capitalista. É o seu povo quem está a pagar a factura. Cada vez mais dependente, a Hungria afunda-se como país terceiro-mundizado onde impera a voracidade do capitalismo.

pelos pequenos partidos. Mas o partido dos comunistas, na época, tinha apenas três meses de existência legal, após a sua reconstituição. Agora, com o novo nome de Partido Operário (aprovado por 98% dos votantes num referendo *ad hoc*), conta com 1200 organizações e pretende desempenhar um papel significativo na vida nacional, muito embora esteja consciente dos enormes obstáculos que tem pela frente.

Hoje, o PO é o partido de gente mais jovem. O presidente e o vice-presidente rondam os 40 anos e 17% dos membros do partido não pertenciam aos quadros do desaparecido POSH. Por outras palavras, tornaram-se comunistas após a derrocada do socialismo na Euro-

Episódios esclarecedores

Duas notas sobre episódios ocorridos durante encontros mantidos em Budapeste entre a Comissão Política da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental – que estava no país em missão de estudo – e membros do Governo e do Parlamento da Hungria.

I – Na reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Geza Jeszensky, coloquei-lhe duas questões:

a) A afirmativa do chefe do governo Joseph Anthaly, incluída no seu primeiro discurso oficial, de que se considerava representante de 15 milhões de húngaros não afectará as relações com países vizinhos onde existem fortes minorias magiares, uma vez que a Hungria tem apenas 10 milhões de habitantes?

b) Como explicar a presença de vários ministros no funeral húngaro do almirante Horthy, ex-regente e chefe da ditadura fascista que fora aliada de Hitler, funeral que assumiu facetas de homenagem póstuma e pública a um homem que tantos anos após a sua morte em Portugal é agora elogiado como «grande patriota»?

A segunda pergunta não obteve resposta.

Quanto à primeira, o ministro afirmou que se tratava da retomada de «uma calúnia comunista», pois o Primeiro-Ministro não dissera tal coisa. Falara como presidente constitucional de 10 milhões de húngaros, não obstante não poder esquecer a existência dos húngaros que nos países vizinhos constituem minorias nacionais.

Cabe recordar que a imprensa não comunista de diferentes países da CEE noticiou com pormenores esse polémico discurso de Anthaly, salientando que ele afirmara sentir-se **espiritualmente o representante de 15 milhões de húngaros** (as minorias magiares nos países vizinhos não excedem, aliás, 3 milhões).

II – No encontro da missão da UEO com a Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Assuntos Religiosos do Parlamento Húngaro, o vice-presidente desta aludiu, em determinado momento, a «44 anos de ditadura suportados pela Hungria», repetindo afirmação idêntica feita pouco antes pelo Presidente do Parlamento.

Perguntei-lhe qual o seu conceito de ditadura, pois o país vivera sob ditadura praticamente desde o final da Primeira Guerra Mundial, quando o almirante Horthy, após o fim da República dos Conselhos, se instalara no Governo com poderes absolutos.

Resposta obtida:

A esmagadora maioria dos historiadores húngaros considera hoje que somente houve 44 anos de ditadura, pois não atribui tal designação ao período de Horthy, que define como de «regime parlamentar».



Políticos com política, políticos sem ela

■ **Manoel de Lencastre**

Ainda que sem real convicção, continua a falar-se em recuperação, particularmente em Inglaterra, o país, no mundo, onde se fabricam mais automóveis japoneses. Mas essa recuperação é ilusiva, ninguém a vê, ninguém a sente porque ...

... O capitalismo não supera a crise

A política de austeridade no Canadá, tal como as ridículas fantasias de Kim Campbell, a ex-primeira-ministra, foram estrondosamente derrotadas nas eleições recentes. Os conservadores, que se achavam no poder desde 1984, ficaram com 2 lugares, apenas, na Câmara dos Comuns de Otava, em vez dos 155 que ocupavam.

Em França e em Itália, a resistência dos trabalhadores da «Air France» e as poderosas greves levadas a efeito pelos sindicatos italianos dizem-nos alguma coisa sobre o que está a passar-se no coração da CEE. A Volkswagen a 4 dias e a Daimler-Benz a sofrer prejuízos de 98 milhões de contos, de Janeiro a Junho deste ano, dizem-nos muito, também. E o anúncio recente de que a «Deutsche Aerospace» (parte da Daimler-Benz) vai proceder ao encerramento de 6 fábricas e ao despedimento de 16 000 trabalhadores ainda nos diz mais.

Bill Clinton, afirma-se em toda a parte, não tem política. Mas, quem, na situação dos nossos dias, entre os governos capitalistas, possui tal coisa? O sistema anda a refugiar-se em certas áreas e foge às grandes questões. Vêm aí, todavia, a pedir-lhe contas, ondas de juventude desorientada e sem futuro. Por outro lado, a criminalidade, em vagas cada vez mais impossíveis de conter, assola quase todos os países. O capitalismo não capitulará apenas como resultado da situação económico-financeira do mundo. Multidões, em todo o globo, querem saber o futuro que as espera. Mas o capitalismo não tem resposta.

A «Boeing», a primeira construtora internacional de aviões, anunciou, há dias, uma quebra de 45% nas suas receitas e a produção dos principais modelos fabricados em Seattle continua a ser, conseqüentemente, diminuída. Isto, disse a grande companhia, porque o crescimento continua fraco em todas as grandes zonas de tráfego e, em especial, na Europa e no Japão.

Devido à política de juros baixos, o câmbio torna-se barato nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, principalmente, e é possível pedir emprestado, actualmente, visando a reprodução, com encargos mínimos. Mas o que fazem os capitalistas e especuladores com os novos recursos adquiridos? Abrem fábricas? Produzem coisas? Criam trabalho? Não. Especulam na Bolsa, correm a investir de forma rápida e oportunista em certos países do Oriente. O capitalismo assim funciona e sempre funcionou. Mas as bases de actuação tradicionais já não prosperam.

Bill Clinton não tem política. Mas tem-na Felipe Gonzalez, essa respeitável figura de governante que não cessa de intrigar-nos. Na Espanha de hoje é tudo a crédito. Os milhares de turistas espanhóis que encontramos em Londres (gente alegre e modernizada, todos com a Europa na cabeça) viajam a crédito, ficam nos hotéis a crédito e fazem compras, na Oxford Street, utilizando múltiplos cartões de crédito. Porém, a situação da «Iberia», sofrendo prejuízos monumentais, como a do sector hoteleiro e das agências de viagens, bem a conhecemos. O «paro» vai em 3,5 milhões de pessoas. Entretanto, não conhecíamos o que se passa com a posição financeira das cidades do país vizinho. Sabemos agora, todavia, que os 8000 municípios espanhóis devem aos bancos qualquer coisa como 2400 biliões de pesetas, cabendo às 7 principais cidades do país metade dessa responsabilidade. Neste caso, sentimos pena dos bancos. E diremos que a cidade de Málaga, para utilizarmos linguagem da praça comercial de Lisboa, se deixou, recentemente, ir a protesto. Sinal dos tempos, Felipe...

Na Irlanda do Norte (Ulster), terra mártir e colonial em plena Europa, prosseguem as matanças sectárias à bomba, a tiro de pistola e com outras armas mais sofisticadas. Sucedem-se os espectáculos assombrosos de funerais diários. O ódio impera. Vivem-se dias negros de vingança e corre o sangue. Mas o funcionário Major, o primeiro-ministro britânico, não tem capacidade nem coragem para enfrentar o grave problema cujas raízes históri-

cas, profundas, tornam mais complicado ainda. Numa palavra: Major não tem política, nem pode tê-la. Conhecerá, acaso, a História da Irlanda?

Cromwell possuía um programa político: o da colonização pura e simples, o da total submissão dos irlandeses aos senhorios ingleses. William II (Orange) e Mary fechavam os olhos a uma clara política: a da supressão do catolicismo e a do esmagamento dos irlandeses pelos homens de fronteira protestantes, surgidos de Inglaterra e da Escócia. Os fanáticos protestantes sempre têm tido a sua política: a da defesa dos respectivos privilégios no Ulster e da

amplos objectivos políticos: os da repressão armada nas ruas de Dublin, os da aplicação do código penal, os do assassinio de patriotas.

Só o funcionário Major não sabe divisar a política do seu governo. Pelo menos, Margaret Thatcher tinha duas políticas, ainda que contraditórias: a de seduzir Gorbachev e a de tratar tudo e todos à pedrada. Agora, tem outra: a de realizar mais alguns milhões de libras através da venda do seu livro de memórias, «The Downing Street Years» (Os anos de Downing Street, custo: £25=Esc. 6500), no qual, a par dos múltiplos defeitos próprios da



redução do povo católico à categoria de cidadãos de segunda classe. Os governos ingleses da primeira metade do século, tal como os do século anterior, sempre tiveram

qualidade da autora, uma característica principal emergente — diz-se mal de todos. Efeitos do «whisky», está bem de ver...

Emigrantes com problemas Parte II

Cipriano Guerreiro e a mulher, Mariana, não tinham sido felizes em Portugal. Eram de Sines, onde as indústrias modernas não se consolidavam e as antigas haviam há muito desaparecido. Sem perspectivas, meteram-se a caminho de Lisboa onde Cipriano conheceu múltiplos empregos sem segurança. A grande esperança do 25 de Abril encontrou-o, simples escriturário, na «Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau», um dos impérios do então almirante Henrique Tenreiro.

Aí, viu em plena operação as misteriosas relações entre os grandes dos chamados organismos de pesca, a Comissão Reguladora, os Grémios dos Armadores, a Mútua, os importadores e o delegado do governo salazarista que a tudo presidia, Henrique Tenreiro. Comiam-se uns aos outros. Matavam-se. Mas fingiam-se amigos e, em público, cumprimentavam-se com espectaculares chapeladas. Cipriano, evidentemente, nunca conseguira penetrar a rede apertadíssima que defendia os vastos interesses dos magnatas das pescas. Era, no fim de contas, um simples funcionário.

O 25 de Abril perdeu velocidade. Melhor: não o deixaram respirar, estrangularam-no. E Cipriano Guerreiro, prevendo a desintegração dos organismos da pesca, não hesitou — fez as malas e, como muitos outros, lançou-se em busca de nova vida num país estrangeiro, justamente quando, em Lisboa, se proclamava a política de regresso dos «nossos emigrantes», como se eles quisessem de facto voltar

para sempre a um país que, sendo o seu, ainda, já não o era senão em parte. Sabemos, enfim, que Cipriano foi para o Canadá. Sabemos, igualmente, como conseguiu lá entrar.

No Saskatchewan, o trabalho na construção de estradas ia de Março a Outubro. Cipriano entrou como trabalhador eventual e Mariana foi para uma das cantinas móveis que acompanhavam as obras. E porque todas as coisas para terem um fim têm de conhecer um princípio, foi assim que o casal Guerreiro começou a sua vida de imigrantes no Canadá.

O tempo começava a correr e quando surgia o Inverno, já relativamente conhecedores do ambiente, tornava-se-lhes menos problemático organizar a vida. Regressavam a Montreal onde não era difícil arranjar trabalho nos restaurantes do Boulevard de St. Laurent, zona de imigrantes, alegre e movimentada, Babilónia canadiana onde vivem, trabalham e discutem pessoas de todas as nacionalidades que, como os portugueses, ajudaram a fazer o grande país moderno que é o Canadá dos nossos dias. E os anos foram continuando a passar.

O casal Guerreiro acabara por fixar-se em Montreal, cidade que possuindo um nome masculino é feminina, bela, graciosa e provocante, como certas mulheres que conhecemos e amamos mas que nunca serão nossas. A vida na grande cidade tornou-se relativamente agradável. Tinham passado cinco anos desde os Jogos Olímpicos. Ultrapassada estava, de há muito, a

dura experiência dos trabalhos casuais na construção de estradas e a província de Saskatchewan, onde os invernos eram ferozes e as primaveras subtis, já só constituía para Cipriano e Mariana uma possante recordação.

«Tenho saudades, Mariana, do trabalho na abertura de estradas», disse, uma tarde, Cipriano, enquanto olhava o movimento no Boulevard.

«Estás doido, homem? Aquilo era absoluta escravatura.»

«Tenho saudades Mariana. Lembra-te de como era o pôr-do-sol nas pradarias sem fim? Os dias longos... as noites curtas e brilhantes? E o trabalho? Aquilo era violento, sim, mas víamos abrirem-se novos caminhos, esventrava-se a terra, poderosamente, naqueles enormes territórios onde antigamente os peles vermelhas caçavam. E o gritar dos homens? As ordens dos capatazes? O trabalhar das máquinas? À noite, a paz era total. Contraditoriamente, ninguém parecia cansado. E os trabalhadores cantavam as melhores canções dos seus países.»

«Alguns choravam... eu bem os via...», replicou Mariana. Mas Cipriano prosseguia:

«E lembra-te daquele jugoslavo que fora taxista em Nova Iorque e costumava, erguendo-se, apontar para leste e dizer: «Naquela direcção está Moscovo, pátria do socialismo, esperança dos homens de amanhã», lembra-te, Mariana?»

«Então não me lembro, Cipriano. Era um rapaz, um jovem já desiludido que alimentava uma esperança...»

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

Disse que não se metia na campanha eleitoral logo ao contrário fazia perante o espanto geral.

Se tão pouco dá valor à sua palavra, então que tire cada leitor a mais certa conclusão.

Quem tem a palavra torta vá bater a outra porta.

Sorriso e facada

E lá segue o entremez na marosca da marés: os remédios baixam três as rendas aumentam dez...

Pois não há-de ser má rês quem, com fortes pontapés, aos pobres ofereça três e depois lhe tire dez?...

Benefício? Uma acidez de Cavaco a dar com os pés: - Sou bonzinho: toma três mas, em paga, dá cá dez...

Mas que jacarés! Que desfaçatez! Sorriso de três facada de dez...

Pantufas

Facturas, sim, falsíssimas. E então? Já dizem os falsários, de caminho: - Pois meus senhores, muito cuidadinho cuidadinho, se não...

Se não. Se não o quê? Corre o zum-zum... Ora, se não, os tais comprometidos Dirão quais os políticos, os partidos, a quem deral algum...

Que partidos estão dançando as valsas bem calçadinhos de pantufas falsas?...

Os cartazes

Macário, indignadíssimo, protesta pois diz ele que viu alguns rapazes a arrancar-lhe dos muros uns cartazes. A solidariedade é o que me resta.

Meu Deus, meu Deus, que rapaziada esta! Fossem eles, de facto, mais capazes não rasgavam cartazes aos cabazes pois é uma atitude que não presta.

Andaram mal. Em lugar de arrancá-los haviam inda mais de semeá-los ridículos que são de grande efeito.

Sem esta fronha assim inconveniente digam lá como há-de rir-se a gente? É um malagradecido este sujeito.

■ IGNOTUS SUM



Ditadura da SIC

Os métodos que a SIC está a usar para impor os seus critérios em relação aos debates entre candidatos às eleições autárquicas, não podem deixar de causar preocupação.

Em primeiro lugar, porque os critérios da SIC são de duvidosa democraticidade. É verdade, como diz a SIC que em democracia só nas urnas é que se sabe quem ganha, mas a SIC permite-se eleger e excluir antes do veredicto das urnas. Além disso, os critérios da SIC passam também pelo silenciamento sistemático do PCP.

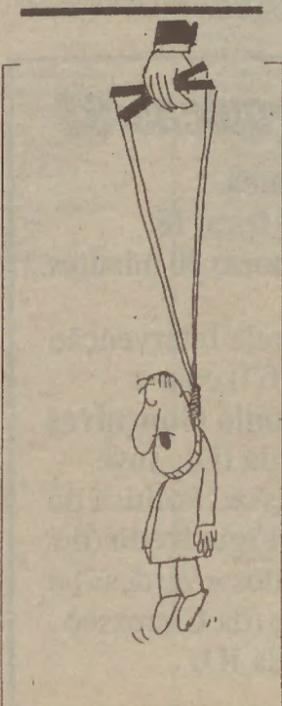
Em segundo lugar, não são admissíveis as palavras e as imagens que a SIC utilizou para pressionar Jorge Sampaio a alterar os critérios que o próprio se impôs para participar em debates na comunicação social.

São verdadeiramente repugnantes por exemplo, depoimentos como o do mercenário António Barreto.

Pelo caminho seguido pela SIC aonde vai parar a ditadura da televisão?

Chega-se a pensar que se a SIC pudesse mandava mandatos de captura à cara dos seus convidados recalcitrantes.

Entretanto que é mais chocante é que a SIC não usa estes métodos para todos. Por exemplo nunca os usou para Cavaco Silva. E este, como se sabe, recusa qualquer debate com os líderes da oposição, seja a dois, a três ou a quatro. E a SIC amocho-se...



A minuta

De tanto ser chamado ou mandado a debates, artigos, entrevistas, depoimentos, seminários, colóquios, simpósios e comentários e sei lá que mais, Pacheco Pereira entrou em perfeito delírio e parece querer rivalizar com Herman José. Um dia destes ainda o vamos ver a apresentar uma qualquer "roda da sorte"... A melhor que nos deixou no passado fim-de-semana, foi aquela pretensão de minutar uma declaração do Presidente da República. Sem mais aquelas caligrafou no "Expresso":



"Mário Soares devia falar e já, para dizer qualquer coisa como isto: "Isso da dissolução não tem pés nem cabeça. Posso não concordar com o Governo, mas nada justifica a dissolução." Só que o Presidente da

República respondeu que o "silêncio é de ouro"... Percebe-se a contrariedade de Pacheco, é que a dissolução está a fazer um enorme barulho, mas dentro do PSD...

As ruínas

O Prof. Alfredo de Sousa, economista recalcitrante do PSD, afirmou há dias muito judiciosamente: "O resultado mais importante da sobrevalorização do escudo não foi a desaceleração da inflação, mas sim a ruína rápida de boa parte das actividades industriais portuguesas."

O mais grave, acrescentamos nós, é que se trata de um acto premeditado. É a "modernização" à viva força da nossa indústria, que serve de cobertura para uma desenfadada concentração e centralização de capitais. Os seus responsáveis, Cavaco Silva e Mira Amaral, contavam atrair capitais, sobretudo estrangeiros, para depois da razia lançarem algumas novas unidades "muito modernas". Falharam,

como nos demais projectos e previsões. O que nos deixam são as ruínas... o desemprego e a miséria que já nenhuma demagogia consegue disfarçar.

Ser ou não ser... "imbecil"

Com este mesmo título informámos e comentámos o processo judicial que Santana Lopes moveu contra o poeta e crítico José Blanco Portugal, por este lhe ter chamado "um imbecil musical".

O secretário de Estado da Cultura acaba de informar que retirou a queixa contra aquele conhecido e prestigiado homem de cultura.

É caso para perguntar: o que é que Santana Lopes assume com esta decisão?



frases da Semana

"O PSD quer ganhar o futuro e não discute o presente"

(Carlos Carvalhas, em Viana do Castelo)

"Só os cegos e surdos não saberão que o mundo real é aquele em que um indivíduo que gostaria de mandar na capital de Portugal diz que, se os comunistas caíram em Moscovo e em Belém, lhe cabe demonstrar que em Lisboa isso também é possível"

(Luís M. Alves, «Crítica de Música» - «Público», 15.11.93)

"Sabe-se também que o mundo real é aquele em que se presume que os dois partidos mais votados pelo eleitorado português poderão vir a negociar uma amnistia para uma fraude generalizada de milhões de contos, tantos quanto o montante que não foi aplicado na educação, na saúde ou, por ironia do destino, na justiça"

(Idem)

"Frontalidade traz-me problemas políticos"

(Daniel Bessa, porta-voz do PS - «Expresso», 13.11.93)

"Onde é que estão todos os que acusavam o fascismo de usar o futebol para distrair o povo da miséria, da repressão e da guerra cultural?"

(Diana Andringa - «Público», 13.11.93)

"Mário Soares devia falar, e já, para dizer qualquer coisa como isto: "Isso da dissolução não tem pés nem cabeça. Posso não concordar com o Governo, mas nada justifica a dissolução"

(Pacheco Pereira - «Expresso», 13.11.93)

"Miguel Sousa Tavares perde fulgor. Desapareceu o encanto e a paixão. Sei como ele é. Qualquer dia dá três coices no telhado, como diz o Max na mula da cooperativa, e vai em busca de novos toões de ouro. Quando se perde um toão, sonha-se logo com outro"

(Mário Castrim - «Tal e Qual», 12.11.93)

"Estou farto de mim"

(Miguel Esteves Cardoso - «TV Guia», 13.11.93)

ALCOCHETE

Apresentação de candidatos CDU na Fonte da Senhora, sexta-feira, 19 horas, Soc. Recreativa e Desportiva. Apresentação de candidatos nos bairros Valbom, Coophabitual e 25 de Abril, sábado, 21.30, no Fulcanense Futebol Clube.

ALMADA

Caparica: Candidatos contactam a população da Banática - sexta-feira.

Charneca da Caparica: debate sobre as propostas da CDU, com a presença de candidatos; sexta-feira às 21.00, no Clube Recreativo Charnecense; Maria Emília Sousa e outros candidatos contactam a população: sábado de manhã.

Cacilhas: Convívio CDU - sábado às 16.00, na R. Com. António Feijó.

Cova da Piedade: Lanche-convívio na Cooperativa Piedense, com a participação de Maria Emília Sousa, espectáculo com Samuel. Sábado às 16.00.

AMADORA

Falagueira/Venda Nova - Sábado, às 13.00, em Moinhos da Funcheira, almoço de apresentação dos candidatos, que visitarão, a partir das 10.00, obras na Freguesia e à tarde (a partir das 16.30), colectividades.

Brandão - Reuniões de candidatos com a população: na Esc. nº 2 (Alto da Brandão), sexta-feira, às 21.00, e no Clube Recreativo da Azinhaga dos Besouros, sábado às 16.00.

Reboleira - Visita às colectividades da freguesia: quinta-feira, dia 18, a partir das 21.00.

Damaia - Grande Prémio de Atletismo promovido pela CDU: domingo, dia 21.

Venteira - Visita de candidatas a vários clubes da freguesia: sábado a partir das 14.00.

BARREIRO

Debate com empresários, hoje, 21.30, Espaço CDU. Sessão "CDU e problemas das mulheres", no Lavradio, sábado, 16 horas, com Luísa Araújo. Sessões de esclarecimento no Bairro 5 (Barreiro), sábado, 15 horas, e na Penalva. Concerto rock na Escola Secundária de Santo André, sábado, 16 horas. Encontro com dirigentes do movimento associativo, sábado, 21.30, no Lavradio.

BRAGANÇA

Magusto-convívio no Pocinho, promovido pelas Organizações concelhias do PCP de Vila Nova de Fozcoã (Guarda) e Torre de Moncorvo (Bragança): domingo, dia 21, às 15.00, na Escola Primária do Pocinho. Participam os candidatos da CDU às presidências das CMs de Vila Nova de Fozcoã e Torre de Moncorvo, Armando Branquinho e Sidónio Fernandes.

CASCAIS

Plenário com os Reformados da freguesia de S. Domingos de Rana, promovido pelo PCP, sobre as eleições autárquicas e a situação social e política: hoje, quinta-feira, às 15.00, no CT de Tires.

Debate na Parede, promovido pela CDU: "Direitos dos cidadãos, segurança e tranquilidade pública". Participam: Carlos Gonçalves (do CC do PCP), Joaquim Santinhos (Comissário da PSP pré-apresentado), Carlos Sota (candidato à presidência da CM), Mário Casal Ribeiro (candidato à presidência da JF). Hoje, quinta-feira, às 21.00, no restaurante Belosol.

Carlos Sota visita S. Joelhos e Rebelva (C. ravelos) - sábado a partir das 10.00, e Aldela

Álvaro Cunhal

Distrito de Coimbra

• Sexta-feira, 19

Encontro com a população no Largo da Igreja em Condeixa às 18 horas e 30 minutos
Jantar com candidatos e apoiantes da CDU para apresentação pública da candidatura no restaurante «O Cansado» em Soure, às 20 horas

Distrito de Leiria

• Sábado, 20

Encontro com a população junto ao Centro de Interpretação do Parque Natural em Porto de Mós, pelas 12 horas

Concelho de Bombarral

Encontro com a população no Largo da Fonte de São Mamede, às 15 horas e 30 minutos
Festa-convívio na Associação Cultural e Recreativa de Cintrão, pelas 16 horas

Concelho de Cascais

• Terça-feira, 23

Inauguração do Espaço Jovem CDU no Centro de Trabalho de Cascais (rua Sapadores Caminhos de Ferro, 5), às 18 horas e 30 minutos
Jantar no restaurante «Petisqueira» em Alcabideche, pelas 20 horas e 30 minutos, seguido de uma sessão pública, pelas 21 horas e 30

de Juso e Chesol - sábado a partir das 15.30; os bairros de Além das Vinhas e Coveiras - domingo às 10.00, e os bairros das Caixas, Pescadores e Assunção - domingo a partir das 15.00.

Parede - Jornada de propaganda da CDU, sábado, dia 20: banca no Mercado, almoço-convívio e visita à freguesia, com a participação de candidatos.

Inauguração do Espaço Jovem CDU (no edifício do CT do PCP de Cascais), com a presença do camarada Álvaro Cunhal: terça-feira, dia 23, às 18.30.

Alcabideche: sessão pública, antecedida de jantar, com a participação de candidatos e do camarada Álvaro Cunhal, no restaurante "Petisqueira": terça-feira, dia 23, a partir das 20.30.

ÉVORA

Plenários de Reformados com a participação de candidatos da CDU:

- hoje, quinta-feira, em Ciborro (Casa do Povo, 15.00) e Reguengo (Comissão de Moradores, 15.30);

- segunda-feira: em Igrejinha (Casa do Povo, 15.30), Cortiçadas de Lavre (Centro Cultural, 15.30), Lavre (Junta de Freguesia, 15.30), Foros de Vale Figueira (Centro Cultural, 15.30);

- terça-feira: em N.ª Sra. de Machede (Casa do Povo, 16.00), Cabreia (Junta de Freguesia, 16.00), Aguiar (Junta de Freguesia, 16.00).

Plenário de mulheres, com a participação de candidatos, em Vendas Novas: no centro Cultural, sábado às 15.30.

Ações de propaganda com a participação de candidatos em Évora (sexta-feira e sábado),

Aguiar, Vimieiro e Canaviais (sábado), e Valverde (domingo).

Em Arraiolos, candidatos visitam, na segunda-feira, as empresas Cidade e Irmãos, Metalonico e Imetecil e, na terça-feira, o Centro de Dia e o respectivo Lar e a Esc. C+S.

GRÁNDOLA

Apresentação de candidatos CDU no Carvalhal, domingo, 13 horas. Inicialmente da Juventude CDU nas piscinas municipais.

LISBOA

Debate, seguido de jantar-convívio, promovido pelo Sector Segurança Social da ORL: Sexta-feira às 18.30, no CT Vitória.

Santa Engrácia: almoço de apresentação dos candidatos "Com Lisboa" à freguesia - sábado às 13.00.

Almoço-convívio promovido pela célula da CML, com a participação de João Amaral: no CT Vitória, sábado às 13.00.

Apresentação dos candidatos da COLigação "Com Lisboa" à freguesia de Santa Justa: na Fed. das Colectividades de Cultura e Recreio, sábado às 16.00.

Santo Condestável: reunião de Lourenço Bernardino, candidato "Com Lisboa" à presidência da JF, e de outros candidatos, com dirigentes associativos da freguesia: sábado, às 16.00, na Soc. Imparcial.

Plenário do Sector Intelectual de Lisboa para debate das questões autárquicas e eleitorais, com a participação do camarada Luís Sá segunda-feira, dia 22, às 21.30, no CT Vitória.

Reunião plenária do Sector dos Gráficos da ORL: terça-feira, dia 23, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Agenda



LOURES

Odivelas: Demétrio Alves e outros candidatos distribuem programa da CDU e contactam a população - sábado durante todo o dia; no domingo, Duarte Nuno e Fernanda Mateus visitam bairros da freguesia.

Olival Basto: Apresentação pública do programa eleitoral da CDU para a freguesia, com a participação de Liberto Carvalho e Ernesto Dinis: sexta-feira às 21.30 no Centro de Dia de Olival Basto.

S. João da Talha: apresentação do Programa Eleitoral e dos candidatos da CDU à freguesia, com a participação de Herberto Goulart - na Quinta das Torres e Arneiros, sábado às 16.00.

Lousa: Apresentação pública da lista da CDU à freguesia: sábado às 21.00.

MONTIJO

Jantar-convívio para apresentação dos candidatos CDU na freguesia de Canha, seguido de baile, sexta-feira, 20 horas. Convívio para apresentação dos candidatos da Juventude CDU no concelho, sábado, 22 horas.

OBRAS

Sessão sobre o Programa Eleitoral para a freguesia de Queijas, com a participação de Tavares da Cruz, candidato da CDU à Presidência da CM Oeiras: na sede da Cooperativa CHEUNI, sexta-feira às 21.30.

Algés: encontro de candidatos com a população: no Mercado de Algés, sábado às 10.00. Barcarena: sessão para discussão do programa eleitoral: no GRT, em Terceira.

PALMELA

Reunião de candidatos CDU de todo o concelho: no CT do PCP de Pimhal novo, hoje, quinta-feira, às 21.30.

Apresentação pública do programa eleitoral da CDU: no Cine-Teatro S. João, com a participação de Luís Sá e dos candidatos do concelho. No final: espectáculo com actuação de Eduardo Santana.

Baile CDU em Aljezur: sábado às 21.30.

PÓVOA DE VARZIM

Apresentação dos candidatos e do Programa da CDU às autarquias do concelho: sábado, dia 20, às 21.30, na "Calua" (Av. Vasco da Gama).

PORTALEGRE

Avis: sessão de apresentação de candidatos em Aldela Velha (Casa do Povo, sexta-feira, 20.30); Ponte de Sor: sessão de apresentação de candidatos em Foros do Arrão (Casa do Povo, sábado, 18.00); Aronches: sessão de apresentação de candidatos (Casa do Povo, sábado, 21.00).

Sessões com Reformados em Maranhão (sábado, 14.30, sala da JF), Vale de Maceiras/Fronteira (segunda-feira, 15.00, Casa do Povo), Fronteira (segunda-feira, Casa do Povo, 15.00), Cabeço de Vide/Fronteira (quarta-feira, 24, Casa do Povo, 15.00).

PORTO

Encontro de Intelectuais do Porto: terça-feira, dia 23, às 21.30, no Teatro Rivoli. Exposição de Artes Plásticas, concerto de piano por Fausto Neves. Participam Ilda Figueiredo e Emílio Peres.

Santo Ildefonso: apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia: hoje, quinta-feira, às 21.30, na JF de Santo Ildefonso, no mesmo local, sexta-feira, às 21.30: debate com Emílio Peres e José Barrias sobre "Os desequilíbrios psico-sociológicos no trabalho e na cidade hoje".

Ilda Figueiredo visita a freguesia de Vitória/Rua dos Caldeireiros: sábado a partir das 10.00. Caravana em Lordelo do Ouro: sábado a partir das 15.00.

Ilda Figueiredo visita S. Vitor/Bonfim e Emílio Peres a zona do Castelo do Queijo/Nevoeiro: domingo de manhã.

SANTIAGO

Abertura da sede CDU em V. N. S.ª André, sábado.

SEXAL

Plenário concelhio de candidatos, eleitos e activistas CDU, sexta-feira, 21.30, SFD Timbre Sei-

xalense. Apresentação de candidatos CDU na freguesia de Paio Pires, sábado, 15 horas, Soc. Musical 5 de Outubro, intervenção de Eufrazio Filipe, presidente da CM e de novo candidato, e música com Luís Garcez e Natacha.

dados CDU na freguesia do Seixal, sábado, 15 horas, SFD Timbre Seixalense, intervenção de Eufrazio Filipe, presidente da CM e de novo candidato, e música com Luís Garcez e Natacha.

SETÚBAL

Plenário aberto aos trabalhadores da Solisnor/Setenave, sábado, 15 horas, edifício Arrábida, com Manuel Sobral, da Comissão Política do PCP.

SINTRA

Belas - Apresentação pública dos candidatos CDU à freguesia: sexta-feira, às 21.30, no Salão Nobre dos Bombeiros de Belas, com a participação de Fernando Grave e Lino Paulo.

Massamá - Apresentação dos candidatos Jovens: no "Idade Média Bar", hoje às 22.00. Festa CDU para os Idosos: terça-feira, dia 23, a partir das 15.00, no Centro de Dia de Massamá.

Rio de Mouro - Espectáculo CDU no Largo do Mercado, com actuação de Sebastião Antunes, da Banda "Quadrilha": sexta-feira às 21.00.

Carlos Carvalhas

Distrito de Viseu

• Quinta-feira, 18

Encontro com a União dos Sindicatos de Viseu às 18 h.
Jantar de candidatos e activistas da CDU do sul do distrito, às 20 h., no restaurante «o Marquês» em São Pedro do Sul

Distrito da Guarda

• Sexta-feira

Jantar de candidatos e activistas da CDU no restaurante «Mira Lapa» em Manteigas às 19 h.
Apresentação pública dos candidatos da CDU no União Desportivo de Seia às 21 e 30 m.

Distrito de Castelo Branco

• Sábado, 20

Concelho da Covilhã

Visita ao Centro Cultural e contactos com a população do Teixoso às 10 h. e 30 m.

Contacto com a população em Vila de Carvalho, às 11 h. e 30 m.

Contacto com a população em Cantar Galo, às 12 h. e 15 m.

Almoço-convívio com candidatos e activistas da CDU na Escola C+S de Tortosendo, às 13 h. e 15 m.

Sessão de apresentação dos candidatos concelhios da CDU no Salão da Assembleia Municipal da Covilhã, às 15

Concelho de Castelo Branco

Encontro com a população na Casa do Povo de Lardosa às 18 h. e 30 m.
Sessão de apresentação dos candidatos concelhios da CDU no Auditório da Escola Superior de Educação em Castelo Branco, às 21 h. e 30 m.

Distrito de Portalegre

• Domingo

Concelho de Castelo de Vide

Encontro com a população de Póvoa e Meadas às 11 h. e 30 m.
Visita à sede da candidatura concelhia da CDU em Castelo de Vide às 12 h. e 15 m.

Concelho do Crato

Encontro com a população no Largo Espírito Santo em Gáfete, às 13 h.
Almoço-convívio de candidatos e activistas da CDU no restaurante «O Recanto» em Flor da Rosa, às 13 h. e 30

Encontro com a população na Sociedade Filarmónica do Crato, às 15 h.

Concelho de Alter do Chão

Encontro com a população no Largo do Coreto em Alter do Chão, às 16 h. e 15

Concelho de Monforte

Encontro com a população junto à Casa do Povo em Vaiamonte, às 17 h.

Encontro com a população junto ao Centro Cultural de Santo Aleixo, às 17 h. e 50 m.

Concelho de Elvas

Encontro com a população no Largo da Igreja em Vila Boim, às 18 h. e 40 m.

Jantar-convívio de candidatos e activistas da CDU no Pavilhão de Festas no Bairro Europa em Elvas, às 19 h. e 30 m.

Distrito de Lisboa

• Terça-feira, 23

Apresentação pública do documento «Por uma Reforma Democrática dos Serviços de Saúde» no Centro de Trabalho Vitória, às 17 h.

Concelho de Vila Franca de Xira

Jantar-convívio de apiantes e acandidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho na Sociedade Euterpe Allhandrense em Alhandra às 20 h. e 30

Concelho de Alenquer

• Quinta-feira, 25 de Novembro

Encontros com a população de Casais Branco, Paiol e Merceana, a partir das 17 h. e 30 m.

Encontro com a população no largo da SFUPA na Abrigada, às 18 h 30

Encontro com a população no jardim junto à Associação Desportiva do Carregado, às 19 h.

Encontro com a população junto à sede da Junta de Freguesia da Carnota, às 19 h. e 30 m.

Jantar de candidatos e activistas da CDU no restaurante «Casarão» em Pereira-Palhacana, às 20 h.

Sessão de apresentação de candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho de Alenquer em Romeira, às 21 h. e 30 m.

TORRES VEDRAS

Noite de Fado promovida pela CDU: em Santa Cruz, nas instalações do Karting, sexta-feira às 21.30. Estarão presentes os candidatos locais da CDU e Manuel Fernandes, candidato à presidência da CM de Torres Vedras.

VIEIRA DE LEIRIA

Convívio-festa da Juventude CDU, promovido pela Comissão de Jovens Apoiantes da CDU de Vieira de Leiria e Marinha Grande: no Mercado Novo da Praia da Vieira, domingo, 21, a partir das 13.00.

Magusto. Música e cantares de Timor.

VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra - Café Concerto da Juventude CDU: no Campanha's Bar (CT do PCP Alhandra), sexta-feira às 22.00. Sessão-debate no Salão da Assoc. de promoção Social de Alhandra: sábado às 16.00.

Apresentação pública dos candidatos aos órgãos municipais: jantar-convívio com a participação de Carlos Carvalhas e dos candidatos José Ernesto Cartaxo e Daniel Branco, terça-

feira, 23, às 20.00, na Sociedade Euterpe Allhandrense.

Castanheira - Apresentação dos candidatos à AF da Castanheira: no salão do Rancho Folclórico da Vala do Carregado, sábado às 16.30; na Sala Polivalente do Clube das Quintas, sábado às 21.00, e no Salão da Juventude da Castanheira, com a participação de Daniel Branco, José Ernesto Cartaxo e José Casanova, no domingo às 16.00.

Vialonga - Plenário de candidatos e activistas da CDU: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Espaço CDU em Vialonga. Debate: "Desenvolvimento com Qualidade". Com a participação de Carlos Braga e Daniel Branco, sábado às 16.30, no Espaço CDU.

Magusto da Juventude CDU de Vila Franca de Xira - sábado, a partir das 21.30, no espaço CDU de Vila Franca.

VILA NOVA DE GAIA

Apresentação dos candidatos e programa da CDU à AF de Arcozelo: sábado, dia 20, às 19.30, no Restaurante S. José (R. Padre Nunes de Campos/Lugar de Sá).

Debate Autárquicas/93

Hotel Roma

Hoje, Quinta-feira, 18

de Novembro, às 21 horas 30 minutos

Debate promovido pela Intervenção Democrática (ID) com a participação de António Gonçalves (vice-presidente da ID), José Casanova (da Comissão Política do PCP), Arménio de Figueiredo (do Concelho Nacional dos «Verdes») e Herberto Goulart, (da Comissão Directiva da ID)

Televisão

Quinta, 18



08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Forças Especiais
14.25 Viajante no Tempo
15.25 Cantinflas, o Mata Sete
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.45 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.10 Raios e Coriscos
23.10 Vietnam
24.00 24 Horas



11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 O Rebelde do Cabo
15.05 Ponto por Ponto
16.00 Força Bruta
16.55 O Grupo da Esquina
17.15 Temas e Teimas
18.00 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá

Sexta, 19



08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crónicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.30 Viajante no Tempo
15.25 Algemas de Cristal
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP / Financial Times
20.00 Telegiornal
20.35 Maria Elisa Entrevista
21.00 O Dono do Mundo
22.05 Nico d'Obra
22.40 Onde é que Pára a Polícia?
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas
00.45 Controlo Remoto
(ver «Filmes na TV»)
11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.30 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Vida Animal
16.50 O Grupo da Esquina



11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.30 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Vida Animal
16.50 O Grupo da Esquina

Sábado, 20



08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.00 Notícias
13.15 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.30 O Facho e a Flecha
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Beverly Hill's 90210
18.35 Clube Paraiso
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto



O actor Kirk Douglas homenageado pelos seus pares: quarta-feira na SIC

20.00 Jornal de Sábado
20.30 Simpsons
21.05 Despedida de Solteiro
22.10 Parabéns
23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
00.45 A Fúria da Raiva
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 Dra. Quinn
14.30 Ivanhoe
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Boxe
01.15 MTV



08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.40 Casimiro, o Rei dos Aspiradores
(ver «Filmes na TV»)
13.05 Peter Gabriel & Friends
13.35 Uma Mulher de Raça
14.25 Pé Grande e os Amigos
15.00 Errie Indiana
16.00 TV 2 Desporto
22.15 Desenhos Animados
22.25 Teatro: «Felizmente Há Luar»
23.55 Principal Suspeito
00.50 Zona de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 O Prazer da Condução
13.55 National Geographic
14.55 Darling
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Tarzan
17.30 O Santo
18.30 Labirinto
19.00 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Atlantic City
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Conversas Curtas
00.30 Último Jornal
00.55 Espiões
01.25 MTV



12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 Dra. Quinn
14.30 Ivanhoe
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Boxe
01.15 MTV



10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Os Bastidores do Espectáculo
11.30 Momentos de Glória
13.10 Desporto - Contra-Ataque
15.05 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Diamonds
22.00 Ladrões e Cavalheiros
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Ponto Final
00.10 Vingança de Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Irmãos de Sangue
22.30 O Roubo dos Bebês
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.50 Hunter



12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 O Novo Caminho das Estrelas
22.20 Artur Albarran
00.20 Ponto Final
00.40 O Homem das Pistolas de Ouro
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Quem Sai aos Seus
22.30 Informação Quatro
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real

Domingo, 21



08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 Contos das Mil e Uma Noites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.05 Marés Vivas
15.10 Dezassess Primaveras
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Dinossauros
19.15 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo



O actor Kirk Douglas homenageado pelos seus pares: quarta-feira na SIC

20.00 Jornal de Sábado
20.30 Simpsons
21.05 Despedida de Solteiro
22.10 Parabéns
23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
00.45 A Fúria da Raiva
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 Dra. Quinn
14.30 Ivanhoe
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Boxe
01.15 MTV



08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.20 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.45 Realce
13.10 Gente Remota
14.05 Musical: «K. D. Lang»
15.00 TV2 Desporto
22.45 Desenhos Animados
22.55 Ideias com História
24.00 Algemas de Cristal
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Cúis de África
22.20 Momentos de Glória
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real



12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 O Prazer da Condução
13.55 National Geographic
14.55 Darling
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Tarzan
17.30 O Santo
18.30 Labirinto
19.00 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Atlantic City
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Conversas Curtas
00.30 Último Jornal
00.55 Espiões
01.25 MTV



10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 País Real
14.20 Forum
15.15 O Tio Carlos
16.45 Rosa Baiana
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Diamonds
22.00 Protocolo
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Ponto Final
23.50 Caixa de Perguntas

Segunda, 22



08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Vida Animal
14.20 Viajante no Tempo
15.20 O Rapaz Milionário
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.40 O Dono do Mundo
21.35 Os Inocentes
22.00 Concurso «Entre Famílias»
23.25 Querido John
23.40 24 Horas



11.00 Infantil
11.55 Clínica Veterinária
12.45 Sobreviver
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.05 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
15.45 As Outras Américas
16.55 O Grupo da Esquina
17.10 Jogo de Damas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Magazine: «Cinema»
20.20 Teias da Cidade
21.10 Desenhos Animados
21.30 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Heimat II



16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Regresso ao Futuro
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Tostões e Milhões
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Três É Companhia
01.10 MTV



12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Cúis de África
22.20 Momentos de Glória
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real

Terça, 23



08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.30 Viajante no Tempo
15.20 O Homem da Floresta
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Cuidado com as Imitações
22.10 Você Decide
23.00 De Caras
00.15 24 Horas



11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
15.50 Para Além do Ano 2000
16.35 O Grupo da Esquina
17.10 Jogo de Damas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Magazine: «Teatro»
20.25 Os Trintões
21.05 Desenhos Animados
21.20 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Remate
23.30 Tramas de Seda
00.20 Rotações



16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
19.50 Notícias
19.55 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Kirk Gouglas: Homenagem do «American Film Institut»
23.50 Histórias Inéditas do FBI
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Hoover vs Kennedys
01.50 MTV



12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.10 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Queridos Inimigos
23.10 Rua Jump, 21
00.05 Ponto Final
00.25 Quarta a Fundo
01.00 Hunter

Quarta, 24



08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Flash Moda
14.30 Viajante no Tempo
15.25 Paraíso Perdido
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.40 O Dono do Mundo
21.30 Sozinhos em Casa
22.05 O Massacre
(ver «Filmes na TV»)
23.55 24 Horas



11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.05 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 A Vida nas Suas Mãos
16.50 O Grupo da Esquina
17.25 Jogo de Damas
18.15 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Magazine «Artes Visuais»
20.20 Futebol
22.30 TV2 Jornal
23.10 Deus nos Acuda
24.00 Remate
01.00 Desaparecidos



16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
19.50 Notícias
19.55 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Kirk Gouglas: Homenagem do «American Film Institut»
23.50 Histórias Inéditas do FBI
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Hoover vs Kennedys
01.50 MTV



12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.10 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Queridos Inimigos
23.10 Rua Jump, 21
00.05 Ponto Final
00.25 Quarta a Fundo
01.00 Hunter



«A Dança»: o último capítulo de uma série notável, hoje à noite na TV2

19.55 Magazine «Viver com Saúde»
20.25 A Dança (últ. episódio)
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.30 Sinais do Tempo
00.25 O Vigilante da Estrada



16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.00 Casos de Polícia
23.00 Corações em Chamas
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 MTV



12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Irmãos de Sangue
22.30 O Roubo dos Bebês
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.50 Hunter

17.15 Temas e Teimas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Outras Margens
20.15 A Bruma da Memória
20.45 Artes e Letras: «Hollywood: Os Anos Dourados» (2ª parte)
21.45 Desenhos Animados
22.00 Sexualidades
22.30 TV2 Jornal
23.00 Deus nos Acuda
23.50 Remate
00.05 Irmãs
00.50 Mónica e o Desejo
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 Morto ou Vivo
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 O Novo Caminho das Estrelas
22.20 Artur Albarran
00.20 Ponto Final
00.40 O Homem das Pistolas de Ouro
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Quem Sai aos Seus
22.30 Informação Quatro
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real



16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 Morto ou Vivo
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 O Novo Caminho das Estrelas
22.20 Artur Albarran
00.20 Ponto Final
00.40 O Homem das Pistolas de Ouro
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Quem Sai aos Seus
22.30 Informação Quatro
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real



12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 O Novo Caminho das Estrelas
22.20 Artur Albarran
00.20 Ponto Final
00.40 O Homem das Pistolas de Ouro
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.15 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Quem Sai aos Seus
22.30 Informação Quatro
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.40 País Real



«Felizmente Há Luar», a peça de Stau Monteiro, em realização TV de Artur Ramos: sábado à noite na TV2

Filmes na TV

QUINTA, 18

Cantinflas, O Mata Sete

«El Siete Machos» (Méx./1950). Real.: Miguel M. Delgado. Int.: Cantinflas, Alma Rosa Aguirre, Miguel Angel Ferriz, José Elias Moreno. P/B, 97 min. *Comédia.* (15.25, Canal 1)

O Roubo dos Bebés

«Stolen Babies» (EUA). Real.: Eric Laneuville. Int.: Lea Thompson, Kathleen Quinlan, Mary Nell Santacroce. Cor, 90 min. *Drama.* (22.30, Quatro)

SEXTA, 19

Algemas de Cristal

«The Glass Menagerie» (EUA/1950). Real.: Irving Rapper. Int.: Jane Wyman, Kirk Douglas, Gertrude Lawrence, Arthur Kennedy. P/B, 107 min. *Ver Destaque.* (15.25, Canal 1)

Aonde é Que Pára a Polícia?

«The Naked Gun: From the Files of Police Squad!» (EUA/1988). Real.: David Zucker. Int.: Leslie Nielsen, Priscilla Presley, Q. J. Simpson. Cor, 82 min. *Ver Destaque.* (22.40, Canal 1)

O Homem das Pistolas de Ouro

«Warlock» (EUA/1959). Real.: Edward Dmytryk. Int.: Richard Widmark, Henry Fonda, Anthony Quinn, Dorothy Malone, Frank Gorshin. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (00.40, Quatro)

Controlo Remoto

«Remote Control» (EUA/1988). Real.: Kevin Dillon. Int.: Deborah Goodrich, Christopher Wynne, Frank Beddor, Jennifer Tilly. Cor e P/B, 88 min. *«Thriller» Fantástico.* (00.45, Canal 1)

Mónica e o Desejo

«Sommaren Med Monika» (Suécia/1952). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Harriet Anderson, Lars Ekborg, John Harryson. P/B, 92 min. *Ver Destaque.* (00.50, TV 2)

Morto ou Vivo

«Dead or Alive» (EUA/1988). Real.: John Guillermin. Int.: Kris Kristofferson, Scott Wilson, Mark Moses. Cor, 115 min. *Drama.* (01.00, SIC)

SÁBADO, 20

Casimiro, o Rei dos Aspiradores

«Casimir» (Fr./1950). Real.: Richard Pottier. Int.: Fernandel, Germaine Montero, Berbard Lajarrige, Jacqueline Duc, Cécile Didier. P/B, 86 min. *Ver Destaque.* (11.40, TV 2)

Ivanhoe

«Ivanhoe» (EUA/1952). Real.: Richard Thorpe. Int.: Robert Taylor, Joan Fontaine, Elizabeth Taylor, Emyln Williams, George Sanders. Cor, 106. *Ver Destaque.* (14.30, SIC)

O Facho e a Flecha

«The Flame and the Arrow» (EUA/1950). Real.: Jacques Tourneur. Int.: Burt Lancaster, Virginia Mayo, Robert Douglas, Aline Machmahon. Cor, 85 min. *Ver Destaque.* (15.30, Canal 1)

Ladrões e Cavalheiros

«Dirty Rotten Scoundrels» (EUA/1988). Real.: Frank Oz. Int.: Steve Martin, Michael Caine, Glenna Headly, Anton Rodgers, Barbara Harris. Cor, 110 min. *Comédia.* (22.00, Quatro)

Vingança de Mulheres

«Three in the Attic» (EUA/1968). Real.: Richard Wilson. Int.: Christopher Jones, Yvette Mimieux, Judy Pace, Maggie Thrett. Cor, 71 min. *Comédia.* (00.10, Quatro)

A Fúria da Raiva

«Raging Fury» (Gr.Br./1989). Real.: Douglas Grosse. Int.: Christopher Stryker, Maureen Mooney, Christopher Cousins. Cor, 80 min. *«Thriller».* (00.45, Canal 1)

Zona de Fogo

«Zone Rouge» (Fr./1986). Real.: Robert Enrico. Int.: Sabine Azéma, Richard Anconina, Hélène Surgère, Jacques Nolot, Pierre Frejek. Cor, 100 min. *Ver Destaque.* (00.50, TV 2)

DOMINGO, 21

Darling

«Darling» (Gr.Br./1965). Real.: John Schlesinger. Int.: Julie Christie, Dirk Bogarde, Laurence Harvey, Roland Curram, Jose Luis de Villalonga. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (14.40, SIC)

Dezassess Primaveras

«Sixteen Candles» (EUA/1984). Real.: John Hughes. Int.: Molly Ringwald, Anthony Michael, Michael Schoeffling, Paul Dooley. Cor, 89 min. *Comédia.* (a partir das 14.00, Canal 1)

Atlantic City

«Atlantic City» (Can./Fr./1980). Real.: Louis Malle. Int.: Burt Lancaster, Susan Sarandon, Kate Reid, Michel Piccoli, Hollis McLaren. Cor, 104 min. *Ver Destaque.* (21.30, SIC)

Protocolo

«Protocol» (EUA/1984). Real.: Herbert Ross. Int.: Goldie Hawn, Chris Sarandon, Richard Romanus, Cliff DeYoung, Gail Strickland. Cor, 96 min. *Comédia.* (22.00, Quatro)

Gangsters em Guerra

«Squizz Taylor» (Austrália/1982). Real.: Kevin Dobson. Int.: David Atkins, Jacki Weaver, Alan Cassell, Michael Long, Kim Lewis. Cor, 97 min. *Policial.* (22.45, Canal 1)

Algemas de Cristal

«The Glass Menagerie» (EUA/1987). Real.: Paul Newman. Int.: Joanne Woodward, John Malkovich, Karen Allen, James Naughton. Cor, 129 min. *Ver Destaque.* (24.00, TV 2)

SEGUNDA, 22

O Rapaz Milionário

«Kid Millions» (EUA/1935). Real.: Roy Del Ruth. Int.: Eddie Cantor, Ann Sothorn, Ethel Merman, George Murphy. P/B e Cor, 86 min. *Comédia Musical.* (15.20, Canal 1)

Retorno ao Futuro II

«Back to the Future II» (EUA/1989). Real.: Robert Zemeckis. Int.: Michael J. Fox, Christopher Lloyd, Lea Thompson, Thomas F. Wilson. Cor, 107 min. *Ver Destaque.* (21.30, SIC)

TERÇA, 23

O Homem da Floresta

«Man Outside» (EUA/1987). Real.: Mark Stouffer. Int.: Robert Logan, Kathleen Quinlan, Bradford Dillman, Lévon Helm. Cor, 93 min. *Melodrama.* (15.20, Canal 1)

JFK

«JFK» (EUA/1991). Real.: Oliver Stone. Int.: Kevin Costner, Sissy Spacek, Tommy Lee Jones, Laurie Metcalf, Gary Oldman, Michael Rooker. Cor, 189 min. *Ver Destaque.* (21.40, Quatro)

QUARTA, 24

Paraíso Perdido

«Paradis Perdu» (Fr./1939). Real.: Abel Gance. Int.: Micheline Presle, Fernand Gravey, Alerme, Robert Le Vigan, Elvire Popesco. P/B, 89 min. *Ver Destaque.* (15.20, Canal 1)

O Massacre

«Raw Deal» (EUA/1986). Real.: John Irwin. Int.: Arnold Scharzenegger, Kathryn Harrold, Sam Wanamaker, Paul Shenar. Cor, 101 min. *Ação.* (22.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Algemas de Cristal (Sexta, 15.25, Canal 1)

Este poderoso drama escrito por Tennessee Williams, suscitou já, até à data, três adaptações ao cinema - melhor dizendo duas para o cinema, realizadas por Irving Rapper (1950) e Paul Newman (1987), e uma para a televisão, realizada por Anthony Harvey (1973). Transmitida que foi esta última, pelo Canal 1, em Agosto deste ano, sucedem-se agora, por coincidência numa mesma semana, as duas versões para o cinema, das quais a primeira tem como excelentes protagonistas Jane Wyman e Kirk Douglas, com um brilhante Arthur Kennedy como secundário. «Uma mãe mergulhada nos sonhos desfeitos de uma vida desperdiçada, um filho deseioso de se tornar escritor e uma filha dolorosamente tímida e introvertida devido a um defeito físico, que se dedica quase exclusivamente a uma pequena colecção de animais de vidro» - é o resumo, sucinto e correcto, com que o *Boletim de Programação* da RTP reproduz o argumento escrito por Peter Berneis e pelo próprio Tennessee Williams, para um filme que, apesar de tudo, não transmite completamente, no seu resultado final, o frágil mundo dos sonhos frustrados em que vive esta família sulista.

Aonde é Que Pára a Polícia

(Sexta, 22.40, Canal 1)

Depois de, ao início da noite, ter surgido no «Artes e Letras» da TV 2 o segundo episódio da notável série documental *Os Anos Dourados de Hollywood*, realizada pela BBC, a noite cinematográfica começa com uma comédia do absurdo e da loucura mais explosivas, num filme escrito pelos irmãos David e Jerry Zucker (especialistas imbatíveis no género) e realizado pelo primeiro, e que parte do material temático e dos personagens que haviam tomado competentemente honesta, embora efémera, uma *sitcom* para a televisão que dava pelo nome de *Police Squad*. Como figura central, evolui pelo filme a personagem de um desastrado tenente da polícia que, como bem assinalam as referências, é porventura o mais estúpido detective depois do inspector Clouseau da célebre série *A Pantera Cor-de-Rosa*. Os *gags* sucedem-se naturalmente em catadupa e os amantes do género terão certamente fartos motivos para «partir a louça», reservando-se para uma hora mais tardia em que é preciso tomar decisões bem mais sérias...

O Homem das Pistolas de Ouro

(Sexta, 00.40, Quatro)

A actual estratégia de programação das várias televisões tem destas coisas: concorrer à mesma hora com os mesmos produtos, dir-se-ia que num esforço suicida para que nenhuma se constitua em verdadeira alternativa às restantes. Mas, às sextas-feiras na Quatro, (embora a estação desde há tempos também tenha entrado na famigerada «corrida às audiências»), o novo horário da rubrica «*Lauro António apresenta...*» vem, afinal, permitir ao espectador apreciar filmes geralmente bem superiores à costumeira e sensacionalista programação que,

regra geral, é oferecida neste dia e à mesma hora pelo Canal 1 ou pela SIC - embora acabe por padecer frequentemente do atraso no seu início provocado pelo frequente e inadmissível prolongamento da duração do programa de Artur Albarran. Hoje, por exemplo, não é de perder mais este filme de um ciclo dedicado ao *western*, realizado em 1952 por Edward Dmytryk e que conta, no seu elenco, apenas com Richard Widmark, Henry Fonda, Anthony Quinn e Dorothy Malone, envolvidos na história de uma pequena cidade, *Warlock*, submetida aos desmandos de um grupo de bandidos chefiados por um pistoleiro implacável e cuja população se socorre dos serviços de um mercenário (Fonda) que, juntamente com um companheiro com quem mantém relações ambíguas (Quinn), se encarrega de eliminar a prepotência e o terror vigentes, mas que tem de contar com o apego à legalidade do ajudante do *sheriff* (Widmark).

Mónica e o Desejo

(Sexta, 00.50, TV 2)

Se, na Quatro, a noite de cinema tem de esperar pelos prolongamentos da informação-espectáculo, na TV 2 as coisas são piores e bem mais inadmissíveis. Aqui, esbanja-se escandalosamente o dinheiro do «serviço público» e atropela-se a sua missão cultural, ao colocar verdadeiras preciosidades - como é, entre outras, o ciclo dedicado a Bergman - em horários absurdos. Na

semana passada, um filme como *Um Verão de Amor*, previsto para as 00.50, acabou por ir para o ar depois das 01.30, e tudo indica que ninguém se preocupará na 5 de Outubro com o que possa acontecer hoje com *Mónica e o Desejo*, antecedido de uma série de sessenta minutos que bem podia ser transmitida noutro dia e noutra hora. O filme, ao tempo da estreia considerado algo «subversivo» do ponto de vista da moral tradicional, acompanha a vida livre de um par de jovens - um caixeiro de livraria e uma vendedeira - que, fartos da vida vazia e rotineira, partem para uma temporada na Ilha de Ormo. Regressados tempos depois a Estocolmo após um incidente mal sucedido, ambos constatarem que Monika, a rapariga, está grávida e decidem casar-se. Mas, sempre em busca de uma vida independente, Monika acaba por afastar-se do jovem marido deixando-o com o filho recém-nascido nos braços. Este filme de Ingmar Bergman apresenta, já, nos seus melhores momentos, indícios claros do estilo e dos dispositivos técnicos que iriam transformar a obra do grande realizador sueco em páginas inesquecíveis da história do cinema - como é, aqui, o caso da sequência em que a personagem feminina, olhando a câmara, questiona o espectador. Uma personagem que ficou ligada, para sempre, à figura e ao talento, ambos fabulosos, de Harriet Anderson.

Casimiro, o Rei dos Aspiradores

(Sábado, 11.40, TV 2)

Com a presença de Fernandel, no papel principal, claro que o principal interesse desta hilariante comédia reside, quase que unicamente, na louca interpretação deste grande cómico francês que aqui faz o papel de um frustrado vendedor de aspiradores a quem todos fecham a porta e que, um belo dia, na sequência de um puro engano, acaba por vender um milhar de aparelhos arrecadando uma choruda fortuna. Alguns momentos bem passados no arranque de um fim-de-semana.

Ivanhoe (Sábado, 14.30, SIC)

Richard Thorpe, o prolífico realizador deste filme de espadachins e cavalaria (que tem no seu activo mais de uma centena de filmes, entre os quais alguns *westerns* assinaláveis) assegurou a concretização da sua carreira a partir do momento em que entrou para a MGM em 1935, nunca mais tendo abandonado aqueles estúdios até 1963. Dominando competentemente os mecanismos do cinema de aventuras e os géneros de maior impacto comercial, Thorpe encena aqui uma adaptação do romance de Walter Scott e as lutas de *Ivanhoe* contra João, o usurpador do trono de Inglaterra, aliando-se ao próprio *Robin dos Bosques* até ao regresso de Ricardo, *Coração de Leão*. Robert Taylor (acompanhado a preceito por Joan Fontaine) é o intérprete à medida deste clássico do género, que ficou ainda marcado pela espectacular sequência do ataque ao castelo.

O Facho e a Flecha

(Sábado, 15.30, Canal 1)

Realizado por Jacques Tourneur, com acção localizada na Itália medieval nos tempos da opressão germânica sobre a Lombardia, *O Facho e a Flecha* conta-nos a história de Dardo, o líder da revolta contra os invasores estrangeiros. Burt Lancaster tem aqui um dos mais dinâmicos papéis da sua carreira, aproveitando ao máximo os seus acrobáticos dotes de ginasta; e ficaram famosas as sequências em que ele e os seus homens, disfarçados de saltimbancos, atacam a fortaleza-reduto do inimigo. Filme essencialmente de acção e de divertimento, aproxima-se da clássica versão de *Robin dos Bosques* realizada por Michael Curtiz.

Zona de Fogo

(Sábado, 00.50, TV 2)

Misto de filme ecológico e de filme policial (género em que se especializou o seu realizador Robert



Dorothy Malone e Richard Widmark, em «O Homem das Pistolas de Ouro», de Edward Dmytryk



Harriet Anderson, principal intérprete de «Mónica e o Desejo», de Ingmar Bergman

Agenda

Enrico), *Zona de Fogo* foi adaptado de um romance de D. J. Arnaud que se debruça sobre a história de uma localidade cuja população é dizimada pela água envenenada por um produto químico de grande toxicidade. Com a intenção de apagar os rastros da sua responsabilidade, a companhia que provocara este grave acidente ecológico tenta, ainda num último esforço, provocar um gigantesco incêndio, mas tudo é desoberto por uma professora e um profissional de seguros, que forçam até ao fim a investigação da tragédia.

Darling (Domingo, 14.40, SIC)

Espécie de «folhetim sentimental», que nos conta os passos de uma bela inglesa que (após uma série de frustrados romances) acaba por casar com um aristocrata italiano, este filme de John Schlesinger (o desigual mas talentoso autor de *Longe da Multi-dão*, *O Cowboy da Meia-Noite* ou *O Homem da Maratona*), típico dos anos 60, vale sobretudo pela interpretação de Julie Christie, que lhe valeu um *Oscar*.

Atlantic City (Domingo, 21.30, SIC)

Filme que imediatamente antecedeu a fase americana da



Um dos melhores papéis da carreira de Burt Lancaster, em «Atlantic City», de Louis Malle

do já de 1991. Desta vez, Stone debruça-se sobre o assassinato de John F. Kennedy, focando sobretudo o percurso do procurador Garrison (Kevin Kostner) na investigação do papel que os lobbies militar e financeiro norte-americanos teriam desempenhado nessa outra tragédia americana. E, agora, a nossa atenção irá incidir, muito mais, sobre o tratamento que o realizador vai dar ao material fílmico (quer o encenado ficcionalmente quer o reproduzido, montado e manipulado a partir da realidade dos «documentos de arquivo») que está na base da construção do filme. Um filme a observar à lupa...

Paraíso Perdido

(Quarta, 15.20, Canal 1)

Melodrama admirado por alguns críticos e cineastas da «nouvelle vague», como foi o caso de François Truffaut, *Paraíso Perdido* é um filme realizado por Abel Gance (esse mestre ímpar do cinema francês e imparável visionário da evolução da técnica) a partir da história de um pintor reconvertido ao desenho de alta-costura que, amargurado pela morte da mulher, morta na sequência de um parto, recupera do seu estado depressivo vinte anos mais tarde graças à sua própria filha.



Sissy Spacek e Kevin Costner, em «JFK», de Oliver Stone

diversificada carreira de um excelente realizador francês (com recente e frequente presença nas televisões portuguesas), *Atlantic City* foi precisamente o filme que levou Louis Malle, perante o caloroso acolhimento da intelectualidade cinéfila norte-americana, a radicar-se nos EUA, ali tendo realizado alguns dos seus últimos filmes - com especial destaque para *My Dinner with André*. O filme conta a história de um velho gangster (Burt Lancaster), «retirado» numa cidade que vive do jogo, e que tem um último assomo de aventura com uma mulher jovem (Susan Sarandon) que se cruza com os seus passos. Dois excelentes papéis para dois grandes intérpretes.

Algemas de Cristal (Domingo, 24.00, TV 2)

Não se encontrando entre o número dos filmes incondicionais realizados por Paul Newman, esta nova adaptação da famosa peça teatral de Tennessee Williams, que foca os dramas e as frustrações de uma família sulista em plena época da Depressão, é, mesmo assim, muito mais conseguida do que a primeira (de Irving Rapper), há dias transmitida pelo Canal 1. E, desta vez, os papéis principais são excepcionalmente bem defendidos por Joanne Woodward, John Malkovich e Karen Allen, os quais já haviam sido os seus protagonistas no teatro.

Regresso ao Futuro II (Segunda, 21.30, SIC)

Bastante inferior ao primeiro exemplar da série *Regresso ao Futuro*, realizada por Robert Zemeckis, esta segunda parte vê Marty McFly avançar para o futuro na tentativa de resolver algumas situações complexas em que está envolvida a sua «futura» prole. Michael J. Fox (de novo acompanhado pelo brilhante «cientista louco» que é Christopher Lloyd), domina inteiramente a situação, mas teríamos ainda de esperar pelo episódio III, para que o nosso «herói», a bordo do fantástico veículo *DeLorean*, voltasse ao passado e aos tempos do *farwest* para que as coisas recomeçassem a funcionar melhor.

JFK (Terça, 21.40, Quatro)

Pautando a sua carreira pela incómoda, irreverente e denunciadora encenação cinematográfica dos aspectos (internos e externos) mais nefastos e contestáveis da sociedade americana e da sua expressão no mundo, mas, estranhamente, servindo-se dessa postura como decisiva catapulta para o seu sucesso, enquanto cineasta premiado por instituições tradicionalmente alérgicas a tamanhas heresias - justificando, aliás, o a-propósito desse tão nosso e contraditório ditado que reza «quanto mais me desse tão nosso e contraditório ditado que reza «quanto mais me dessem, mais gosto de ti» - Oliver Stone acaba sempre por suscitar apreciações extremamente polémicas da parte da crítica, em muitos casos despoletadas por certos aspectos algo repelentes e pouco são do seu cinema. Se, por um lado, não pode deixar de reconhecer-se que *Platoon* (recentemente transmitido pela Quatro) e *Nascido a 4 de Julho* (que na semana passada revimos na SIC) contêm algumas das mais impressionantes imagens de denúncia de uma das mais terríveis e vergonhosas agressões externas dos EUA, também já aqui em tempos foram adiantadas fortes reservas a propósito do carácter encobertamente reaccionário de *As Vozes da Ira - Talk Radio*, do mesmo realizador, tal como agora poderia falar-se de algumas sequências fortemente contestáveis (como a «descida aos Infernos» das cenas rodadas no México) do mesmo *Nascido a 4 de Julho*. Preparemo-nos, agora, com avisada precaução, para ver esta semana *JFK*, data-

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Idade da Inocência	-	-	★★★★★
B Na Linha de Fogo	★★★	★★★	★★★
C Parque Jurássico	★★★	-	★★★★★
D Vale Abraão	★★★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Martin Scorsese - Monumental/1 (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15) - Lisboa
- B - Real. Wolfgang Petersen - Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa
- C - Real. Steven Spielberg - Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Monumental/Cine Teatro (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30), S. Jorge/2 (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa
- D - Real. Manoel de Oliveira - Monumental/3 (14.30, 18.00, 21.30) - Lisboa

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

CLUBE ESTEFÂNIA

Lisboa, R. Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José António Pires.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa. De 4ª a sáb., partida às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando).

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. De 4ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. **RINOCERONTE**, de Ionesco, encenação de Helder Costa.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, R. Ten. Raul Cascais. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UM CERTO PLUME**, de Henri Michaux, encenação de Adriano Luz.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a dom. às 21.30, dom. às 16.00. **DIAS FELIZES**, de Beckett, encenação de Julio Castronuovo, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **ENQUANTO SE ESTÁ À ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO DA TRINDADE

Lg. da Trindade. Tel. 3420000. De 4ª a dom. às 19.00. **SEGREDOS**, de Richard Cameron, encenação de Diogo Infante.

TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Tel. 3639974. Sáb., dom. e fer. às 16.00 (de 3ª a 6ª para grupos organizados). **FABULANDO, FABULANDO**, baseado em Fábulas de La Fontaine, adaptação e encenação de File Crawford, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Fantasma; alma do outro mundo. 2 - Org. das Nações Unidas (sigla port.); sem nada dentro; despedidas; língua falada ao sul do Loire. 3 - Laço apertado; chamamento ao telefone; depósito de forragens e cereais; romancista português autor do Conde de Abranhos. 4 - Anel de cadeia; carabina; grande lago salgado do Turquestão. 5 - Sistema montanhoso marroquino; quarto; grande vaso para mistura de vinhos usado nos banquetes romanos. 6 - Santo; rancor; aversão. 7 - Alumínio (símb.); duas vezes, meio-dia; caminhar. 8 - Urgência de alimento; destro; batráquios. 9 - Grupo terrorista basco (sigla); antes do Cristo (abrev.); uma dezena. 10 - Linha; má sorte; cajado. 11 - A 3ª pessoa; paraíso; cintura das calças; acusada. 12 - Pedra de moinho; azul; astro-Rei; fruto da noqueira. 13 - Cercaram de arame; pessoa que serve de estudo aos pintores e escultores.

VERTICAIS: 1 - Proprietário; poetisa grega que tinha uma escola de poesia lírica; ave corredora australiana. 2 - Ligo; pão que é doce; escol. 3 - A 1ª pessoa; aqui estão; metade. 4 - Abecedário; Americio (símb.). 5 - Artificio fraudulento; duas de dois; eia. 6 - Repetição de sons; apelido do fundador do Rio de Janeiro; juntar. 7 - Pai do pai; antilope. 8 - Estrôncio (símb.); ofereci; dentro do cano. 9 - Alentei; a nossa casa. 10 - Sem efeito; art.; prep. 11 - De tal maneira; antiga cidade da Caldeia; uma das extremidades do eixo da Terra. 12 - Art.; sacudidas. 13 - Pertence-lhes; Neon (símb.). 14 - Rapariga; 101 romanos; relação. 15 - Tranquilizara; oro.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

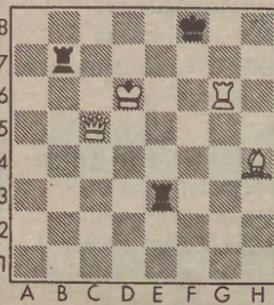
HORIZONTAIS: 1 - Abandono; adágio. 2 - Recaída; provais. 3 - Acatei; só; mis. 4 - Ba; abas; re; pá. 5 - Ovar; vê; Cid. 6 - Are; a.C.; voltara. 7 - Grata; rei, Aires. 8 - Ramalho; Ga.; lãs. 9 - Ura; ia; voga. 10 - Má; LI; rica; or. 11 - Mel; vá; ramada. 12 - Trajano; cabazes. 13 - Errara; comemore.

VERTICAIS: 1 - Árabe; grumete. 2 - Boca; arara, rr. 3 - Aça; trama; mar. 4 - Nata; eta; Beja. 5 - Diabo; ali; lar. 6 - Odiava; Hal; Na. 7 - N.; sacro; lvo. 9 - Pôr; vigor; cx.; 10 - Ar; evo; agiram. 11 - Dom; ela; acabe. 12 - Avis; til; amam. 13 - Gás; carão; azo. 14 - II; pires; Oder. 15 - Ossadas; crase.

XADREZ

CDXXXVII - 18 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X091
Por: JEAN MARC LOUSTAU
Journal de Genève, 14/II/1976

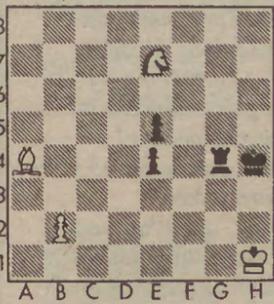
Pr.: [3]: Ts.b7, é3-Rf8
Br.: [4]: Bh4-Tg6-Dç5-Rd6



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X092
Por: HENRI RINCK
Bohemia, 1914

Pr.: [4]: Ps.é4, é5-Tg4-Rh4
Br.: [4]: Pb2-Cé7-Ba4-Rh4



Branças jogam e ganham

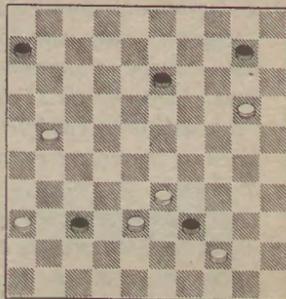
SOLUÇÕES DO N.º CDXXXVII
N.º 1993X091 [J.M.L.]: 1. B67+, Tb:é7; 2. Dç8+, T68; 3. Df5++
Se: 2. Rf7; 3. Dg8++
" 1. R68; 2. Dç8+, Rf7; 3. Dg8++
" 1. Rf7; 2. Df5+...
" 1. T6:é7; 2. Df5+, Tf7; 3. Dç8++
" 2. R68; 3. Tg8++
N.º 1993X092 [H.R.]: 1. Bd1, Tg5; 2. Rh2, é3! 3. B62, é4; 4. b4 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDXXXVII - 18 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D091
Por: GEORGES POST
Trésor des Miniaturistes Français, 1979

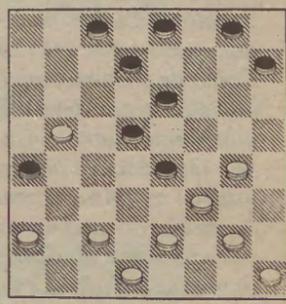
Pr.: [5]: 6-10-13-37-39
Br.: [6]: 20-21-33-36-38-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D092
GOLPE N.º 45/93
Por: JAMES P. REED
- 1889

1. 11-15, 23-20; 2. 6-11, 20-16; 3. 2-6, 28-23; 4. 15-20, 24-15; 5. 12-28, 32-23; 6. 11-15, 23-19; 7. 15-20, 21-18; 8. 7-11, 26-21; 9. 4-7, 18-14; 10. 11-18, 21-14; 11. 9-13 DIAGRAMA.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXVII
N.º 1993D091 [G.P.]: 1. 36-31, (37x17); 2. 20-15, (39x28*); 3. 15x4-D, (28-32*); 4. 4x11, (32x43*); 5. 44-39!, (6x17) [Se: (43x34); 6. 11-44+]; 6. 39x48 + oposição.
N.º 1993D092 [J.P.R.]: 11. 4-11; 12. 7-23, 16-12; 13. 8-15, 22-9; 14. 15-22; 27-2=D+;

A. de M. M.

Tempo

Continuação do tempo frio e seco



a talhe de FOICE

Jardinadas

As diatribes de Alberto João Jardim são por de mais conhecidas. Tanto, que se corre o risco de não as levar a sério, como se de diabruras de menino travesso se tratassem. Acontece, porém, que não é bem assim. Investido de um cargo por de mais importante, Jardim pode parecer, mas não é, um brincalhão irresponsável a que de vez em quando há que dar uns raspanetes. Isso mesmo veio agora lembrar o Supremo Tribunal Administrativo, ao anular um despacho do governo madeirense de Maio do ano passado.

A história conta-se em duas penas. Em Abril daquele ano, a professora Conceição Abreu, então directora da Escola do Ensino Básico do Lugar da Igreja, na freguesia de Jardim do Mar, teve a ousadia - imagine-se! - de realizar no átrio do estabelecimento de ensino uma festa-convívio para comemorar o 25 de Abril. A iniciativa foi promovida em colaboração com a Junta de Freguesia.

Horrorizado com semelhante despautério - já chegámos à Madeira, ou quê? -, Jardim não esteve com meias tintas. Com o espírito despachado que se lhe conhece, decidiu, determinou e mandou publicar nada mais nada menos do que uma pena disciplinar de 10 dias de multa à professora e, acessoriamente, a pena de cessação da comissão de serviço que a mesma exercia na citada escola. Nem mais.

Afinal, quem manda na Madeira é ou não o Jardim? Afinal, quem se julgam os continentais para ali chegarem com modernices de democracias e 25 de abris? Liberdades? Comemorações? Iniciativas? Ideais? Por esse caminho, ainda davam cabo das criancinhas, coitadas, que bem podiam começar a criar ideias estranhas na cabeça. Enquanto o Jardim por ali andar, nem pó. A Madeira é uma República e quem lá manda é ele. Ponto final. O pior, é que desta vez a professora, ao contrário de muitos outros cidadãos madeirenses, não se deixou intimidar. E se a justiça tardou, acabou por chegar.

O Supremo Tribunal Administrativo não hesitou e anulou o despacho do governo madeirense. No seu acórdão, o Supremo reconhece que as comemorações do 25 de Abril constituíram "actividade de carácter pedagógico de interesse para as crianças e para a população que assistiu".

Desconhece-se a reacção de Jardim. Mas é bem capaz, a esta hora, de estar a pensar que os juízes em geral e os do Supremo em particular estão vendidos aos inimigos da pátria, da moral e dos bons costumes, e que em marcha está certamente mais um conluio internacional contra a sua pessoa.

É de crer, a exempló de práticas anteriores, que um destes dias venha a público, num dos pasquins em que costuma escrever, denunciar um novo plano da mafia, opus dei, cia, kgb, mossad, sis e sabe-se lá que mais contra os pacatos cidadãos madeirenses por quem ele abnegadamente vela há quase duas décadas. Como de costume, também, o Governo e o PSD a que pertence devem optar pelo silêncio, que a autonomia é uma coisa muito respeitável e a não ingerência é uma política que dá muito jeito quando as coisas correm para o torto.

A população madeirense, essa, se calhar nem chega a saber do ocorrido, que a liberdade de imprensa é outra das modernices que Jardim não tolera. Mas num país tão pequeno como o nosso, sempre vale a pena tentar passar a palavra. E, já agora, lembrar que o voto é secreto e que a democracia é um bem que se conquista também nas urnas. Quanto mais depressa melhor, antes que cheguemos todos à Madeira.

■ AF

Telecomunicações O objectivo é privatizar

«Privatizar não significou em nenhuma parte do mundo melhores condições de vida, melhores salários, segurança no emprego e melhor serviço público», refere-se no documento final da Reunião Coordenadora das organizações do PCP no Sector das Comunicações e Telecomunicações, realizada na passada segunda-feira.

O documento indica que ao longo dos anos 80 e 90 tem-se assistido a um «processo continuado de tentativas de privatizar as empresas do sector das Telecomunicações, por serem fontes geradoras de lucros fabulosos».

As organizações do PCP constatarem que «continuando e procurando levar às últimas consequências, orientações e práticas de sucessivos governos, privatizar as telecomunicações é o objectivo do actual Governo do PSD e é com base nele que os mais dotados técnicos do capitalismo português e estrangeiro estabeleceram os meios mais sofisticados para o atingir. Reestruturaram reestruturaram, cindiram empresas, querem fundir outras, sempre segundo a lei do lucro máximo para os bolsos privados de alguns e a coberto da cassetete propagan-

dística preparar o futuro, modernidade, dinamismo, competitividade, etc.».

A reunião recordou que «as sucessivas reestruturadas têm somente representado o caminho e o argumento para reduzir o número de trabalhadores, diminuir custos sociais, degradar a qualidade do serviço e aguçar o apetite ao capital privado».

«É assim que que as administrações do Governo PSD fazem as chamadas listas de excedentes, promovem as rescisões e as reformas, criam um clima de mau estar, contratam empresas especialistas na arte de despedir sem dor, limitam direitos dos trabalhadores, viciam e violam os acordos de empresa, promovem a contenção salarial, assumem atitudes de prepotência e de desrespeito pelos trabalhadores e seus representantes, transferem trabalhadores sem mínimo de consideração por situações estabilizadas ao longo de anos, aceleram ritmos de trabalho, aumentam a exploração, degradam a qualidade do serviço, ameaçam com a extinção de muitos milhares de postos de trabalho em 1994».

Perante este verdadeira ofensiva o PCP «apela a uma

resposta firme e determinada de todos os trabalhadores, unidos em torno das suas estruturas representativas contra a sanha destruidoras da política de direita do Governo PSD, na defesa dos seus postos de trabalho, das suas empresas e da soberania nacional».

Por sua vez a **Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisuais** iniciou hoje, quinta-feira, o 2º Encontro Nacional de Representantes dos Trabalhadores, que irá discutir a situação existente no sector, decorrentes das projectadas reestruturadas, e aprovar formas de lutas específicas.

A conclusão do encontro, que decorre a partir das 9.30 horas, no Hotel Embaixador, em Lisboa, serão entregues pelas 15 horas no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao que seguirá uma concentração no Rossio, inserida no Dia Nacional de Luta da promovido pela CGTP-IN, culminando esta com uma deslocação à Assembleia da República.

Greve na Telecom dia 26

«Esta greve geral não será apenas a forma tradicional de

greve, em que os trabalhadores aderentes vão para casa. É fundamental trazer o protesto para a rua», afirma num comunicado o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações que convocou, para o próximo dia 26, uma greve e um plenário/concentração de trabalhadores, em Lisboa, frente ao edifício das Picoas, sede da Telecom.

Entre os muitos motivos das greves o sindicato destaca a exigência de negociar o Acordo de Empresa e um novo sistema de carreiras. Os trabalhadores protestam ainda contra a política de gestão e reclamam estabilidade de emprego, recusando «o desemprego, os excedentes e as transferências à margem das regras».

Paralelamente, a partir do dia 26 o Sintel anuncia que vai retomar «a luta da recusa à condução por acumulação de funções», apelando a todos os trabalhadores não motoristas, que conduzem viaturas da empresa em regime de acumulação de funções para que «no período que se considerar necessário» deixem de conduzir.

Outra forma de luta anunciada é a recusa da prestação de trabalho suplementar, que terá igualmente início no dia 26.

Deficientes marcam concentração nacional para 24

Uma concentração nacional de deficientes está marcada para o próximo dia 24, quarta-feira, às 15 horas, frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social, situado na Praça de Londres, em Lisboa.

A acção foi convocada pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD) estando prevista ainda uma paragem simbólica junto do Ministério da Saúde.

Durante a concentração, que decorre sob o lema «Pelo Direito à Saúde e à Vida», será entregue um documento com as principais reivindica-

ções dos deficientes portugueses, a maioria das quais se prende com a degradação do sistema de saúde e de segurança social.

A UCNOD recorda que os deficientes são uma das principais vítimas desta situação, «havendo muitos que pagam com a própria vida as consequências desse sistema - as recentes vítimas foram os hemofílicos e os doentes renais», afirma a União em comunicado.

A direcção da UCNOD anunciou ainda que Encontro Nacional de Deficientes terá lugar em Abril do próximo

ano, em Beja, havendo o propósito de criar uma delegação da União naquela cidade para abranger a zona Sul.

Entretanto, nos dias 2 e 3 de Dezembro uma delegação de 24 deficientes portugueses desloca-se ao Parlamento Europeu para participar na organização da *Disabled People's International*, em Bruxelas.

Saúde em tribunal

A Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde e a União Coordenadora Nacio-

nal das Organizações de Deficientes promovem no próximo sábado um **tribunal de opinião pública** sobre a situação da saúde em Portugal.

A iniciativa que terá início pelas 10 horas no Hotel Penta, em Lisboa, visa condenar a política de saúde do Governo que, «com o crónico subfinanciamento do sistema e a tentativa de transferência da prestação dos cuidados de saúde para a esfera das actividades lucrativas, está a comprometer gravemente a concretização do direito à saúde da generalidade da população portuguesa».

Fecho da Caixa Açoreana preocupa PCP

Agro-pecuária, pesca e comércio e emprego serão os sectores mais afectados pelas medidas tomadas pelo Banco de Portugal na Caixa Económica Açoreana (fecho temporário), levando a DORAA do PCP a considerar ser do mais alto interesse regional e nacional «que sejam procuradas e encontradas soluções que garantam a integridade dos depósitos e a continuidade dos postos de trabalho, pelo que reclama de todas as entidades responsáveis um acentuado esforço nesse sentido».

Num comunicado divulgado terça-feira, o Secretariado da estrutura regional do PCP sublinha não pôr em causa a medida do Banco de Portugal, mas manifesta-se preocupado com o acontecimento.

Lançamento literário

Por iniciativa do núcleo de Setúbal da Associação Portugal-Cuba em colaboração com a Editorial Caminho terá lugar no próximo sábado, dia 20, pelas 16 horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal, a sessão de lançamento do livro «Um Grão de Milho» - entrevista a Fidel Castro.

Na sessão participam Miguel Urbano Rodrigues, Zilah Branco, Zeferino Coelho e o embaixador de Cuba.

Está ainda prevista a exibição da Escola de Dança da Sociedade Recreativa União Setubalense - Danças Latino-Americanas.

Faro

Sondagens com contas erradas

A Coordenadora de Faro da CDU - Coligação Democrática Unitária - insurgiu-se, em comunicado emitido terça-feira, com o que considera ser um «manual de manipulação» a sondagem publicada pelo jornal Público, encomendada a uma empresa da especialidade em conjunto com a TVI e a Rádio Comercial, que faz uma previsão de resultados nas eleições para os órgãos autárquicos do concelho.

As críticas incidem, em primeiro lugar, sobre a metodologia seguida, considerando-se a escolha de 400 indivíduos insuficiente para representar com fidelidade o universo dos eleitores de Faro e criticando-se o facto de se ter omitido uma das forças concorrentes ao acto eleitoral. O comunicado critica também a análise feita pelo próprio jornal Público pois por um lado coloca os indecisos a votar numa única candidatura e por outro cita-se uma sondagem divulgada pelo PS que reconhece aos próprios um lugar cimeiro.

O artigo, segundo o comunicado da CDU, termina «com uma análise psicológica do íntimo da CDU» o que leva a estrutura da coligação a perguntar: «terá sido sondado o íntimo dos 14,3 por cento dos eleitores que o Público atribui à CDU, ou foi aos 13,7 por cento que umas linhas antes se afirma ser a percentagem obtida?». Diz o comunicado que «ainda que com contas erradas, convenhamos que são muitos 'íntimos' para consultar. É obra!». A CDU de Faro considera «ser insultuoso para os farenses, a manipulação deste tipo de sondagens, a fazer crer que tudo está decidido» e apela ao voto nas suas listas e no seu programa para o concelho.